



RAPHAEL DE MORAIS

**A INTERRUÇÃO DA INFORMALIDADE NO CAMPO DA
CACHAÇA DE ALAMBIQUE: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA
DO TRABALHO INSTITUCIONAL DE PARTICIPANTES DE
UMA ASSOCIAÇÃO**

LAVRAS-MG

2019

RAPHAEL DE MORAIS

**A INTERRUPÇÃO DA INFORMALIDADE NO CAMPO DA CACHAÇA DE
ALAMBIQUE: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO TRABALHO INSTITUCIONAL DE
PARTICIPANTES DE UMA ASSOCIAÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão, Organizações e Sociedade, para obtenção do título de mestre em administração.

Prof.^a Dr.^a Valéria da Glória Pereira Brito
Orientadora

Prof. Dr. Mozar José de Brito
Coorientador

LAVRAS-MG

2019

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha
Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados
informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Morais, Raphael de.

A interrupção da informalidade no campo da cachaça de alambique: uma análise sob a ótica do trabalho institucional de participantes de uma associação. / Raphael de Moraes. - 2019.

169 p.

Orientador(a): Valéria da Glória Pereira Brito.

Coorientador(a): Mozar José de Brito.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Lavras, 2019.

Bibliografia.

1. Cachaça de Alambique. 2. Trabalho Institucional. 3. Teoria Institucional. I. Brito, Valéria da Glória Pereira. II. Brito, Mozar José de. III. Título.

RAPHAEL DE MORAIS

**A INTERRUPÇÃO DA INFORMALIDADE NO CAMPO DA CACHAÇA DE
ALAMBIQUE: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO TRABALHO INSTITUCIONAL DE
PARTICIPANTES DE UMA ASSOCIAÇÃO**

**THE INFORMALITY INTERRUPTION ON ALEMBIC CACHAÇA FIELD: AN
ANALYSIS UNDER THE INSTITUTIONAL WORK THEORY OF AN ASSOCIATION'S
MEMBERS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão, Organizações e Sociedade, para obtenção do título de mestre em administração.

Aprovada em 26 de abril de 2019.

Prof. Dr. Dany Flávio Tonelli UFLA
Prof. Dr. Odemir Vieira Baêta UFV

Prof.^a Dr.^a Valéria da Glória Pereira Brito
Orientadora

Prof. Dr. Mozar José de Brito
Coorientador

LAVRAS-MG

2019

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de força e amor, por sempre atender as minhas orações e me agradecer com as pequenas vitórias do dia a dia.

À minha amada mãe, Maria Gorete, por estar comigo em todos os momentos, me apoiar, e não medir esforços para que eu chegasse até aqui. Agradeço também minha querida mãe Dora (*in memoriam*), por todos os ensinamentos de vida.

Aos meus queridos irmãos, Edson, Kênia e Madison por todo carinho, amor, apoio e compreensão. Agradeço também por terem me dado os melhores sobrinhos do mundo.

Aos amigos que estiveram comigo nesta jornada: Rodrigo, Camila, Laura, João, Pamella, Isabela, Paulo, Rafaela, Bruno, Cassiana, Thiago e tantos outros pelos bons momentos compartilhados até aqui.

Aos meus estimados orientadores, Valéria Brito e Mozar Brito, por todo o suporte, confiança e atenção. Grandes mestres e exemplos a serem seguidos.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Dany Tonelli e Prof. Dr. Odemir Baêta por aceitarem prontamente o convite de participação e pelas contribuições.

À Universidade Federal de Lavras, que oferece uma educação de qualidade e forma não só profissionais, mas também cidadãos comprometidos com o desenvolvimento do país.

Aos mestres que também estiveram comigo durante essa caminhada e tanto me ensinaram.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gestão como Prática Social (NEGEP), ao PPGA, DAE e DGA, bem como todos os colaboradores ali presentes.

Aos gestores e associados da ANPAQ, por terem me recebido tão bem, fornecendo todos os dados solicitados e apresentando com tanto carinho o universo da cachaça de alambique.

À FAPEMIG, pelo apoio financeiro através do projeto APQ-02372-18.

À CNPq, pelo apoio financeiro através do projeto 307819/2018-3.

À CAPES, pela bolsa concedida no período do mestrado. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

MUITO OBRIGADO!

RESUMO

A informalidade se apresenta como um dos fatores negativos no campo da cachaça de alambique, contribuindo para prejudicar a sua imagem enquanto bebida que possui historicidade e tradição cultural no Brasil. Estima-se que 85% dos produtores de cachaça de alambique atuem na informalidade somente no estado de Minas Gerais, o que acaba afetando toda cadeia produtiva, e inclusive os consumidores que podem consumir uma bebida que possua baixa qualidade, diferente das cachaças de alambiques que operam dentro da formalidade. Diversos têm sido os esforços nos últimos tempos para a melhoria da imagem da cachaça de alambique em Minas Gerais e no Brasil, sendo responsável por essa mudança na imagem a própria ANPAQ, Associação Nacional de Produtores e Membros da Cadeia Produtiva da Cachaça, que, como representante mais antiga do setor no Brasil, desenvolve diversos trabalhos no sentido da promoção, valorização e defesa da cachaça de alambique. Diante do exposto, aportado sob uma das correntes da Teoria Institucional e compreendendo que a informalidade é uma forte instituição dotada de simbolismos e historicidade, o objetivo deste trabalho é compreender o trabalho institucional realizado por gestores da associação de produtores de cachaça (ANPAQ), evidenciando as contribuições deste trabalho para a interrupção da informalidade e legitimação desta organização. A corrente teórica que fundamenta este trabalho é recente e denominada Trabalho Institucional, que oferece três pilares analíticos: a criação, a perpetuação ou a interrupção de instituições, sendo o último pilar o escolhido para se realizar as análises deste estudo. A presente pesquisa é um estudo de caso, qualitativo e descritivo. Foram utilizados como ferramentas de coletas de dados entrevistas em profundidade com gestores e associados, além de análises documentais em arquivos institucionais e cartilhas apoiadas pela associação com enfoque na regulamentação de alambiques informais. Foi empregada a análise de conteúdo temática como método analítico, a fim de se construir os resultados apresentados. Os principais apontamentos trazidos são que alguns fatores históricos tais como altas tributações, o estigma de origem e consumo, além das altas exigências burocráticas são os responsáveis por fomentar a informalidade enquanto instituição no campo da cachaça de alambique. Por seu turno, a informalidade pode se configurar de três diferentes formas, quais sejam: pelo desconhecimento dos produtores em torno das exigências; pela impossibilidade financeira ou como sonegação de produção, a partir dos formais. Para enfrentar tais problemas a associação desenvolve um trabalho institucional em torno da valorização da cachaça através do selo de qualidade, cursos e eventos. Além destas ações, a ANPAQ também ocupa espaços e realiza parcerias governamentais em busca da melhoria de questões tributárias e tentativas de mudanças na legislação para uma possível diminuição da burocracia para a cachaça de alambique, a fim de tornar a formalização mais acessível. Acrescente-se a estes trabalhos, a luta da associação para se permanecer forte no campo da cachaça de alambique, o que não tem sido muito percebido por associados que se colocam mais distantes da associação, representando uma dificuldade que ainda deve ser sanada pela mesma para um real fortalecimento.

Palavras-chave: Informalidade. Trabalho Institucional. Teoria Institucional. Cachaça de Alambique.

ABSTRACT

Informality appears as one of the negative factors in the field of alembic cachaça, contributing to damage its image as a beverage that has historicity and cultural tradition in Brazil. It is estimated that 85% of alembic cachaça producers act in the informal sector only in the state of Minas Gerais, which ends up affecting the whole productive chain, and even consumers who can consume a drink that has a poor quality, different from the stills operate within the formality. Several efforts have been made in recent times to improve the image of alembic cachaça in Minas Gerais and Brazil, and ANPAQ, the National Association of Producers and Members of the Cachaça Production Chain, is responsible for this change in image. The oldest representative of the sector in Brazil, develops several works in the sense of promotion, valorization and defense of alembic cachaça. Because of the foregoing, which has been included under one of the currents of the Institutional Theory and understanding that informality is a strong institution endowed with symbolism and historicity, the objective of this work is to understand the institutional work carried out by managers of the association of cachaça producers (ANPAQ). The contributions of this work to the interruption of informality and legitimacy of this organization. The theoretical current that bases this work is recent and denominated Institutional Work, which offers three analytical pillars: creation, perpetuation or interruption of institutions, being the last pillar chosen to carry out the analyses of this study. The present research is a case study, qualitative and descriptive. In-depth interviews with managers and associates were used as data collection tools, as well as documentary analyzes in institutional archives and booklets supported by the association with a focus on the regulation of informal stills. Thematic content analysis was performed as an analytical method in order to construct the presented results. The main points made are that some historical factors such as high taxation, the stigma of origin and consumption, besides the high bureaucratic requirements are those responsible for fomenting informality as an institution in the field of alembic cachaça. In turn, informality can be configured in three different ways, namely: the producers' lack of knowledge about the demands; by the financial impossibility or as evasion of production, from the formal ones. To address these problems, the association develops an institutional work around the valorization of cachaça through the seal of quality, courses, and events. In addition to these actions, ANPAQ also occupies spaces and conducts government partnerships to improve tax issues and attempts to change legislation for a possible reduction of bureaucracy for alembic cachaça, in order to make formalization more accessible. Add to these works the association's struggle to remain active in the alembic cachaça field, which has not been much perceived by associates who are more distant from the association, representing a difficulty that still has to be solved by it a real strengthening.

Keywords: Informality. Institutional Work. Institutional Theory. Alembic Cachaça.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução da Teoria Institucional	42
Figura 2 - Possibilidades de análises sob a ótica do Trabalho Institucional	46
Figura 3 - Aspectos históricos que fomentam a informalidade enquanto instituição.....	74
Figura 4 - Capa da Edição 28, de 2013 do informativo Cachaça com Notícias.....	87
Figura 5 - Capa da Edição 57, de 2018 do informativo Cachaça com Notícias.....	90
Figura 6 - Identidade Visual da AMPAQ até o fim de 2016.....	103
Figura 7 - Selo de qualidade antigo.....	110
Figura 8 - Capa da Edição 52, de 2017 do informativo Cachaça com Notícias.....	116
Figura 9 - Divulgação de Cursos apoiados pela associação.....	119
Figura 10 - Capa da Edição 34, de 2014 do informativo Cachaça com Notícias.....	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de Entrevistados e Funções	58
Quadro 2 - Matriz de amarração metodológica.....	64
Quadro 3 - Instalações e Equipamentos para Produção de Cachaça	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Alíquotas por tributo para Cachaça.	85
Tabela 2 - IPI por Classe de Bebida.	86
Tabela 3 - Anexo II do Simples Nacional – Indústria	129

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Problema de Pesquisa e demarcação conceitual.....	14
1.2	Objetivos.....	17
1.3	Justificativas.....	17
1.4	Estrutura da dissertação.....	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	A evolução histórica da cachaça no Brasil	21
2.2	Associações e Informalidade: compreendendo o campo organizacional	30
2.2.1	A informalidade no campo da Cachaça de Alambique.....	31
2.2.2	Compreendendo as Associações: outro importante agente do campo organizacional.....	34
2.3	Institucionalismo Organizacional: Constituição Teórica e Desdobramentos.....	35
2.4	Novas possibilidades aos Estudos Organizacionais: Trabalho Institucional	42
2.4.1	As instituições e o Trabalho Institucional	43
2.4.2	Trabalho Institucional: Definições Iniciais	44
2.4.3	O empreendedorismo institucional e a criação de instituições.....	47
2.4.4	Manter e perpetuar as instituições.....	49
2.4.5	Desinstitucionalização: Interrupção de instituições.....	51
3	METODOLOGIA	55
3.1	Natureza da pesquisa	55
3.2	Tipo de pesquisa	56
3.3	Objeto da pesquisa e caracterização dos participantes	56
3.4	Instrumentos de Coleta de Dados	58
3.4.1	Pesquisa Documental	59
3.4.2	Entrevistas em Profundidade	60
3.5	Análise dos Resultados.....	61
3.5.1	A análise de conteúdo temática	62
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	65
4.1	As narrativas da informalidade no campo da cachaça de alambique: Compreendendo os aspectos que a fomentam enquanto uma instituição.....	65
4.1.1	O Histórico da Informalidade: Da colônia ao Estado Novo	66

4.1.2	Aspectos contemporâneos que promovem a Informalidade no campo da cachaça de alambique: Regulamentações e Burocracias	75
4.1.3	Aspectos contemporâneos que promovem a Informalidade no campo da cachaça de alambique: Tributação.....	83
4.1.4	Aspectos contemporâneos que promovem a Informalidade no campo da cachaça de alambique: Estigmatização de Origem e Consumo.....	90
4.2	Interrompendo uma instituição: Os trabalhos institucionais desenvolvidos contra a informalidade.....	97
4.2.1	Narrativas de promoção e valorização da cachaça de alambique: constituição da Associação e o Pró-Cachaça	101
4.2.2	O selo de qualidade, apoio a cursos e participação em eventos: fortalecimento de atores.....	110
4.2.3	Narrativas Tributárias, Regulatórias e de Fiscalização.....	122
4.3	Reconhecimento e Legitimação Institucional: uma realidade em construção..	136
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
	REFERÊNCIAS	156
	APÊNDICES	165
	APENDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.....	165
	APENDICE B: Roteiro de Entrevistas	168

1 INTRODUÇÃO

As ciências administrativas têm se empenhado em conhecer e aprofundar em determinados temas que representam as relações sociais e organizacionais, bem como as ações dialéticas que uma exerce sobre a outra. Os apontamentos trazidos por tais estudos são capazes de gerar transformações em organizações situadas nos mais diferentes contextos e que desenvolvem suas práticas de gestão das mais variadas formas, o que demonstra a importância de observar, analisar e compreender essas organizações.

Os alambiques de cachaça artesanal e as organizações que compõem o seu campo, se apresentam como essas organizações que merecem a atenção da academia, devido à evolução dos contextos culturais e históricos que foram desenvolvidos e modificados nos últimos anos, a partir do reconhecimento da cachaça como um patrimônio cultural e genuinamente brasileiro, despontando como um campo emergente nos estudos organizacionais para possíveis observações e análises.

Para Silva (2009) e Oliveira et al. (2012), a cachaça enquanto tema, nos oferece a opção de ser estudada sob as mais diversas abordagens, partindo desde sua inserção em nossa cultura, criação de simbolismo e significados sociais. Uma das abordagens que podem servir como aporte para os estudos neste campo é a da Teoria Institucional ou Institucionalismo. A partir da sua vertente sociológica, ou organizacional, e considerando uma corrente mais recente do institucionalismo, proposta por Lawrence e Suddaby (2006), denominada como “*Institutional Work*” (trabalho institucional), pode-se analisar como o trabalho institucional é desenvolvido por determinados atores (individuais ou coletivos), capazes de influenciar todo um campo, auxiliando-nos a identificar aspectos, por exemplo, de como o trabalho de gestores de associações têm contribuído para interromper a informalidade presente no campo da cachaça de alambique.

De acordo com Oliveira et al. (2012), a cachaça deixou de ser um produto marginalizado e hoje é reconhecida internacionalmente como um legítimo produto brasileiro dotado de qualidade. Para que a cachaça brasileira alcançasse tal reconhecimento, diversas decisões tiveram de ser tomadas a partir de um amplo trabalho de campo, bem como a mudança cultural e os hábitos dos consumidores com predileção pela bebida, considerando que bebida nem sempre foi vista como um produto de qualidade e de consumo apropriado.

A cachaça é um produto que está presente no Brasil desde a época colonial, sendo representada como um símbolo de resistência à dominação portuguesa, conseguindo sair das senzalas e ocupar as mesas dos senhores de engenho e fazendeiros (SILVA, 2009).

Para Paiva (2017) e Oliveira et al. (2012), a produção da cachaça, em sua evolução, tem se diversificado assim como a sua comercialização. A produção pode ser por meio industrial (ou a denominada cachaça de coluna), responsável por 75% da produção nacional, ou de alambique (artesanal), cuja produção é de aproximadamente 300 milhões de litros anuais, sendo que a cachaça de alambique possui maior valor agregado.

Para Silva (2009), à medida que se desenvolvem os hábitos de consumo, venda e produção da cachaça, há também a necessidade de se realizar adaptações para os diversos públicos para os quais a bebida é direcionada, levando-se em consideração que a bebida se encontra presente nos mais variados eventos. Sejam em bares e restaurantes país afora ou até mesmo em festas folclóricas e culturais, esta forte presença da bebida em diversos lugares e ocasiões, demonstra o quanto a cachaça tem sido percebida cada vez mais como um produto com determinado grau de sofisticação.

O mercado da cachaça passa a se desenvolver com mais dinamicidade a partir das décadas de 1970 e 1980, por meio de diversas intervenções e ações para o desenvolvimento econômico no setor agrário do estado de Minas Gerais, estado este que atualmente se configura como o maior produtor de cachaça de alambique do país (SEBRAE, 2015, PAIVA et al. 2017).

No final da década de 1980, a criação de organizações e programas de desenvolvimento da cachaça de alambique auxiliou a consolidação do setor em Minas Gerais. Vale destacar alguns momentos relevantes neste período: em 1988 ocorre a fundação da Associação Mineira de Produtores de Cachaça de Qualidade (AMPAQ), em seguida, em 1992 veio o Programa Mineiro de Incentivo à Produção de Aguardentes de Qualidade (PRÓ-CACHAÇA), e em nível nacional, no ano de 1997, o Programa Brasileiro de Desenvolvimento da Cachaça (PBDAC). Estes importantes marcos evidenciaram o potencial que a cachaça passava a apresentar aos produtores e ao país, tanto internamente quanto internacionalmente, para exportação (SILVA, 2009; PAIVA, 2017).

Conforme explicitado anteriormente, um dos principais marcos para a produção de cachaça de alambique em Minas Gerais ocorreu em 1988 com a criação da Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade (AMPAQ), que partiu da iniciativa de trinta pessoas, físicas e jurídicas, a fim de apoiar o desenvolvimento do setor produtivo da cachaça de alambique (ANPAQ, 2016).

Em dezembro de 2016, outro importante passo foi dado pela associação, quando seus associados em uma assembleia geral extraordinária decidiram transformar a Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade em Associação Nacional dos Produtores e Integrantes da Cadeia Produtiva e de Valor da Cachaça de Alambique (ANPAQ), passando a partir do ano de 2017 a receber qualquer integrante da Cadeia Produtiva de todos os estados da federação e não exclusivamente de Minas Gerais, conforme ocorria anteriormente (ANPAQ, 2016).

Os objetivos iniciais propostos pela antiga AMPAQ ainda permanecem na ANPAQ e são responsáveis por nortear os trabalhos desenvolvidos pela associação, que pretende promover a valorização da cachaça no mercado interno, propiciar relações entre produtores da cachaça, apoiar pesquisas para o desenvolvimento do mercado de destilados, incentivar e promover o desenvolvimento e interiorização da cachaça para o consequente crescimento econômico, apoiar regulações que auxiliem a melhoria do setor, prestar assessoria a seus associados, estabelecer normas e regular as atividades do setor (ANPAQ, 2017).

A ANPAQ destaca que é a instituição mais antiga do setor no Brasil e que este passo dado rumo à nacionalização da associação atende aos anseios de unir e fortalecer o setor em busca de parcerias entre todos os pertencentes da cadeia produtiva, além dos produtores, prestadores de serviços, equipamentos, insumos, dentre outras (ANPAQ, 2017).

Esta preocupação da associação em integrar e regulamentar a cadeia produtiva demonstra que há um constante trabalho institucional desenvolvido pelos gestores e associados em prol da legitimação do setor da cachaça de alambique.

Para compreender-se o processo de legitimação a partir do trabalho desenvolvido pela ANPAQ, pode-se partir do enfoque institucional nos estudos organizacionais e observar como essas relações podem ocorrer.

1.1 Problema de Pesquisa e demarcação conceitual

As considerações acima revelam a importância que a ANPAQ representa para o setor de cachaça de alambique no Brasil, apontando como o trabalho realizado pela associação afeta o desenvolvimento do setor que, antes circunscrito ao estado de Minas Gerais, integra agora, em um espectro ainda maior, em nível nacional, outros importantes atores inseridos no campo da cachaça de alambique.

Essa busca pelo fortalecimento e legitimação do setor é resultado de um intenso trabalho institucional que tem sido realizado pelos membros e gestores da ANPAQ. Neste percurso, um

dos trabalhos institucionais que vem sendo desenvolvido pela associação está diretamente relacionado com a redução da informalidade na produção da cachaça de alambique.

Oliveira, Gaio e Bonacim (2008) destacam que o alto índice de informalidade no âmbito da cachaça de alambique prejudica o setor. Para os autores, estes alambiques ao optarem pela informalidade, desenvolvem suas atividades e trabalhos de forma desunida, sem regras claras de concorrência, o que acarreta medidas de cunho predatório, vendendo a qualquer preço e sem uma mínima preocupação com a qualidade do produto. Os autores ainda apontam que a prática informal pode resultar no fechamento de negócios formais, uma vez que “nesse jogo entra o atravessador, que com seus artifícios joga um produtor contra o outro e consegue baixar o preço de aquisição da cachaça”, apontando para a necessidade da atuação de integrantes da cadeia produtiva para a diminuição da informalidade (OLIVEIRA; GAIO; BONACIM, 2008 p. 89).

Em outra vertente, Souza (2012) afirma que o reduzido número de políticas públicas que fomentem e reconheçam a cachaça de alambique também é responsável pelo alto índice de informalidade no campo, pois existe uma dificuldade dos produtores de se adaptarem às mais diversas exigências do Ministério da Agricultura, além da dificuldade de encontrarem assistência técnica eficaz facilitando por vezes a entrada de atravessadores no processo de comercialização. Ainda de acordo com Souza (2012) e com Daniel (2016), estima-se que cerca de 85% dos produtores da cachaça de alambique operam na informalidade, baseados no censo do IBGE de 2006, último a ser divulgado e que procurou conhecer os alambiques informais.

A informalidade, portanto, pode ser um fator que impacta de forma negativa o processo de legitimação da cachaça de alambique. De acordo com a ANPAQ (2018), é de suma importância a regularização dos alambiques, pois para a associação, o mercado de cachaça artesanal apresenta forte tendência de afunilamento com o aumento de marcas nos últimos anos, sendo que os alambiques informais tendem a ser eliminados deste processo, caso não ocorra a regularização.

A própria associação demonstra interesse não no fechamento de alambiques informais, mas na sua regularização oferecendo auxílio para que os mesmos sejam capazes de se legalizarem a fim de que se adotem boas práticas de produção. A associação, desta forma, demonstra que há um trabalho institucional que visa à interrupção da informalidade, buscando a melhoria da qualidade da cachaça de alambique e também se legitimando enquanto associação representativa do setor.

Para desenvolver este trabalho, percebeu-se que a Teoria Institucional, a partir da vertente do trabalho institucional, desenvolvido por Lawrence e Suddaby (2006), pode auxiliar

na compreensão destes esforços empreendidos pelos gestores da ANPAQ para o fortalecimento do campo da cachaça de alambique.

De acordo com Goulart, Vieira e Carvalho (2005), o precursor da Teoria Institucional aplicada às organizações foi Phillip Selznick em 1957. O institucionalismo desde então representa uma ampla corrente teórica que embasa diversos estudos administrativos e organizacionais.

De acordo com DiMaggio e Powell (2005), os estudos acerca da Teoria Institucional auxiliaram no desenvolvimento dos estudos organizacionais e administrativos, ao abordarem a partir da vertente sociológica e organizacional, análises com foco em compartilhamento de valores entre equipes, busca pela legitimidade, relações de poder entre agentes, isomorfismos e análises entre as relações organizacionais e sua inserção nos ambientes.

A Teoria Institucional, a partir da obra seminal de Selznick “*Leadership in Administration*” é amplamente debatida e se ramificou em outras proposições teóricas que consideram as instituições. Dentre as teorias institucionais mais estudadas estão o Institucionalismo Clássico, o Novo (ou neo) Institucionalismo e o Isomorfismo Institucional. Mais recentemente, a partir das décadas de 1990 e 2000, surgiram as concepções de Lógicas Institucionais, Empreendedorismo Institucional e mais recentemente, o *Institutional Work*, trabalho institucional, proposto por Lawrence e Suddaby (2006).

O presente estudo se pautará a partir das concepções desta última corrente, a do trabalho institucional nos termos formulados por Lawrence e Suddaby (2006) e discutidos por Coraiola et al. (2012). Para estes autores, o trabalho institucional envolve a criação, manutenção ou a interrupção de instituições. A criação de instituições relaciona-se com a construção de regras, limites, crenças e alterações de sentidos. A perpetuação está ligada com a reparação de mecanismos que garantam a legitimidade de instituições já existentes garantindo a estabilidade organizacional. Por fim, a interrupção de instituições envolve a dissociação de práticas, costumes, regras e crenças sob as quais as instituições se ancoram, visando uma mudança organizacional (LAWRENCE, SUDDABY, 2006).

Esta perspectiva abriga um conjunto de pressupostos, conceitos e categorias de análise que possibilitam a compreensão dos efeitos da ação de atores, grupos e organizações sobre as estruturas sociais inerentes a um campo institucional, com ênfase na interrelação entre agência e instituições (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

O conjunto de reflexões realizadas ao longo desta introdução serviu de ponto de partida para a formulação da seguinte questão de pesquisa que norteou o desenvolvimento desta dissertação, ou seja: **como o trabalho institucional de interrupção de instituições realizado**

por gestores da associação de produtores de cachaça tem contribuído para a construção da sua legitimidade organizacional?

1.2 Objetivos

Para responder este problema, foi desenvolvida uma pesquisa de campo que teve por objetivo geral compreender o trabalho institucional realizado por gestores da Associação Nacional de Produtores e Membros da Cadeia Produtiva da Cachaça (ANPAQ), evidenciando as contribuições deste trabalho para a interrupção da informalidade e legitimação desta organização. Mais precisamente, almejou-se:

- a) retratar os aspectos históricos e contextuais acerca da formação da informalidade no campo da cachaça artesanal;
- b) conhecer o trabalho institucional realizado pelos gestores da associação, destacando as especificidades das práticas inerentes à interrupção da informalidade da produção e mercado da cachaça;
- c) investigar, sob a ótica dos gestores e associados, as contribuições do trabalho institucional para a construção da legitimidade da ANPAQ.

Após a definição dos objetivos do estudo, seguem as justificativas para o desenvolvimento desta pesquisa.

1.3 Justificativas

Em termos teóricos, as organizações brasileiras produtoras de cachaça ainda carecem de estudos que sejam aplicados às suas realidades. Levando essa perspectiva em consideração, existe uma prioridade nos estudos organizacionais em teorias e pesquisas que consigam responder às mudanças, legitimidade, relações de poder, culturas e suas relações nos mais diversos ambientes organizacionais contemporâneos. Percebe-se, ainda, a necessidade de teorias que consigam compreender nossas organizações, considerando as características locais que fazem parte do desenvolvimento do ambiente organizacional.

O institucionalismo organizacional é uma abordagem múltipla e rica, nos oferecendo como possibilidades para estudos, o processo de aceitação e perpetuação, bem como os motivos

e as formas que os atores envolvidos no campo organizacional desenvolvem e compartilham significados.

Ao se levar em consideração organizações genuinamente brasileiras, tais como alambiques de cachaça artesanal, por exemplo, pode-se observar que as mudanças organizacionais têm ocorrido nos últimos anos devido a uma movimentação para melhorias do setor, em uma busca da legitimação e desenvolvimento do mesmo, o que demonstra como a análise institucional pode ser indicada para compreender esses fenômenos organizacionais.

Considera-se ainda que a literatura sobre a Teoria Institucional é abundante e, dentre as suas diversas correntes, merece destaque o *Institutional Work*. Posto isto, ao se adotar as perspectivas do *Institutional Work*, que no presente estudo será denominado de Trabalho Institucional, conforme Coraiola et al. (2012), vai-se ao encontro do chamado de Lawrence e Suddaby (2006), Lawrence, Suddaby e Leca (2009) e Lawrence, Leca e Zilber (2013), que a partir da sua obra seminal sobre a teoria do Trabalho Institucional, convida aos pesquisadores a realizarem novos estudos, em especial de caráter empírico, relacionados aos pressupostos teóricos trazidos por eles.

De acordo com Lawrence e Suddaby (2006) e Coraiola et al. (2012), o Trabalho Institucional visa compreender o papel das agências, inserção de atores, práticas organizacionais, as culturas, fomentar explicações para os processos de legitimação de ações e mudanças que podem ocorrer ao longo do tempo nas organizações e nos campos organizacionais.

A escolha pelo Trabalho Institucional se dá devido a esta corrente de pensamento ser recente e ter chamado à atenção da academia nos últimos anos, levando-se em consideração que há um aumento significativo na publicação de artigos e trabalhos que adotem essa perspectiva, que também desponta dentro da Teoria Institucional (LAWRENCE; LECA; ZILBER, 2013, PAIVA et al., 2018).

Os estudos que têm dado enfoque a esta corrente teórica estão predominantemente concentrados na América do Norte e na Europa, com poucos trabalhos desenvolvidos no Brasil que abordem a teoria do Trabalho Institucional, revelando, desta forma, um campo aberto para a investigação científica.

Já nas contribuições empíricas, Lawrence, Leca e Zilber (2013) reforçam que as contribuições do Trabalho Institucional podem ser relevantes aos estudos das organizações e chamam a atenção dos pesquisadores para a necessidade de sua aplicação em campos empíricos, pois de acordo com os autores, em um balanço sobre o que foi publicado desde a obra seminal, há uma predominância de discussões teóricas, que são também relevantes ao auxiliarem na

condução e desenvolvimento da teoria, porém existe pouco desenvolvimento empírico sob o embasamento teórico do Trabalho Institucional aplicado nas organizações.

O embasamento teórico feito a partir do Trabalho Institucional pode representar uma inovação teórica e empírica para os estudos organizacionais brasileiros, contribuindo para o desenvolvimento de tais estudos e apresentando novas possibilidades à academia. Ao propormos estudos em organizações genuinamente brasileiras, com suas práticas e formatos organizacionais, pretende-se auxiliar no avanço do campo de estudos tanto da Teoria Institucional, quanto do Trabalho Institucional.

Conforme explicitado, pretende-se contribuir para a análise dos ambientes organizacionais brasileiros ao adotar uma perspectiva teórica que auxilie na compreensão dos mesmos. De acordo com Andrade e Andrade (2015), a cachaça está presente na história do Brasil desde a época da Colônia, porém os autores afirmam que o processo de institucionalização da cachaça de alambique tem ocorrido apenas nos últimos anos.

Esse processo de institucionalização tem sido organizado, em grande parte, pelas associações de produtores de cachaça, o que traz também desafios para que outros produtores se regularizem e padronizem seu processo de produção de acordo com as exigências políticas e normativas destas associações (ANDRADE; ANDRADE, 2015).

No que tange à justificativa econômica e social, vale destacar, ainda, que a cachaça de alambique é responsável por um expressivo faturamento no Brasil, bem como a geração de empregos para parte considerável da mão de obra brasileira. A cachaça de alambique também é compreendida como um produto de maior valor agregado, que pode ser feita de variadas formas, o que confere um aspecto de exclusividade à bebida (ANDRADE; ANDRADE, 2015; PAIVA et al. 2017; MAPA, 2018).

A cachaça também desponta como um produto de exportação importante na balança comercial brasileira. De acordo com SEBRAE (2015), Paiva et al. (2017) e MAPA (2018) a exportação do produto é feita por 21 estados brasileiros com destaque para São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais, que são os estados que mais exportam a bebida. Ainda de acordo com Paiva et al. (2017) os valores pagos pelo produto exportado mais que dobrou entre 1997 e 2015.

Percebe-se, então, que há a necessidade de estudos que enfoquem a abordagem institucional para auxiliar no desenvolvimento deste importante setor produtivo do país, em especial para o fortalecimento do campo da cachaça de alambique, que de acordo com SEBRAE (2015) e ANPAQ (2017) concentra-se nas mãos de micro e pequenos empreendedores, o que demonstra também uma importância social dessas organizações.

1.4 Estrutura da dissertação

A presente dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos: Além desta introdução, segue o segundo capítulo no qual é apresentado o referencial teórico, que traz a história da cachaça, seguido de compreensões em torno das associações e a informalidade enquanto agentes presentes no campo organizacional da bebida. O referencial teórico ainda apresenta a evolução da Teoria Institucional até à abordagem mais recente e utilizada por este estudo, o Trabalho Institucional. No terceiro capítulo, apresenta-se a metodologia empregada pelo estudo, bem como as ferramentas utilizadas para coletar dados e a técnica de análise empregada para atender aos objetivos propostos pela dissertação.

No quarto capítulo é apresentado os resultados e discussões do estudo, dividido em três tópicos, cada um visando responder aos objetivos específicos apresentados nesta introdução. Por fim, segue-se com as Considerações Finais, apresentando possibilidades de estudos, bem como as limitações que a dissertação possui. Diante do exposto, segue o referencial teórico que fundamenta a pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico será apresentada a literatura que embasa a pesquisa. Este referencial teórico está dividido em quatro capítulos: No primeiro deles, é apresentado a constituição histórica da cachaça, bem como sua evolução desde a época colonial até a atualidade. Esse capítulo se faz necessário, pois a própria Teoria Institucional exige a contextualização histórica das constituições organizacionais para a devida análise. Em seguida, é apresentado o campo organizacional da cachaça de alambique, com enfoque na informalidade e na importância das associações, bem como essas organizações contribuem para que seus associados atinjam os objetivos de determinado setor a partir da união e compartilhamento de interesses. No terceiro e quarto tópicos, é apresentada a corrente teórica na qual a pesquisa se embasa, iniciando com a evolução da Teoria Institucional até os conceitos e contribuições que o Trabalho Institucional traz para aplicações nos estudos organizacionais.

2.1 A evolução histórica da cachaça no Brasil

O presente capítulo visa apresentar a evolução histórica da cachaça, mas primeiro deve-se definir: o que é a cachaça? A cachaça é uma bebida alcoólica, produzida a partir do caldo ou do mosto da cana-de-açúcar. Têm-se tanto a cachaça industrial, quanto a cachaça artesanal, sendo esta última considerada de maior valor agregado (PAIVA et al., 2017; SILVA, 2009). O Decreto nº 6871/09 descreve o que é a cachaça:

Uma bebida com graduação alcoólica de 38% vol (trinta e oito por cento em volume) a 54% vol (cinquenta e quatro por cento em volume) a 20°C (vinte graus Celsius), obtida do destilado alcoólico simples de cana-de-açúcar ou pela destilação do mosto fermentado do caldo de cana-de-açúcar, podendo ser adicionada de açúcares até 6g/l (seis gramas por litro), expressos em sacarose”; concernente à cachaça, esta é definida pelo mesmo decreto como “a denominação típica e exclusiva da Aguardente de Cana produzida no Brasil, com graduação alcoólica de 38 % vol (trinta e oito por cento em volume) a 48% vol (quarenta e oito por cento em volume) a 20°C (vinte graus Celsius), obtida pela destilação do mosto fermentado do caldo de cana-de-açúcar com características sensoriais peculiares, podendo ser adicionada de açúcares até 6g/l (seis gramas por litro), expressos em sacarose. (BRASIL, 2009).

A produção pode se dar de forma contínua, de maneira industrial, também conhecida como produção de coluna, ou a partir da produção de alambique, de forma mais artesanal e em menor escala e de forma não contínua.

Silva (2009) afirma que outros países possuem bebidas tradicionais que estão diretamente ligadas às suas culturas, tais como o vinho em Portugal, uísque na Escócia, Vodca na Rússia, Champanhe na França e a Cerveja na Inglaterra. No Brasil, de acordo com a autora, pode-se considerar que desde o século XVI, a cachaça está também presente na nossa cultura, exercendo um papel parecido ao das outras bebidas em seus respectivos países.

Deve-se destacar que existem interessantes costumes em torno desta bebida tipicamente brasileira e que também está presente no cotidiano de parte significativa da nossa sociedade, sendo considerada por muitos, um dos bens que mais representam a identidade cultural do nosso país (TRINDADE, 2006; SILVA, 2009; DIAS, 2014; ANDRADE; ANDRADE, 2015). A cachaça é uma bebida que está presente na história do Brasil desde a época da colônia, sendo considerada como um símbolo da cultura nacional e se confundindo com a nossa própria história (DIAS, 2014; ANDRADE; ANDRADE, 2015; PAIVA et al., 2017).

De acordo com Dias (2014), a matéria prima básica, cana-de-açúcar, foi trazida e introduzida no Brasil pelos colonizadores portugueses já logo após a descoberta, porém a relevância do seu cultivo passou a ser notada a partir de 1530, se tornando o principal produto econômico da economia colonial até aproximadamente 1650, período este que foi denominado como o ciclo da cana.

Barbosa (2014) destaca a importância que o complexo açucareiro no século XVI representou para o desenvolvimento de Portugal, que lograva êxito em empreendimentos coloniais e que não estivesse relacionado diretamente (ainda) com a extração de minério e pedras preciosas, sendo as novas terras consideradas atraentes para as perspectivas econômicas de Portugal.

Dias (2014) destaca, ainda, que foi neste período que diversos engenhos foram construídos para a produção do açúcar, empregando mão de obra escrava para refino e branqueamento do açúcar, bem como para a destilação da aguardente, sendo a produção da cachaça concomitante à produção do açúcar.

De acordo com Andrade e Andrade (2015), não há um consenso quanto ao surgimento do nome da bebida “cachaça”. Os autores apontam que na literatura sobre o tema, existem informações sobre a palavra ter origem africana em conjunto com as palavras garapa e benguelê. Entretanto, há registros na Espanha da palavra cachaça relacionada ao processo de esmagamento de uvas e há, ainda, a denominação de “cachaza”, palavra de uso europeu relacionada a descarte ou sobras.

Trindade (2006) nos traz a informação que a cachaça teria surgido nos engenhos de açúcar, pois enquanto se fervia a garapa, abrolhava uma espuma proveniente deste processo,

que era retirada dos tachos e lançada nos comedouros dos animais. Ali, essa espuma fermentava e os animais ao se alimentarem, demonstravam-se revigorados. Os escravos, ao perceberem, experimentaram o caldo, criaram gosto e passaram a consumi-lo.

Ainda de acordo com Dias (2014), os portugueses que já dominavam as técnicas de destilação de bebidas devido à tradição com os vinhos, passaram a aplicar esses conhecimentos, antes aplicados ao mosto fermentado de uva, ao mosto fermentado da cana de açúcar, valendo-se do uso de alambiques de barro, cobre ou cerâmica.

Já na segunda metade do século XVII, a concorrência com as Antilhas e a diminuição no consumo de açúcar pelo continente europeu, levou a uma queda no valor econômico da produção da cana-de-açúcar no Brasil (BARBOSA, 2014; DIAS, 2014). Neste contexto, os engenhos de açúcar passaram a realizar adaptações que foram adotadas para a produção exclusiva de aguardente. A partir de então, a cachaça, bebida até então de consumo exclusivo de escravos passa a ser utilizada como moeda de troca em outros continentes ganhando importância econômica, e passando a integrar a dieta dos navegantes daquela época (DIAS, 2014).

No início do século XVI, Silva (2009) e Dias (2014) afirmam que na África a cachaça servia como moeda de troca para compra de escravos. Já neste período, as autoras ainda destacam que a bebida passou a concorrer diretamente com o vinho português na preferência do consumo, o que gerou tensões da coroa portuguesa, chegando à proibição da produção. Barbosa (2014) afirma que para a Coroa Portuguesa, a cachaça quebrava o pacto colonial, pois fomentava a concorrência dos produtos da colônia com os produtos da corte portuguesa.

Paiva et al. (2017) afirmam que esta proibição também se dava devido à escassez de mão de obra para outras atividades consideradas pela coroa portuguesa como mais importantes para época. Barbosa (2014) afirma que a crescente aceitação e consumo da cachaça passaram a favorecer a crise do vinho português e consequentes ataques da coroa à bebida, que começava a ser rechaçada pela corte, por ser considerada como responsável pelas diversas mortes e doenças que acometiam os consumidores da bebida, geralmente escravos e homens pobres.

Paiva et al. (2017) apontam que em 1649, no Rio de Janeiro, a coroa promulgou medida restritiva à produção da aguardente da cana, porém os autores ainda afirmam que estas proibições não atrapalhavam a continuidade da produção, que se dava à margem da lei em pequenos estabelecimentos locais, tendo em vista que a população consumidora – homens brancos pobres e escravos – não diminuía o consumo.

De acordo com Paiva et al. (2017), Dias (2014) e Silva (2009), a coroa portuguesa travou uma luta contra a cachaça. Além da proibição no Rio de Janeiro em 1649 já citada, uma série

de medidas foram tomadas contra a bebida, como na capitania baiana, onde houve proibição da produção entre os anos de 1635 e 1639 até as últimas décadas do século XVIII (DIAS, 2014). Entre os anos de 1660 e 1661, a desistência do governador do Rio de Janeiro, Salvador de Sá, de um acordo que legalizava a produção e o comércio da cachaça gerou a Revolta da Cachaça, evento esse em que cento e doze senhores não aceitaram a proibição e conseguiram a deposição do governador.

Conforme apontado por Paiva et al. (2017) e Silva (2009), o consumo não diminuía e Barbosa (2014) afirma que o que mais chamava atenção dos consumidores era o fácil acesso à bebida e também o seu baixo preço em detrimento ao vinho português, que tornava a cachaça sempre atrativa. Porém a proibição da coroa portuguesa e o alto preço dos vinhos impulsionou o preço da cachaça, e como resultado trouxe o afloramento de um negócio ilícito, mas muito lucrativo (BARBOSA, 2014).

Após o apogeu e queda do ciclo da cana de açúcar no Brasil, o país entra no ciclo do ouro e das pedras preciosas, em Minas Gerais (BRAGA; KIOTANY, 2015). As atenções econômicas neste contexto saem do nordeste brasileiro, e se transferem para o interior da colônia. Esse processo de interiorização, de acordo com Braga e Kiotany (2015), também foi acompanhado pela cachaça, pois os garimpeiros a apreciavam devido ao clima frio da região (SILVA, 2009).

Silva (2009) destaca que a chegada da cachaça com os garimpeiros nas Minas Gerais também trouxe novas proibições à bebida. Braga e Kiotany (2015) afirmam que a expansão da cachaça no interior da colônia ocorreu em especial na Estrada Real, Percorso Velho, que compreende os percursos entre Paraty e a cidade de Diamantina e depois pelo Caminho Novo, percurso que ligava Minas Gerais até à cidade do Rio de Janeiro, caminho este responsável pelo escoamento dos minérios preciosos para a coroa.

A chegada da cachaça no interior do país, rapidamente foi acompanhada de uma valorização devido a sua apreciação nas lavras, fazendo com que engenhos se instalassem na região. Especial destaque para a cidade de Paraty, que segundo Silva (2006) apud. Braga e Kiyotany (2015) o nome da cidade era também considerado como sinônimo de cachaça.

Como as Minas Gerais tinham um clima mais ameno, a cachaça, de acordo com Silva (2009), considerada como um estimulante era oferecida pela manhã aos escravos para combater o frio que advinha das minas e lavras úmidas, como uma forma de aquecer o corpo e proporcionar ânimo aos escravos. Este costume, logo causou novamente apreensão por parte da coroa portuguesa gerando uma nova proibição, pois a coroa entendia que o consumo da cachaça

atrapalhava o desenvolvimento do trabalho nas minas de ouro, prejudicando a retirada do minério (SILVA, 2009).

De acordo com Barbosa (2014) o Conselho Ultramarino passou a proibir em 1749 a construção de novos alambiques por considerar a cachaça novamente responsável por diversos problemas, dentre eles a desordem causada pelos escravos, e novamente a atribuição de problemas de saúde relacionados ao consumo da bebida.

Porém a descoberta de novas minas, a necessidade de captação de mão-de-obra escrava que tinha predileção pela bebida resultara na mudança do foco da coroa em relação ao tratamento dado à cachaça. Isso sem citar o comércio clandestino que continuava ocorrendo. Juntando-se a isso, laudos médicos da época afirmavam que o que fazia mal era a quantidade de consumo e não a cachaça em si. Todos estes fatores influenciaram positivamente para o fim da proibição da produção e comércio da bebida (BARBOSA, 2014).

Ao reconhecer que os esforços de proibição foram em vão, a coroa percebe a rentabilidade que a bebida gerava, e opta por sua tributação (DIAS, 2014; BARBOSA, 2014; ANDRADE; ANDRADE, 2015). Em 1755, um terremoto atingiu e destruiu a capital de Portugal, Lisboa. Esse fato histórico também auxiliou na percepção da importância da cachaça, quando diante do desastre, a coroa institui entre os anos de 1755 a 1766, um tributo denominado “subsídio voluntário”, destinado a estabelecimentos que comercializavam a cachaça. (ANDRADE; ANDRADE, 2015).

De acordo com Andrade e Andrade (2015), a coroa também criou outro tributo sobre a cachaça, destinado a desenvolver a Metrópole. Foi instituído o tributo “literário sobre a venda da cachaça”, com a sua arrecadação destinada ao financiamento das universidades portuguesas de Coimbra e Lisboa. Destaque-se, ainda, que esta tributação aumentou a insatisfação com a coroa portuguesa, que já andava com a imagem desgastada. Estes episódios fizeram a cachaça ganhar outro aspecto: a de estar presente em movimentos, revoltas e lutas nacionalistas (FIGUEIREDO, 2017; DIAS, 2014; SILVA, 2009; ANDRADE; ANDRADE, 2015).

De acordo com Figueiredo (2017), movimentos rebeldes eram constantemente associados à embriaguez, tentando desta forma desqualificar as reivindicações de determinados grupos. Isto não foi diferente com a Inconfidência Mineira, em 1789. Andrade e Andrade (2015) em convergência com Silva (2009) afirmam que a cachaça se tornou símbolo de resistência à dominação de Portugal sobre a colônia, quando intelectuais, militares e até mesmo sacerdotes aderiram à cachaça e não consumiam produtos de origem portuguesa. Silva (2009) destaca a presença da cachaça na revolução pernambucana, sendo utilizada pelo Padre João Pessoa como o “sangue de cristo”, demonstrando a atenção que se dava as causas revolucionárias. A autora

ainda destaca que a independência do Brasil foi brindada com cachaça por Dom Pedro I (SILVA, 2009; ANDRADE; ANDRADE, 2015).

Em meio às revoluções e revoltas, a chegada da corte em 1808 no Brasil auxilia também no reconhecimento da cachaça como sendo importante para a economia brasileira. Em 1822, com a Independência do Brasil (a qual foi comemorada com goles de cachaça) e com a aparente calma nas revoltas e revoluções, o período regencial se inicia e em 1831, o tributo “literário sobre a venda da cachaça” é revogado por Portugal (ANDRADE; ANDRADE, 2015; DIAS, 2014; BARBOSA, 2014).

Durante todo este período, desde a época do ciclo da cana, a cachaça foi estigmatizada de diversas formas, desde ser atribuída a bebidas de escravos e pobres, até ser assimilada a desordens que aconteciam na colônia. Da metade do século XIX em diante, houve queda na mão de obra escrava e o ciclo do café começou a se configurar como nova atividade econômica no Brasil e como a cachaça era uma bebida barata, na época, novamente passou a ser vista como um produto de baixa qualidade (ANDRADE; ANDRADE, 2015). Andrade e Andrade (2015), em consonância com Dias (2014), afirmam que no final do século XIX e início do Século XX, a rejeição à bebida passou a aumentar.

Para Dias (2014), os pertencentes às elites locais no país, buscavam diversas formas de se identificarem com os aspectos culturais e comportamentais europeus, predominantes à época. Essa tentativa de adotar costumes europeus em detrimento dos brasileiros, fez mais uma vez a cachaça passar a ser vista como uma bebida de baixa qualidade e inferior, frente ao que era trazido da Europa.

Para Andrade e Andrade (2015) e Dias (2014), foi em 1922, com a famosa Semana da Arte Moderna, movimento de renovação “da brasilidade e da valorização da cultura nacional realizado por intelectuais, artistas e estudiosos, que a cachaça tornou-se novamente bebida relevante econômica e culturalmente, consolidando-se como um símbolo da identidade brasileira” (DIAS, 2014 p.41).

Como diversas personalidades, tais como Juscelino Kubitschek, Jorge Amado e Carlos Drummond de Andrade passaram a abordar a importância da cachaça para o Brasil em seus discursos e suas obras, ela foi novamente sendo inserida nos diversos níveis sociais, passando a se afastar das ideias de estigma e estar presente em lugares mais nobres (DIAS, 2014; ANDRADE; ANDRADE, 2015).

Paiva (2017) afirma que o processo de produção artesanal perdurou no país até o fim da Segunda Guerra Mundial, porém a industrialização do processo passou a ser fomentada a partir do desenvolvimento de inovações tecnológicas que ocorreram na década de 1940,

acompanhadas da diminuição da produção do açúcar em engenhos e uma crise que acometeu a indústria açucareira.

Vale destacar, ainda, que a partir de ações do Governo de Getúlio Vargas, foi criado o Instituto de Açúcar e do Alcool, durante a década de 1930. Paiva (2017) aponta que este órgão passou a regular o setor sucroalcooleiro do Brasil, afetando também a produção da cachaça de alambique ao adotar uma política prescritiva e punitiva, impulsionando assim a indústria da cachaça no Brasil em detrimento dos pequenos produtores artesanais. Este fortalecimento da indústria da cachaça na década de 1970 também impulsionou os produtores de cachaça de alambique em Minas Gerais a partir da década de 1980.

De acordo com Andrade e Andrade (2015), a segunda metade do século XX, em especial a década de 1980, possui uma grande representação para o mercado da cachaça de alambique com o surgimento dos primeiros programas, fortalecimento de organizações e leis que apoiam a produção e a venda da cachaça. Importantes ações começaram a fazer parte do cotidiano de pequenos produtores de cachaça de alambique em Minas Gerais.

Houve uma articulação entre setores do governo e estes produtores para que a cachaça artesanal, de alambique, passasse a receber o devido reconhecimento (SILVA, 2009). Para Paiva (2017), esta articulação passou a ser o ponto de partida para uma nova geração de sentido simbólico e importante passo para o fortalecimento do campo, rumo ao acesso a novas formas de produção e inserção de tecnologia nos alambiques.

Esta articulação dos produtores acabou por influenciar pesquisadores do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI), fazendo com que um projeto fosse elaborado a fim de se avaliar o potencial da produção da cachaça em Minas Gerais (PAIVA, 2017; SILVA, 2009). Paiva (2017) aponta que este estudo apresentou que havia possibilidade de investimento no setor da cachaça de alambique, com especial destaque a possíveis consumidores que se interessavam por uma cachaça que apresentasse melhor qualidade. Este relatório promoveu o desenvolvimento de um padrão de qualidade que norteou diversos estudos desenvolvidos a época (PAIVA, 2017).

Em 1988, ocorreu a criação da Associação Mineira de Produtores de Cachaça de Qualidade, a AMPAQ-MG, sendo a primeira associação do setor no Brasil que fomentou o apoio aos associados, mobilizando esforços para o aperfeiçoamento do setor. (ANDRADE; ANDRADE, 2015; ANPAQ, 2017). Conforme Paiva (2017) e Silva (2009), os objetivos estavam voltados para a valorização do mercado da cachaça, visando o aperfeiçoamento tanto tecnológico, quanto gerencial de seus associados, articulando produtores com outros setores e atendendo às demandas dos mesmos. De acordo com Silva (2009), a AMPAQ atuou pelos

interesses de seus associados durante todos esses anos, e Paiva (2017) destaca a importância da associação, bem como a sua atuação política e relações de poder por ela estabelecidas tanto no ambiente interno como no externo.

Ainda no âmbito dos importantes marcos da cachaça de alambique, foi criado em 1992, a partir da Lei Estadual nº 10.853, o Pro-Cachaça, Programa de Incentivo à Produção de Cachaça, que para Andrade e Andrade (2015), representou o compromisso do governo de Minas Gerais para com a proteção e incentivo aos produtores. Paiva (2017) aponta, ainda, como políticas públicas, além do Pro-Cachaça, o Programa Brasileiro de Desenvolvimento da Aguardente, Caninha e Cachaça o PBADC, com objetivo de também fortalecer o setor.

Além disso, de acordo com Andrade e Andrade (2015), em 1997, a promulgação do Decreto Federal nº 2.314 regulamentou a Lei nº 8.918, que dispõe a respeito da fiscalização, produção, inspeção, registro, classificação e padronização de bebidas (BRASIL, 1994), porém estes dispositivos legais são bastante genéricos, pois regulamentam as “bebidas” e não a cachaça de forma explícita (ANDRADE; ANDRADE, 2015).

Apenas em 2001, de acordo com Dias (2014), a especificação das palavras cachaça, Brasil e cachaça do Brasil, passam a ser definidas com publicação do Decreto nº 4062. Apesar de regulamentar as Leis de 1994 e 1997 especificamente, o Decreto nº 4062/2001 é o que esclarece que os nomes cachaça, Brasil e cachaça do Brasil devem ser utilizados pelos produtores brasileiros, para fins de comércio tanto interno, quanto externo, para exportação (ANDRADE; ANDRADE, 2015; DIAS, 2014).

O decreto 4.851 de 2003 estabelece, por fim, como a cachaça é definida e suas especificações, tais como o teor alcoólico. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o MAPA, buscando desenvolver o mercado da cachaça, aprova o regulamento técnico de padrões, identidade e qualidade para a cachaça. O presente regulamento estabelece a diferenciação entre cachaça e aguardente de cana, que se caracteriza pela porcentagem de graduação alcoólica. A presente instrução ainda aponta para aspectos relacionados a higiene, destilação e medidas que devem ser utilizadas no processo de produção da cachaça, a fim de se atingir determinado nível de qualidade (MAPA, 2005, SILVA, 2009, ANDRADE; ANDRADE, 2015).

Em 2005 também foram aprovadas pelo MAPA as normas relativas aos requisitos e procedimentos para registro de estabelecimentos produtores de aguardente de cana e de cachaça, organizados em Sociedade Cooperativa os respectivos produtos elaborados (MAPA, 2005). O objetivo foi regulamentar os registros de estabelecimentos cooperativos, bem como

a produção destes estabelecimentos, desenvolvendo atividades relacionadas com a cadeia produtiva da cachaça (ANDRADE; ANDRADE, 2015).

Ainda em 2005, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, o INMETRO, em parceria com o Sebrae, iniciou um processo de implementação da certificação da cachaça, com a participação de produtores, consultores, especialistas e certificadores a criação de um sistema de gestão que auxiliasse no processo de certificação. Com a criação da portaria nº 126, as especificações para a certificação foram delimitadas, passando do processo de produção até chegar à distribuição final do produto. A partir desta portaria, qualquer produtor de cachaça poderia solicitar a certificação, que é voluntária e conferida apenas por certificadoras com o selo do INMETRO (ANDRADE; ANDRADE, 2015).

Portanto, na contemporaneidade, tem-se o reconhecimento da cachaça como produto genuinamente brasileiro e a partir de março de 2013, por meio de acordo estabelecido entre os Estados Unidos e o Brasil, as exportações do produto ganham um impulso significativo para o setor. Antes, reconhecido como rum, havia prejuízos no desenvolvimento do produto no mercado, já que os Estados Unidos exigiam a identificação da bebida como rum. O devido reconhecimento contribuiu para a inserção da bebida no mercado internacional. (PORTAL BRASIL, 2013, ANDRADE; ANDRADE, 2015).

Em 2016, com a alteração da AMPAQ para ANPAQ, mediante a alteração do Estatuto Social em assembleia geral no dia 16/12/2016, a associação mudou de mineira para nacional e passou a receber qualquer integrante que fizesse parte da Cadeia Produtiva da Cachaça de Alambique pertencentes a qualquer estado da federação brasileira. A ANPAQ (2018) ainda destaca que este passo se mostra importante para todo o setor da cachaça, ao se levar em consideração o quanto a associação enquanto AMPAQ contribuiu para o desenvolvimento do mercado da cachaça nacional. A partir da alteração para ANPAQ, a associação “se antecipa aos anseios de união e fortalecimento do setor em prol de uma construção que precisa dos esforços e do pensamento de todos os elos da cadeia produtiva da cachaça” (ANPAQ, 2018).

Nos últimos 30 anos, observa-se o fortalecimento institucional do campo da cachaça, com a criação de instituições, leis e portarias que defendem e garantem os interesses dos produtores e pertencentes ao setor, podendo a transformação da AMPAQ em ANPAQ ser compreendida como um importante momento para fortalecer ainda mais o mercado das cachaças de alambique.

A importância da cachaça não se restringe ao âmbito histórico e cultural que reforça a identidade do país, pois é inegável sua relevância econômica. De acordo com MAPA (2018), as exportações da cachaça em 2017 resultaram em um faturamento de US\$15.808.210,00, com

aumento de 11,34%, ao se comparar com o ano de 2016. Estado Unidos e Alemanha são os dois países que mais importaram a bebida, seguidos do Paraguai, França, Portugal, Bolívia, Espanha, Itália, Reino Unido e Uruguai. Dessa forma, é possível observar a partir dos valores e países como a bebida está inserida no mercado internacional representando o nosso país.

Foi apresentado neste capítulo a constituição histórica da cachaça no Brasil, partindo da colônia até a contemporaneidade. A seguir será contextualizado o campo organizacional que compõe a cachaça de alambique, com especial destaque para a associação e a informalidade, objeto de interesse do presente estudo e que conforme já contextualizado até aqui, tão presente na evolução histórica da cachaça de alambique.

2.2 Associações e Informalidade: compreendendo o campo organizacional

No presente estudo, ao adotar-se como objeto de pesquisa o trabalho institucional de interrupção da informalidade desenvolvido por gestores da ANPAQ, faz-se necessário a compreensão de dois componentes deste campo organizacional tão complexo: as associações e a informalidade.

A Teoria Institucional, a partir da vertente do novo institucionalismo, passou a considerar a ideia de campo organizacional, analisando a inter-relação dos ambientes nos quais as mais diversas organizações se inserem.

Nestes ambientes, existem diversas questões relacionadas, por exemplo, a recursos materiais, competitividade e ambiente institucional nos quais diversos componentes e atores estão inseridos. DiMaggio e Powell (1983) afirmam que o campo organizacional é composto de diversas organizações e tais organizações fazem parte do ambiente institucional umas das outras. Compõem o ambiente institucional, por exemplo, fornecedores, consumidores, entes estatais, concorrência, prestadoras de serviço e etc.

Os campos organizacionais, portanto, não devem ser compreendidos apenas como organizações agregadas, mas sim percebidos como um ambiente dotado de significados para os componentes e atores que fazem parte deste campo organizacional. As ações dos componentes nestes ambientes afetam diretamente todas as organizações que façam parte deste campo, demonstrando assim, posições dialéticas dos componentes do campo organizacional (MACHADO-DA-SILVA; FILHO; ROSSONI, 2010).

Para os autores, a estrutura do campo se molda a partir do instante que há um determinado interesse em comum entre as organizações pertencentes a este ambiente, quando ocorre o aumento de interações e estabelece-se um diálogo entre os componentes deste campo.

A partir destas interações, há o reconhecimento entre as próprias organizações que elas fazem parte de uma mesma realidade.

Para Vieira e Carvalho (2003), as relações que ocorrem no campo organizacional são permeadas por disputas de poder. Este campo, composto de diversas organizações e instituições, é dotado de crenças e valores internalizados, havendo, portanto, a necessidade de se conhecer bem as intenções dos componentes desse campo organizacional. Existem, portanto, relações de poder e dependência nos campos organizacionais, carregadas de interesses explícitos e implícitos nas ações desenvolvidas pelos componentes deste campo (MACHADO-DASILVA; FILHO; ROSSONI, 2010).

A partir desta percepção, dois atores estão fortemente presentes no campo da cachaça de alambique e exercem diversas pressões nos demais componentes deste campo organizacional. Neste campo organizacional, além dos fornecedores, consumidores, entes estatais, concorrência e prestadoras de serviço, encontra-se também a Informalidade e a Associação Nacional dos Produtores e Integrantes da Cadeia Produtiva e de Valor da Cachaça de Alambique (ANPAQ). Os dois aspectos serão melhores explicitados abaixo.

2.2.1 A informalidade no campo da Cachaça de Alambique

Os estudos em torno da informalidade envolvem uma gama de compreensões e teorias devido a uma certa complexidade que envolve a constituição econômica de mercados, bem como as mais diversas dinâmicas que se estabelecem em torno da formalidade versus a informalidade (MACIEL; OLIVEIRA, 2018). Daniel (2016) destaca que a informalidade é estudada em grande parte dos casos sob a perspectiva do trabalho, e vale destacar que estudos que abordem organizações informais, em especial do campo do agronegócio, ainda são escassos.

A ideia de economia informal surgiu na década de 1970, na África, mais precisamente no contexto do país de Gana a fim de se classificar rendimentos que provinham de atividades dentro da economia que não fossem alcançadas por uma regulamentação estatal (CUNHA, 2006). Destaque-se, ainda, que a informalidade geralmente faz parte e se desenvolve de forma mais densa em países que estejam em contextos de desenvolvimento, ou emergentes (MACIEL; OLIVEIRA, 2018).

Ainda de acordo com Maciel e Oliveira (2018) e em consonância com Sardan (2013), o termo setor informal apareceu pela primeira vez em um documento oficial no ano de 1972, em um relatório da missão global realizado pela Organização Internacional do Trabalho ao se

analisar as condições de trabalho que ocorriam no Quênia durante aquele ano, servindo como referência em anos posteriores a partir de diversas discussões realizadas também pelo Antropólogo Keith Hart a partir de 1973 (CUNHA, 2006; SARDAN, 2013).

No Brasil, de acordo com Souza (2012), a informalidade vem sendo discutida desde o início da década de 1990, sendo considerada na maioria das vezes como uma maneira de se flexibilizar o trabalho, levando-se em conta os problemas dela advindos, ou aqueles que ela possa acarretar ao se deparar com ausência de aspectos legais mínimos. Porém, considera-se que a informalidade deve ser compreendida ao se comparar situações que possuam grau de formalidade, tais como setores regulamentados em que atores seguem a regulamentação, sendo esses os formais e os que não seguem as regulamentações mínimas, são considerados como informais.

A classificação de formais e informais é abordada por Souza (2012), que elenca além dos aspectos legais, questões relacionadas com as realidades presentes em situações locais, regionais, temporais, dentre outras. Sendo assim, a informalidade pode emergir de diversas realidades diferentes, podendo ser analisada e compreendida em diferentes circunstâncias. Portanto, compreender a informalidade pode ser de fato útil, mas se faz necessário compreender também em quais contextos ela se insere e como se configura. Acrescente-se a isso a ausência de regulação pelo Estado, ausência de uma lógica de mercado (definição de preços, compreensão de concorrência) ou ainda a ausência da legalidade (CUNHA, 2006).

Para Daniel (2016), o setor informal se diferencia do ilegal, pois os produtos informais não são proibidos, apenas não constam os aspectos produtivos e de comercialização de acordo com as legislações que estejam em vigor.

De acordo com Tiryaki (2008), a informalidade geralmente é constituída em sua grande maioria por pequenas organizações, que em grande parte tem dificuldades para acessar, por exemplo, o crédito e o capital, bem como a dificuldade de acessar sistemas legais para que se tenham garantidos a proteção à propriedade e o cumprimento de contratos, pois não possuem seus registros nos órgãos governamentais que o exigem, gerando assim um ciclo contínuo de informalidade. Ainda de acordo com a autora, países que experimentam altas taxas de informalidade em suas economias, têm dificuldades em se desenvolver economicamente experimentando assim baixas taxas de crescimento.

Ainda há uma dificuldade dos que optam em permanecer na informalidade, em razão de não conseguirem aumentar e desenvolver sua produção de forma sustentável, tendendo a manter suas produções em baixa escala para que não sejam identificados por órgãos fiscalizadores que pertençam ao Estado. É comum, muitas vezes, a dificuldade de combinar de forma eficiente o

capital e o trabalho empregados no desenvolvimento de suas organizações informais, ficando os ganhos de produtividade inviabilizados (TIRYAKI, 2008).

Destoando de Tiryaki (2008), Souza (2012) afirma que a informalidade pode ser compreendida como uma continuação do setor formal, uma vez que em decorrência das adversidades existentes, no campo, as pessoas ou organizações se organizam de forma flexível frente aos altos custos da formalidade. Comparativamente às flexibilidades (financeiras e burocráticas) de permanecer na informalidade, pode-se favorecer a inclusão de trabalhadores no mercado, gerando também emprego e renda, ainda que informalmente.

Daniel (2016) ainda aponta que a informalidade pode se apresentar como uma resposta de cunho popular a um Estado rígido, que é responsável por facilitar a produção formal apenas a uma pequena elite. Portanto, a informalidade surge em razão das dificuldades e exigências para se tornar formal.

No campo da cachaça de alambique a informalidade se apresenta como uma instituição muito forte e que afeta todas as organizações que integram esse campo. Oliveira, Gaio e Bonacim (2008) destacam que o alto índice de informalidade no âmbito da cachaça de alambique é igualmente prejudicial para todo o setor. Em seu estudo, é apontado que esses alambiques que atuam na informalidade, desenvolvem suas atividades e trabalho de maneira desordenada, não respeitando princípios básicos de concorrência, o que acarreta medidas de cunho predatório, vendendo a qualquer preço e sem uma mínima preocupação com a qualidade do produto. Os autores ainda apontam que a prática informal é extremamente nociva a negócios formais, tendo em vista que são envolvidos atravessadores no processo de comercialização, capazes de interferir em toda a cadeia. Há ainda a necessidade da atuação conjunta de integrantes da cadeia produtiva, produtores, comerciantes e consumidores, para a diminuição da informalidade (OLIVEIRA; GAIO; BONACIM, 2008).

Por outro lado, Souza (2012) afirma que o reduzido número de políticas públicas que fomentem e reconheçam a cachaça de alambique também é responsável pelo alto índice de informalidade no campo, pois é notória a dificuldade dos produtores em se adaptarem às mais diversas exigências do Ministério da Agricultura. O reduzido número de fiscais bem como a dificuldade de assistência técnica especializada, facilita por vezes a entrada de atravessadores no processo de comercialização. Ainda de acordo com Souza (2012) e Daniel (2016), estima-se que cerca de 85% dos produtores da cachaça de alambique operam na informalidade, indicando o grande desafio para a profissionalização do setor.

O combate à informalidade surge, portanto, com uma das principais bandeiras que norteiam as ações estratégicas da ANPAQ, devido a informalidade estar presente no campo

organizacional da cachaça de alambique desde o período da colônia, chegando a ser até uma característica de produção da cachaça artesanal. Identifica-se a sua presença mesmo diante das diversas proibições, sanções e tributações que a coroa portuguesa impôs aos produtores. A informalidade resistiu até mesmo no período da república, quando a partir de 1940, em detrimento de produtores artesanais, investiu-se na tecnologia para industrialização da cana de açúcar e conseqüentemente a cachaça. Todas essas ações, ao longo do tempo, auxiliaram na institucionalização da informalidade em formatos diferentes, considerando ainda o que é apresentado por Souza (2012), sobre a necessidade de se compreender os contextos nos quais a informalidade se manifesta.

2.2.2 Compreendendo as Associações: outro importante agente do campo organizacional

As associações também são consideradas organizações que constituem o campo da cachaça e, portanto, podem ser analisadas sob as mesmas lentes teóricas estudadas nos estudos organizacionais. Freitas et al. (2016) afirmam que a lógica dos comportamentos empresariais e mercantis se faz presente em nossa sociedade com interesse voltado à competitividade, porém, também são encontradas organizações que se pautam em aspectos de cooperação, como as associações. Elas nem sempre visam o capital financeiro como interesse único, mas são capazes de exercer influências nos mais diversos campos onde se inserem, como o mercado e Estado, por exemplo, (LÜCHMANN; SCHAEFER; NICOLETTI, 2017).

De acordo com a Lei nº 10.406 de 2002 do Código Civil, “as associações são pessoas jurídicas de direito privado e têm por objetivo a realização de atividades culturais, sociais, religiosas, recreativas, etc., sem fins lucrativos, ou seja, não visam lucros e são dotadas de personalidade distinta de seus componentes”.

Representando um importante componente no campo organizacional, as associações são pautadas, em grande maioria, pela união, cooperação, participação e alcance aos objetivos em comum. Elas tendem a representar um segmento de pessoas ou organizações que pertençam a um determinado setor que pode ser de profissões, organizações industriais ou comerciais, dentre outras. As associações enquanto forças sociais, surgem a partir da necessidade de se ocupar e legitimar os campos organizacionais. Pode-se concebê-las como atores sociais capazes de influenciar agendas públicas, exercer controle e criar projetos de interesse público (LÜCHMANN; SCHAEFER; NICOLETTI, 2017).

Tommaso, Silva e Poloniato (2007) afirmam que as associações são fundamentais para o estabelecimento de espaços democráticos, auxiliando no desenvolvimento dos mais diversos

setores no enfrentamento de situações empresariais, por exemplo. Pessoas físicas ou empresas ao se organizarem a partir de uma associação, buscarão através de ações coletivas e representativas, a possibilidade de resolver problemas, atender demandas do setor, atingir metas e objetivos que representarão o interesse comum a partir da ideia de associativismo.

Deve-se observar que as manifestações associativas não podem simplesmente apresentar um cunho superficial, pois se agem superficialmente, tendem a desviar dos objetivos comuns, apontando que se deve estimular constantemente o desenvolvimento do senso de cooperação dos envolvidos nas associações, tais como gestores e associados (TOMMASO; SILVA; POLONIATO, 2007).

Os objetivos das associações podem ser múltiplos. Geralmente os objetivos estão voltados ao alcance de benefícios comuns para os seus associados, através de ações coletivas. Para se atingir estes objetivos, as associações devem deliberar de forma democrática através de reuniões que são conhecidas como assembleias, nas quais todos os associados têm poder de voto. Por isso as práticas das associações devem ser voltadas ao convívio de seus associados em um ambiente democrático.

As associações desempenham papéis nos campos onde se inserem, como por exemplo, representar e defender os interesses dos seus associados, melhoria das técnicas profissionais ou de produção e orientações relacionadas aos processos de venda e comércio. Este processo representativo realizado pelas associações, em busca dos objetivos comuns, visa à legitimação dos mais variados setores.

Sob a ótica do trabalho institucional, de acordo com Lawrence, Leca e Zilber (2013), compreende-se que os atores (coletivos ou individuais) desenvolvem esforços capazes de influenciar os campos organizacionais o que demonstra como gestores e associados de determinada associação são capazes de desenvolver e promover ações para criar, manter ou interromper as instituições, de forma que sejam capazes de legitimar o campo da cachaça de alambique, onde se inserem.

2.3 Institucionalismo Organizacional: Constituição Teórica e Desdobramentos

O institucionalismo organizacional é um campo de pesquisas consolidado nos estudos organizacionais devido às possibilidades que seu arcabouço teórico e analítico fornece aos pesquisadores que adotam esta perspectiva, como a possibilidade de compreender padrões que se encontram implícitos nas mais diversas organizações, apresentando abordagens múltiplas

para que se consiga entender os diversos contextos organizacionais existentes (PEREIRA, 2012).

Apesar da existência de uma diversidade de correntes que empregam a Teoria Institucional, como Estudos Organizacionais, Sociologia, Economia e Política, Théret (2003) e esclarece que poucos estudiosos se preocupam com sua definição conceitual, devido à esta mesma variedade de correntes teóricas.

Entretanto, vale ressaltar que estas correntes institucionais possuem aproximações por considerar que há uma importância em se compreender os dispositivos institucionais, bem como suas perpetuações e mudanças organizacionais (PEREIRA, 2012).

De acordo com Mosca (2006) e Lima (2016), o institucionalismo apresenta três vertentes de estudos: o institucionalismo econômico, o institucionalismo político e o institucionalismo sociológico, sendo este último o que representa uma forte tradição e abundante aporte teórico de pesquisas aplicadas à administração, com maior destaque para os estudos organizacionais (LOUNSBURY; BOXENBAUM, 2013).

Os fundamentos do institucionalismo organizacional se situam em obras de pensadores da Sociologia, como Weber, Marx e Durkheim (PAIVA et al., 2018, GREENWOOD et al., 2008; SCOTT, 2008). A partir das obras destes pensadores, diferentes abordagens institucionais surgiram no decorrer do século XX, abordagens estas que possuem enfoques e recortes teóricos próprios, porém refletindo a evolução e desenvolvimento da Teoria Institucional (SELZNICK, 1996; LAWRENCE; SUDDABY, 2006; LIMA, 2016). Lima (2016) ainda aponta que a preocupação com estudos de organizações é relativamente recente, se comparada com outros campos de estudo, datando a partir da década de 1940 o interesse da sociologia em estudá-las.

Pereira (2012) afirma que os estudos que envolveram a Teoria Institucional, portanto, auxiliaram e ainda auxiliam no desenvolvimento de estudos organizacionais e administrativos. Ressalte-se, ainda, a ênfase sociológica, voltada para análises que envolvam variáveis como o compartilhamento de valores entre equipes, busca pela legitimidade, relações poder, poder de agência e isomorfismos. (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

De acordo com Pereira (2012), a teoria institucional é capaz de proporcionar importantes contribuições para a gestão organizacional. A partir desta perspectiva, observa-se as interações entre os contextos culturais e políticos alinhados à ação humana, visando explicar os mais diversos fenômenos que ocorrem nas organizações, compreendendo como as estruturas, procedimentos e ações se tornam legítimas e quais são as consequências que a legitimidade destas ações e estruturas traz como resposta para as organizações.

O institucionalismo organizacional é abordado na vasta literatura sobre o assunto, como uma forma de se contrapor um modelo de organização racionalista, focando os processos produtivos e gerenciais, voltando sua atenção para análise de redes de relacionamentos e seus agentes, perpetuações culturais que moldam e dão sustentabilidade à continuidade de ações que são desenvolvidas dentro das organizações (CORAIOLA et al., 2012).

Ainda para Coraiola et al. (2012), a teoria institucional, nos estudos organizacionais, priorizou as pesquisas sobre os relacionamentos das organizações e os campos nos quais elas estão inseridas, enfatizando a influência e controle que são exercidos pelas organizações, bem como sobre o funcionamento e as práticas que são desenvolvidas nas organizações.

De acordo com Creed et al. (2014), diversos estudos eram desenvolvidos no campo organizacional, na década de 1940 e 1950, porém as análises estavam sob o enfoque comportamental (behaviorista) e estruturalista, respectivamente. A partir do final da década de 1950, ganhou força a perspectiva institucional, que auxiliou novos desenvolvimentos de estudos empíricos na área organizacional. Portanto, o institucionalismo organizacional passou a ser uma base teórica aplicada às organizações a partir da década de 1960, passando a incorporar em seu corpo teórico-analítico, a partir de então, simbolismos e construções sociais característicos do cotidiano organizacional (LIMA, 2016).

Mosca (2006), Creed et al. (2014) e Lima (2016) apontam que o institucionalismo foi inserido nos estudos organizacionais a partir da obra de Philip Selznick, “*Leadership in administration*” (Liderança na Administração, tradução nossa), em 1957. Sua obra e análises visavam compreender as organizações como uma estrutura que se expressa a partir de uma agência racionalizada. As estruturas são reféns da pressão e aceitação de sujeitos que compõem o ambiente organizacional. Quando estas estruturas são aceitas, tendem a se tornar um sistema legitimado na organização.

Selznick (1957) demonstra como uma organização se torna uma instituição, destacando o que uma difere da outra. De acordo com o autor, a organização se torna uma instituição a partir de uma infusão de valores e simbolismos que esta organização recebe. Quanto mais valores e símbolos uma organização recebe, mais diferente de outras organizações ela se tornará, assumindo um caráter único e individual, distinguindo-a das demais organizações e tornando-se, portanto, uma instituição (LIMA, 2016).

Passou-se a considerar, a partir da ótica institucional, que as organizações funcionam em grande parte alicerçadas em seus sistemas de valores e simbolismos, e não exclusivamente baseada nos papéis formais e estruturas explícitas da organização (LIMA, 2016).

As instituições passam a ser, desta forma, compreendidas e tratadas como variáveis independentes, que afetam diretamente a organização e seu funcionamento. Assim, rejeita-se a concepção racionalista e as instituições passam a ser compreendidas como uma expressão de valores sociais com destaque para a relação entre as organizações e os mais diversos ambientes nos quais ela está integrada (MOSCA, 2006; PEREIRA, 2012; LIMA, 2016). Esta concepção trazida por Selznick (1957) foi denominada como Institucionalismo Clássico.

O denominado Institucionalismo Clássico perdurou até a década de 1970 com importantes discussões que estavam direcionadas ao entendimento sobre as consequências das instituições, a partir da compreensão que as mesmas eram estruturas determinantes para a existência e funcionamento organizacional.

Mais ao fim da década de 1970 e início da década de 1980, diversas críticas ao institucionalismo clássico pautaram o desenvolvimento do novo institucionalismo (PEREIRA, 2012). O novo institucionalismo surge a partir de 1970, “quando alguns sociólogos contestaram a distinção tradicional entre a esfera do mundo social e as esferas influenciadas por um conjunto de práticas associadas à cultura” (PEREIRA, 2012 p. 281). Nesse sentido, Selznick (1996) afirma em sua obra que há uma importante contribuição do novo institucionalismo, ao considerar a inserção de novas teorias, campos de análise organizacional e a ideia de agência racional.

Ainda que relacionado ao institucionalismo sociológico de Selznick, o novo institucionalismo buscou trazer novas contribuições aos estudos organizacionais (PECI, 2006; CORAIOLA et al. 2012). De acordo com os autores, as diferenças entre o institucionalismo clássico e o novo institucionalismo partem da ideia ambiental. Enquanto no institucionalismo clássico as organizações eram estudadas sob a ótica de um ambiente compreendido como um fator coadjuvante, o novo institucionalismo compreende que as organizações nada mais são que a consequência do ambiente no qual estão inseridas.

Por seu turno, Mosca (2006) aponta que enquanto o institucionalismo focava suas atenções na orientação econômica e política, o novo institucionalismo concentrou-se na perspectiva sociológica, apresentando também diferenciações com relação aos ambientes estudados. Assim sendo, enquanto o institucionalismo enfoca ambientes e comunidades menores, o novo institucionalismo tem um horizonte mais amplo, ao analisar setores, por exemplo, comerciais, bem como carreiras e outras entidades. Por outro lado, Coraiola et al. (2012) caracteriza também como uma percepção mais tradicional do novo institucionalismo, a relação direta com os contextos sociais nos quais os atores estão inseridos para a tomada de decisões e desenvolvimento de ações.

Em resumo, a preocupação da nova abordagem institucional, o novo institucionalismo, era compreender os fundamentos das instituições e seus efeitos diretos nas ações dos atores, em especial a partir de mecanismos isomórficos. Carvalho, Vieira e Lopes (1999), afirmam que o ambiente institucional é caracterizado pela criação de regras, normas e exigências as quais as organizações devem aceitar ao pleitearem determinado lugar no ambiente. Desta forma, tais organizações obtêm a legitimidade que outras organizações possuem por ocupar este mesmo espaço no ambiente.

Meyer e Rowan (1983) apud Peci (2006), afirmam que a busca por essa legitimidade institucional pelas organizações ao ocuparem um determinado ambiente cria o mito institucional. Este mito institucional está relacionado diretamente com a ideia do novo institucionalismo, o isomorfismo organizacional, quando a organização adota “regras institucionais racionalizadas”, incorporando nas organizações elementos que já possuam a legitimação, que é percebida em outras organizações, com critérios definidos concebidos externamente, em detrimento de adotar práticas que considerem a eficiência e especificidades da organização (PECI, 2006).

Powell e DiMaggio (1983) em seu texto clássico acerca do novo institucionalismo, apresentam a concepção de campo organizacional, tão importante para se compreender os aspectos institucionais sob essa ótica. Dentro do campo organizacional estão presentes os *stakeholders* (também conhecidos como influenciadores), sendo reconhecidos como tais, fornecedores, consumidores, agências reguladoras e concorrência (PECI, 2006).

Devido a abordagem apontar para as organizações como consequências dos meios em que estão situadas, a compreensão e a análise de campo organizacional se apresentam como necessárias. “Campos organizacionais altamente estruturados fornecem um contexto em que esforços individuais para lidar racionalmente com a incerteza e com restrições geralmente levam, de maneira conjunta, à homogeneidade em termos de estrutura, cultura e resultados” (POWELL; DIMAGGIO, 2005 p. 2). De acordo com Peci (2006), este campo organizacional exerce forças e pressões sobre as organizações, para que estas se pareçam umas com as outras, direcionando ao isomorfismo organizacional.

Powell e DiMaggio (1983) distinguem dois tipos de isomorfismo, o primeiro está relacionado à competitividade, cujas organizações tendem a ficar parecidas por fazer parte de um mesmo setor, concorrerem entre si e possuem objetivos parecidos. O segundo é conhecido como isomorfismo institucional, sendo que este último pode se apresentar em três formas: coercitivo, mimético e normativo (VIEIRA; CARVALHO, 2003; PECI, 2006).

De acordo com Powell e DiMaggio (2005), isomorfismo coercitivo está diretamente relacionado às pressões formais e informais exercidas por diferentes organizações, bem como às influências políticas e também à falta de legitimidade. Peci (2006 p. 5) afirma que o isomorfismo mimético se configura a partir de ações que são “exercidas por outras organizações das quais as organizações dependem e por expectativas culturais da sociedade. Fatores como ambiente legal, estados racionalizadores e outras grandes organizações racionais são apontados como fontes de pressão.”

O isomorfismo mimético é oriundo de respostas que são padronizadas para o enfrentamento de possíveis incertezas (POWELL; DIMAGIO, 2005). A partir de então, as organizações tendem a se configurar como outras organizações, pois de acordo com Peci (2006), estas organizações podem se modelar como outras de forma não intencional ou de forma intencional. De forma intencional ocorre devido à rotatividade de colaboradores, e de forma mais explícita, intencional, através de consultorias, ou associações de categorias, por exemplo.

O terceiro isomorfismo apontado por Powell e DiMaggio (2005) é o normativo, que está diretamente relacionado com a profissionalização. De acordo com os autores, membros de uma determinada profissão criam embates para melhor exercer seu trabalho. Desta forma, estes atores estabelecem uma base de cognição e legitimação a fim de se atingir autonomia dentro da profissão. Peci (2006 p. 5) afirma que “a legitimação de uma base cognitiva produzida por especialistas universitários e o crescimento e a elaboração de redes profissionais - que atravessam as organizações e em torno das quais novos modelos se difundem com rapidez”, são dois dos exemplos de isomorfismo normativo.

Considera-se, portanto, as tipologias isomórficas como dispositivos institucionais, nos quais conhecimento e crenças que são criados socialmente tendem a se tornar naturalizados em busca da legitimação. As ações tomadas por indivíduos que integram nas mais diversas organizações, nem sempre buscam a melhor maneira de atingir os objetivos propostos pelas mesmas, pois frente a determinados eventos que possam ocorrer dentro das organizações, os indivíduos visando ser mais aceitáveis socialmente e, na busca pela legitimidade, adotam atitudes que sejam legitimadas por outros membros desta organização ou mesmo de uma comunidade.

Powell e DiMaggio (2005) afirmam que as três tipologias institucionais podem se fazer presentes dentro das organizações. Entretanto, ao se analisar o contexto empírico organizacional, tais tipologias se formam e se reproduzem de maneiras diferenciadas entre si, sendo necessário compreender cada um deles de forma distinta, bem como as maneiras que uma tipologia pode afetar a outra.

Para Peci (2006), tanto o institucionalismo clássico quanto o novo institucionalismo apresentaram a descrença ante os atores racionais, enfocando tradicionalmente suas análises nas interações entre organizações e os ambientes nos quais estão inseridas, porém trazendo uma amplitude neste ambiente.

Contudo, reconhecendo as limitações desses estudos e apontamentos, especialmente no que se refere a uma certa negligência do papel da agência humana na produção e reprodução das instituições, novas perspectivas foram desenvolvidas. A partir da década de 1990, por exemplo, há um esforço em pesquisas que vão em direção à busca de questões relacionadas com a mudança organizacional, pluralismo, relações complexas, poder de agência, desinstitucionalização, dentre outras linhas (COSTA; MELO, 1998; GREENWOOD; HININGS, 1996; BECKERT, 1999; COSTA, 1992).

Já adentrando a década de 2000, surgem novas abordagens da corrente institucional. Destas abordagens, destacam-se o empreendedorismo institucional, lógicas institucionais e por fim, em 2006, a mais recente e de interesse deste estudo, o *Institutional Work*, proposto por Lawrence e Suddaby em 2006 (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; GREENWOOD et al. 2008, LAWRENCE; SAUDDABY; LECA, 2011).

Apesar de definições próprias, estas abordagens não rompem com a Teoria Institucional, sendo percebidas como continuações do novo institucionalismo. O próprio Trabalho Institucional é reconhecido pelos autores como uma perspectiva teórica institucional que visa incrementar o constructo teórico sobre temas que já foram debatidos na corrente institucional (LAWRENCE; LECA; ZILBA, 2013).

Mosca (2006) e Creed et al. (2014) apontam que a teoria institucional é uma abordagem que possui fortes pontos para análises organizacionais, visando explicar o que os agentes sociais compartilham no campo organizacional, desde recursos, informações, relações de poder, dentre outros, que são trabalhados a fim de se atingir os objetivos organizacionais. Conforme anteriormente explicado, nem sempre se busca o melhor, mas o que seja socialmente aceito pelos outros membros que compõem a organização. A figura 1, abaixo, apresenta uma síntese da evolução teórica da Teoria Institucional a partir da vertente sociológica. Já na próxima sessão é apresentada a constituição teórica e especificidades do Trabalho Institucional.

Figura 1 - Evolução da Teoria Institucional



Fonte: Do autor.

2.4 Novas possibilidades aos Estudos Organizacionais: Trabalho Institucional

Uma ampla discussão na academia e nos estudos organizacionais em torno do novo institucionalismo trouxe o surgimento das concepções do trabalho institucional, chamando atenção nos últimos anos o expressivo aumento de publicações que têm como foco esta corrente institucional. Há, portanto, crescente interesse em se adotar essa perspectiva para pesquisas

organizacionais, o que pode representar também novas contribuições para aplicação em estudos brasileiros, permitindo, assim, maiores aprofundamentos tanto teóricos quanto empíricos. O Trabalho Institucional, possui três possibilidades de análise: a criação, a perpetuação e a interrupção de instituições em organizações e campos organizacionais.

2.4.1 As instituições e o Trabalho Institucional

As abordagens institucionais concentraram as atenções em como as estruturas formais racionalizadas afetam o desenvolvimento e também a restrição de comportamentos dentro de organizações e campos organizacionais. As teorias institucionais contribuíram com arcabouços teóricos que desenharam conceitos-chave para a compreensão das estruturas organizacionais em conjunto com as lógicas institucionais que imperam nas organizações, analisando como as instituições são capazes de conduzir ações tomadas (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Para dar continuidade à compreensão de trabalho institucional, faz-se necessário compreender o que são instituições sob esta perspectiva. Apesar das concepções apresentadas por Selznick (1957), DiMaggio e Powell (1983) e DiMaggio (1988), existem diversos entendimentos acerca do conceito.

A conceituação de instituição é o ponto central para se compreender as análises sob as mais diversas óticas da teoria institucional. Deve-se partir do pressuposto que existem elementos que são longínquos e duradouros dentro das organizações ou também presentes nos campos organizacionais. Tais elementos exercem efeitos diretos sobre o pensamento e comportamento dos mais diversos atores que compõem essas organizações e campos, tanto em nível individual, quanto em nível coletivo (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009).

Para Maguire e Hard (2009), as instituições são dotadas de historicidade a partir de práticas e compreensões que são repassadas e apontam para uma forma esperada de se agir. As instituições são compostas também por elementos cognitivos, normativos e reguladores (SCOTT, 2008; MAGUIRE; HARD, 2009). O elemento regulador, está relacionado à autoridade que determinados atores possuem para restringir o comportamento de outros atores, a partir de um sistema de regras que os dotam da possibilidade de coerção. O elemento normativo irá influenciar os comportamentos que são apropriados e esperados frente a eventos que ocorram dentro das organizações. Já o pilar cognitivo, se baseia em compartilhamento de conhecimento e concepções e auxilia na predominância e perpetuação de uma instituição (SCOTT, 2008).

Sob a perspectiva do novo institucionalismo, as instituições são vistas a partir do espectro cognitivo, percebidas como elementos que estão presentes dentro das organizações, a partir de aspectos normativos e reguladores que trazem estabilidade para o ambiente organizacional (SCOTT, 2008). Elas podem ser repassadas a partir de diversos meios, tais como símbolos, relações, rotinas e artefatos, perpassando diversos níveis dentro das organizações. As instituições também são percebidas como compartilhamento de significados e regras que são capazes de apontar os lugares que cada ator ocupa em determinada instituição. (GREENWOOD; HININGS, 1996; HIRSCH; LOUNSBURY, 1997).

Esta perspectiva, de acordo com Lawrence e Suddaby (2006) tem sido criticada desde meados da década de 1990 por considerar apenas o enfoque cognitivo, com os atores organizacionais como seres passivos das instituições existentes, sem considerar a possibilidade de que a ação humana possa interferir nas instituições. A partir das ideias de economistas institucionais, North (1990) e Jepperson (1991), o papel da ação humana passa a ser concebido dentro das organizações. Estes autores trabalham com a perspectiva de que as instituições são concebidas pelos mais diversos atores que estão presentes nas organizações (ou campos organizacionais). As instituições podem, portanto, serem redesenhadas intencionalmente ou não (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; YAN et al. 2018).

Para o trabalho institucional, a compreensão de instituição como um resultado da ação humana se faz fundamental, uma vez que se compreende que os atores são dotados de interesses e racionalidade suficientes para o desenvolvimento de ações que criem, mantenham ou interrompam as mesmas (YAN et al. 2018).

Lawrence e Suddaby (2006) afirmam que a partir desta percepção, compreende-se que as instituições, em detrimento das ideias anteriores que as entendia apenas como uma construção passiva e pontual, são na verdade, interações padronizadas e constituídas de forma organizada, consensual e previamente estabelecidas. As instituições, portanto, são os resultados de determinadas ações realizadas para dar continuidade, alterar ou destruir as mesmas. Destaque-se aqui que o presente estudo se aporta nesta compreensão de instituição, que é apresentada por Lawrence e Suddaby (2006), quando apresentado a obra seminal sobre Trabalho Institucional.

2.4.2 Trabalho Institucional: Definições Iniciais

A partir da obra seminal “*Institutions and Institutional Work*”, Lawrence e Suddaby (2006) apresentam os fundamentos desta abordagem institucional. Os autores visam

desenvolver uma concepção com enfoque nas práticas organizacionais, a partir da visão do ator, concebido como dotado de interesse e liberdade de ação com os propósitos de criar, manter ou interromper instituições. Esta perspectiva busca compreender como as ações desenvolvidas por atores podem trazer influências sobre as estruturas sociais e institucionais, com foco no trabalho desenvolvido por indivíduos, grupos e organizações, interessados na criação de novas instituições, em dar continuidade em instituições existentes ou em romper com instituições presentes nos campos organizacionais (YAN et al., 2018).

Coraiola et al. (2012), afirmam que o trabalho institucional traz contribuições que se diferenciam do novo institucionalismo e se firma como uma nova vertente para o institucionalismo organizacional, buscando uma ruptura com o que tem sido tradicionalmente pesquisado a partir da ótica Institucional, ao se adotar um nível micro de análise organizacional.

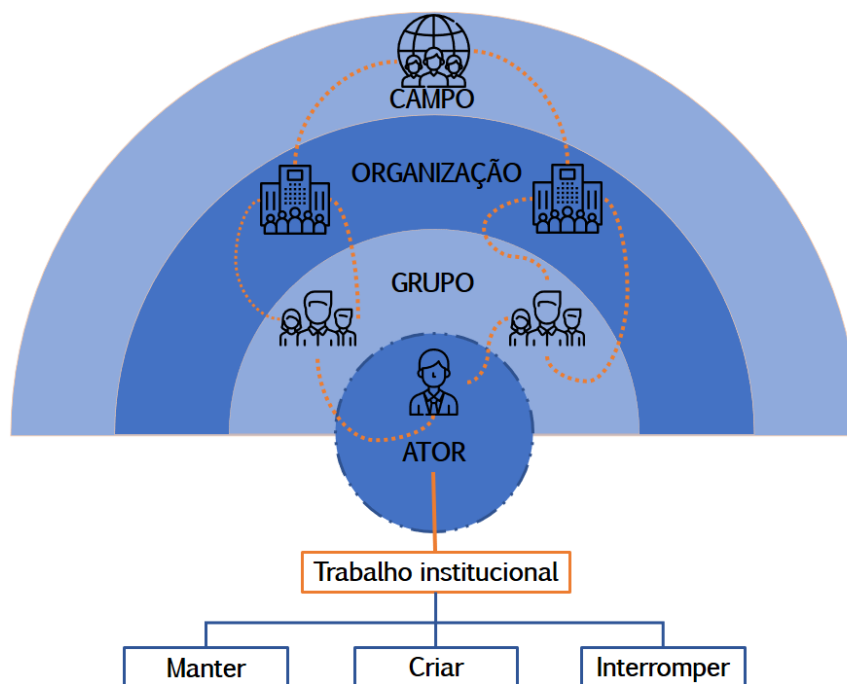
Por outro lado, Lawrence, Leca e Zilber (2013) afirmam que o trabalho institucional não visa uma ruptura teórica com outras vertentes, mas sim uma possibilidade de integração com o que já foi estudado teoricamente dentro do enfoque institucional, abordando, também a análise em nível micro. Dessa forma, diferencia-se, apenas, nos aspectos de concepção de uma instituição e da racionalidade que os atores inseridos nos campos organizacionais possuem.

Os principais focos de estudo sob esta perspectiva até então, tem sido em como o trabalho institucional ocorre, quem são os atores que desenvolvem o trabalho institucional no ambiente organizacional e quais são as características que constituem o trabalho institucional (LAWRENCE; LECA; ZILBER, 2013).

O trabalho institucional pode ser compreendido a partir de três blocos: as ações para criação de instituições, bem como as práticas que visam manter a vigência das mesmas ou concentrar na análise de atividades de grupos/indivíduos/atores que se propõem a interromper instituições existentes (CORAIOLA et al., 2012).

Para Lawrence et al. (2009), passa a haver uma inversão no interesse de se realizar as pesquisas relacionadas a organizações e instituições. No trabalho institucional o foco se dá na necessidade de compreensão de como os atores se movimentam para criar, manter ou interromper instituições, em detrimento da visão de que as ações são influenciadas pelas instituições. Coraiola et al. (2012), destaca que existe uma relação dialética entre as ações desenvolvidas pelos atores, que se preocupam na moldagem da instituição, e a própria instituição que retroalimenta as ações desenvolvidas pelos atores.

Figura 2 - Possibilidades de análises sob a ótica do Trabalho Institucional



Fonte: Do autor com base em Lawrence e Suddaby (2006) e Coraiola et al. (2012).

Lawrence, Leca e Zilber (2013) afirmam que o trabalho institucional possui três aspectos centrais. O primeiro deles é a representação dos atores institucionais como reflexivos, o segundo aspecto está na orientação dos atores que são mais objetivas com foco nestas ações como centrais no desenvolvimento das dinâmicas institucionais. Já o terceiro aspecto está relacionado com o esforço que os atores despendem para que tenham um domínio das estruturas, agências e as inter-relações desenvolvidas por elas.

Para se compreender o trabalho institucional, de acordo com Yan et al. (2018), faz-se necessário entender que esta corrente se une a outros aspectos da abordagem institucionalista, como o novo institucionalismo (perpetuação de instituição), desinstitucionalização (interrupção de instituições) e empreendedorismo institucional (criação de instituições). Lawrence e Suddaby (2006) afirmam que estas correntes contribuíram para a formação teórica do trabalho institucional, quando se percebeu determinados enfoques citados acima entre as décadas de 1990 e 2000 da importância de se estudar estes fatores. Os autores, porém, afirmam que estes estudos se estabeleceram de forma desordenada.

O trabalho institucional, portanto, visa unir estas correntes, a fim de apresentá-las sob um embasamento organizado. A partir de conexões com outras correntes que fomentam a teoria

do trabalho institucional, intenciona-se explicitar e definir cada um dos pontos por ela tratados: a criação, a manutenção e a interrupção de instituições.

2.4.3 O empreendedorismo institucional e a criação de instituições

Conforme apresentado, os três pilares da constituição teórica de trabalho institucional surgem a partir de contribuições trazidas por outras perspectivas da Teoria Institucional. A primeira delas está relacionada com a criação de novas instituições.

De acordo com Lawrence e Suddaby (2006), o processo de criação, dentro do trabalho institucional, está diretamente relacionado com a definição de um novo sistema de regras a serem seguidas pela organização, pois além de criar esse sistema de regras, também fomenta a capacidade de legitimação das mesmas. No trabalho de criação institucional, há também a necessidade da construção de uma rede normativa de atores. Esta rede normativa visa definir as identidades dos atores quando posicionados frente ao novo sistema de regras criado, além de garantir um suporte para a institucionalização dessas novas regras (ZIETSMA; MCKNIGHT, 2009).

Lawrence e Suddaby (2006) afirmam que o processo de criação institucional se pauta nas ideias trazidas por DiMaggio (1988), que pela primeira vez discutiu os efeitos da agência humana nas organizações, sendo base posteriormente para a idealização, por exemplo, do empreendedorismo institucional. A conceituação de empreendedorismo institucional apresenta a forma como os atores (dotados de interesses) irão desenvolver suas atividades para influenciar os ambientes nos quais se encontram inseridos. Para Zietsma e McKnight (2009) o empreendedor institucional surge com o pressuposto de conseguir promover arranjos dentro das organizações que sejam capazes de atender aos seus interesses.

Ao visar atender os interesses que estes empreendedores institucionais possuem, há a necessidade de criação de instituições capazes de se perpetuarem nas organizações onde se encontram presentes (ZIETSMA; MCKINGHT, 2009). Zietsma e McKnight (2009) ainda argumentam que os aspectos apresentados pelos empreendedores institucionais ao criarem novas instituições remonta à ideia da gaiola de ferro, pois estes empreendedores, criadores de instituições, querem construir novos arranjos institucionais, para serem dotados de legitimidade dentro e fora do campo organizacional.

Essa concepção se mostra de suma importância para o primeiro aspecto do trabalho institucional, pois aponta que as práticas destes indivíduos estão presentes nos mais variados

contextos organizacionais e acima de tudo, demonstra que os atores presentes nas organizações são dotados de interesses e trabalham para que consigam atingi-los.

Deve-se destacar, ainda, que os empreendedores institucionais agem através de estratégias para influenciar os ambientes por meio dos papéis que ocupam. Exemplos de ambientes são os espaços de liderança, posicionamento em mercados e até mesmo a busca de mudanças nos aspectos regulatórios (TRACEY et al., 2011; MCGAUGHEY, 2013; ALVAREZ et al., 2015).

Os empreendedores institucionais são muito importantes no processo de criação de instituições, porém, para Lawrence e Suddaby (2006), a compreensão acerca do empreendedorismo institucional por si só não é suficiente para se observar o aspecto de criação de instituições.

Para os autores, as práticas para a criação de uma instituição requerem o desenvolvimento de um trabalho institucional que envolva diversos atores, pois apenas o empreendedor institucional, dotado de recursos para desenvolver uma nova instituição, não é capaz de sustentá-la. Existe a necessidade de que haja outros atores no processo de criação de uma nova instituição que sejam capazes de apoiar os esforços realizados por estes empreendedores. Por isso a necessidade da criação da rede de atores que forneça essa sustentação a uma nova criação institucional (ZIETSMA; MCKNIGHT, 2009).

Para se criar novas instituições, Lawrence e Suddaby (2006) afirmam existir alguns pontos que devem ser tratados pelos empreendedores institucionais. O primeiro deles é conquistar apoio de atores envolvidos na organização, fazendo uso de deliberações e de persuasão a fim de se conseguir apoio político e regulatório. Este estágio é conhecido como advocacia da criação institucional (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; MARTÍ; MAIR, 2009; CANNING; O'DWYER, 2016).

O segundo ponto tratado no processo de criação institucional está relacionado com a construção de sistemas de regras, pois será este novo sistema que garantirá a identidade da nova instituição, definindo limites formais e informais dentro da organização, criando estruturas que conferirão direitos de ação nestes espaços. Este estágio é conhecido como Novas Definições. O terceiro ponto que deve ser tratado é a Construção de Identidades; neste momento definem-se os papéis e conseqüente legitimação que os atores desempenharão dentro das organizações e dos campos onde estão inseridos. O quarto ponto é a mudança e construção das redes normativas; este ponto se dá a partir das práticas da nova instituição, estabelecendo as fundamentações morais e culturais, bem como as recompensas destas práticas para avaliação e

monitoramento das mesmas que envolvem esta instituição (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; CANNING; O'DWYER, 2016).

Por fim, ainda para Lawrence e Suddaby (2006) e Canning e O'Dwyer (2016), deve-se trabalhar a teorização e educação dos atores, a partir da elaboração de causas e efeitos da nova criação institucional, educando os atores para que absorvam a nova instituição e auxiliem no apoio e perpetuação da mesma.

2.4.4 Manter e perpetuar as instituições

O propósito de uma instituição está ligado à questão da estabilidade em um ambiente. O ambiente institucionalizado estabelecerá padrões e comportamentos a serem seguidos para que se obtenha legitimidade dentro de uma organização e também no campo organizacional, através de sistemas de regras e normas, práticas aceitas e compartilhamento de conhecimentos em comum (ZIETSMA; MCKNIGHT, 2009; SCOTT, 2008). Poucos são os estudos que analisam o processo de perpetuação e interrupção de instituições, quando comparado ao processo de criação (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

As instituições dão aporte para os atores agirem de determinada forma em uma organização ou campo organizacional, pois elas legitimam a agência em situações mais complexas, uma vez que os atores não consigam prever as consequências de determinada ação. O agir de certa forma, amparado nas instituições existentes, auxilia na continuidade de um ambiente estável, o que demonstra novamente que os atores têm a possibilidade racional de decidir se aceitam e se perpetuam uma instituição ou não. De toda forma, ao resolverem manter uma instituição, estes atores estarão legitimados (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; LAWRENCE, LECA; ZILBERMAN, 2013).

O principal apontamento do trabalho institucional se dá a partir da ideia de agência, trazida por DiMaggio (1988), quando se passou a perceber que as práticas também fazem parte do processo institucional.

O trabalho institucional se firma a partir da compreensão que os atores, tanto em nível individual quanto em nível coletivo, possuem consciência e flexibilidade hábeis o suficiente para a aceitação ou não de perpetuações institucionais. Ao contrário de outras correntes do institucionalismo que creem nos atores como seres passivos da estrutura institucional, o trabalho institucional aponta que os atores que compõem os campos são dotados de competências e habilidades práticas para moldarem as organizações de acordo com as suas

perspectivas, devido ao fato destes atores serem constituídos de racionalidade (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; MUZIO, BROCK; SUDDABY, 2013).

A manutenção e perpetuação de instituições estão diretamente relacionadas com o trabalho de apoio, aperfeiçoamento e melhorias ou recriar instituições existentes a partir de mecanismos sociais que já compõem determinada instituição, a fim de se garantir que a instituição continue legítima frente a outros atores do campo organizacional (WRIGHT; ZAMMUTO; LIESCH, 2017).

Lawrence e Suddaby (2006) afirmam existir cinco maneiras utilizadas por atores para se manter uma instituição. A primeira delas é a *habilitação do trabalho*, cuja ideia central está relacionada com a criação de regras para facilitar, complementar e apoiar instituições que já existam e corram alguma ameaça, sendo estes atores mobilizadores de recursos para a manutenção institucional (MARTÍ; MAIR, 2009; CURRIE et al., 2012).

A segunda forma de se manter uma instituição é o *Policimento* da mesma, com constante monitoramento e fiscalização para se verificar a efetividade de determinada instituição dentro da organização (TRANK; WASHINGTON, 2009; JARZABOWSKI; MATHIESEN; VAN DE VEM, 2009).

A terceira forma de se manter uma instituição é a *Valorização e Desvalorização*. Em que se valoriza as práticas que contribuam para a perpetuação das instituições, reforçando positivamente os atores que se portem desta forma. Desvaloriza-se as práticas que possam tentar substituir instituições, estabelecendo assim barreiras coercitivas em caso de tentativa de ruptura com a instituição que se quer manter (ZILBER, 2009; HARGRAVE; VAN DE VEM, 2009; ZIETSMA; MCKINGHT, 2009).

A quarta forma de se manter uma instituição surge a partir da *Mitologia de Preservação*, pois a partir de determinada instituição já existente, pretende-se manter fundamentos normativos acerca da mesma, a partir de significações criadas que se sustentam em mitos para se perpetuar as instituições (HIRSH; BERMISS, 2009).

A quinta forma de se manter uma instituição é a *Rotinização* que ocorre pela incorporação de determinada prática institucional no dia a dia dos atores organizacionais, a partir da inserção ativa dos fundamentos normativos que compõem determinada instituição. Quando presente na rotina, torna-se automática a perpetuação institucional (ZILBER, 2009, LAWRENCE; SUDDABY, 2006; LAWRENCE, LECA; ZILBER, 2013).

Sob a ótica do trabalho institucional, uma instituição é resultado das ações que a promovem, portanto, depende da aceitação dos outros diversos atores que constituem o ambiente e o campo organizacional. Pode-se optar pela perpetuação de uma instituição mais

pela facilidade em aceitar as coisas como elas são do que em empreender esforços capazes de alterá-las ou interrompê-las (WRIGHT; ZAMMUTO; LIESCH, 2017).

Ainda para Lawrence e Suddaby (2006) e Creed et al. (2014), as instituições ficarão, portanto, sob a constante pressão dos atores que sabem reconhecer as possibilidades restritivas das mesmas e as perpetuam para que hajam resultados que respondam aos seus interesses, pois posicionadas da melhor forma em um jogo estratégico, as instituições fornecem resultados mais eficientes aos atores interessados em mantê-las.

2.4.5 Desinstitucionalização: Interrupção de instituições

O terceiro pilar que compõe o trabalho institucional é a interrupção de instituições. A interrupção de uma instituição se dá a partir do trabalho de atores com intuito de parar um sistema de regras e simbolismos predominantemente aceitos e perpetuados em uma organização ou em todo um campo. Ao se adotar esta posição institucional, de interrupção, os atores irão escolher determinadas instituições a fim de deixá-las ineficazes, caso elas não atendam os seus interesses (CORAIOLA et al., 2012; YAN et al., 2018).

Lawrence, Leca e Zilber (2013) afirmam que se percebeu a partir de estudos em campos organizacionais que existem atores individuais ou coletivos que possuem interesse em modificar os campos onde se inserem para atender interesses próprios. Para Maguire e Hardy (2009), as instituições se firmam a partir de três pilares: o cognitivo, o regulatório e o normativo, conforme apresentado, anteriormente. Porém os autores afirmam que apesar destes pilares que visam a estabilidade no ambiente organizacional, nada impede a mudança a partir de inserção de novas instituições ou encerramento das mesmas. Novamente delibera-se com as concepções de que os atores inseridos nas organizações são dotados de racionalidade para realizar determinadas mudanças institucionais.

De acordo com Lawrence e Suddaby (2006), estudos que analisam a interrupção de instituições também surgiram no final da década de 1980 e início da década de 1990, a partir da concepção da agência dentro das organizações (DIMAGGIO, 1988, JAPPERSON, 1991, OLIVER, 1992).

Enquanto a maioria dos estudos focavam a predominância das instituições, Oliver (1992) apresentou uma análise que focava na desinstitucionalização das mesmas. A desinstitucionalização, para a autora, se refere diretamente à descontinuação de práticas ou atividades organizacionais institucionalizadas. Existe, a partir do interesse de atores ligados à organização ou ao campo, uma luta contra a perpetuação de uma instituição tradicional,

chegando ao ponto de se deixar de realizar práticas existentes (OLIVER, 1992; MAGUIRE; HARD, 2009, YAN et al. 2018).

O processo de desinstitucionalização está relacionado ao abandono das práticas, não especificamente porque outras formas de se desenvolver alguma atividade sejam melhores, mas porque as práticas adotadas perdem o sentido original de significados dentro das organizações. A inserção de novas tecnologias, por exemplo, representa uma interrupção de práticas.

A desinstitucionalização, ou interrupção institucional, tende a acontecer quando a legitimidade de práticas que ocorrem dentro das organizações é colocada em xeque, e os pilares (cognitivos, regulatórios e normativos) passam a perder a importância e são questionados pelos atores que compõem a organização. Portanto, ao surgirem estes fatos, existe a necessidade de se interromper essas instituições, de forma intencional, para que não haja problemas de legitimidade com os fatores cognitivos, normativos e regulatórios (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; MAGUIRE; HARD, 2009; CORAIOLA et al., 2012; YAN et al., 2018).

Este pilar do trabalho institucional, pode ser realizado tanto por atores que ocupam a organização e os campos organizacionais, quanto por atores que estejam fora deste ambiente, que ao perceberem possibilidade de mudanças para atingirem benefícios, passam a agir em prol da interrupção de uma instituição. Maguire e Hard (2009) destacam que estes atores nem sempre estão afixados em posições centrais e de elite ou em elos fortes nas relações de poder existentes nos campos organizacionais.

Ao mesmo tempo, estes atores externos, não possuem a rede de informações e legitimidade que os atores presentes nas organizações ou no campo organizacional possuem. Portanto, parte daí a necessidade de um esforço destes atores externos ou que não ocupem posições centrais para realizar o trabalho de descrédito de instituições existentes, para a interrupção das mesmas.

Os esforços de interrupção institucional são intenções de cunho organizacional contrárias, que também deve obter apoio de outros atores, presentes nas organizações ou campos organizacionais para legitimação e sustentação do *status quo*, pois haverá um enfrentamento com a resistência de atores internos cujos interesses também serão ameaçados na iminência de uma interrupção institucional. Há, portanto, a necessidade de se conhecer e compreender os mecanismos presentes no processo de interrupção institucional, tanto de atores externos quanto internos, pois há neste processo, obviamente, conflito de interesses ao visar a retirada de significados existentes em organizações.

Para a emergência de novas instituições, o processo de interrupção se mostra muitas vezes fundamental. O processo de interrupção de instituições ocorre geralmente sob três formas,

são elas: Oposição à Sanções e Recompensas; Desassociar Fundamentos Morais e Simbólicos, e por último, Minar Suposições e Crenças (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

O primeiro processo apresentado pelos atores, o de Oposição a Sanções e Recompensas geralmente é desenvolvido por atores em parcerias com entes estatais. Os atores da organização ou do campo organizacional se aliam a setores estatais capazes de alterar regras presentes no campo organizacional, visando opor-se a sanções e benesses que são aplicadas em caso de descumprimento ou cumprimento de determinada instituição.

Os autores citam como exemplos a ação do judiciário, agências reguladoras e políticas públicas. Estes três pressupostos são capazes de interromper instituições que se perpetuam por muito tempo, sendo capazes de atender interesses e também gerar conflitos pelos beneficiários da antiga instituição. O estado, portanto, representa uma alavanca para a interrupção de instituições, quando o mesmo tem a possibilidade de agir, por meio de novas leis, na mudança de leis obsoletas, premissas, questões técnicas, dentre outras que afetem diretamente uma instituição. Percebe-se, nesta possibilidade de interrupção institucional, o poder coercitivo dos agentes.

O segundo processo apresentado por Lawrence e Suddaby (2006) é a Dissociação de Fundamentos Morais e Simbólicos. O trabalho institucional é capaz de perturbar as instituições e interrompê-las a partir da possibilidade de se desassociar as práticas e regras da fundamentação moral e simbólica que determinada instituição venha a carregar. A interrupção pode se dar a partir do enfraquecimento gradual dos simbolismos presentes nas organizações a partir das instituições.

Os fundamentos de uma instituição duradoura são interrompidos a partir de conjuntos de práticas indiretas que irão circundar e enfraquecer estas instituições, porém não há uma confrontação direta, é um processo gradual e mais demorado. Os autores ainda destacam que os principais atores que exercem essa tática são os que ocupam centralidade, cargos de liderança ou posição privilegiada frente a outros atores que pertençam às organizações ou campos organizacionais devido à legitimidade que estes já carregam, porém, destacando que a união de atores que compõem o campo também é capaz de gerar uma interrupção institucional a partir desta possibilidade.

A última categoria de interrupção do trabalho institucional é Minar Suposições e Crenças. As instituições são mantidas a partir de crenças centrais associadas a atores que mantêm determinada prática e seguem regras impostas por tal instituição.

Estas crenças que mantêm vivas as instituições, geram uma aversão à possibilidade de inovação e diferenciação dentro dos ambientes institucionalizados. Este trabalho institucional

detém sucesso se consegue eliminar essas crenças, abrindo espaço para novas formas de se agir que substituam os padrões existentes dentro das organizações.

Estas são três formas de ocorrência da interrupção de instituições nas organizações e em campos organizacionais. De acordo com Lawrence e Suddaby (2006) e Lawrence, Leca e Zilber (2013), pesquisas com o trabalho institucional que façam análises a partir do pilar da interrupção ainda são pouco realizadas e apresentam poucos resultados. Muito do que se conhece sobre a desinstitucionalização e interrupção de instituições é devido às análises que são feitas no processo de criação das mesmas, pois quando se interrompe uma instituição, imediatamente outra surge para ocupar o seu lugar. Isto leva os pesquisadores a darem uma maior atenção ao processo de criação institucional em detrimento dos eventos que culminaram ou visam culminar na interrupção de uma antiga instituição.

Para se realizar um trabalho institucional em uma organização ou campo organizacional, apesar dos três pilares apresentados para criar, manter ou interromper instituições, não há uma exclusividade de categorias para o realizar. Pode-se, por exemplo, iniciar-se um trabalho de interrupção institucional, que ao buscar eliminar determinada instituição, necessite já inserir novas ações e práticas para substituir a instituição desejada, em um processo dialético que ao mesmo tempo que visa interromper determinada prática, criam-se mecanismos para uma nova instituição. Este processo dialético, portanto, integra elementos de interrupção e também de criação institucional, o que irá garantir o sucesso em torno dos interesses dos atores.

Em face do exposto, reafirma-se a intenção desta pesquisa no processo de interrupção institucional promovido pela ANPAQ em relação à informalidade presente no campo da cachaça de alambique. Após as explicitações deste referencial, a seguir é apresentada a metodologia que será aplicada no presente estudo.

3 METODOLOGIA

A metodologia de um estudo a ser realizado representa o formato de como a pesquisa será conduzida, adotando-se práticas que sejam capazes de identificar e analisar os fenômenos propostos. Pode-se compreendê-la também como as estratégias escolhidas para que se tenha acesso a determinadas informações acerca de um objeto de estudos pré-definido.

3.1 Natureza da pesquisa

Os estudos organizacionais, em geral, apresentam amplas possibilidades para realização de pesquisas, em especial ao se adotar a perspectiva qualitativa, sendo esta perspectiva a que norteia este estudo. A abordagem qualitativa de pesquisa se caracteriza pela exploração e descrição de realidades a partir de leituras realizadas das mesmas, bem como os sentidos e a significância que estas representações desvelam no processo de construção de pesquisa.

Destaque-se, ainda, que a abordagem qualitativa de pesquisa, apesar da subjetividade envolvida no processo de construção e interpretação do conhecimento, possui rigor metodológico como quaisquer outras pesquisas no campo organizacional e de gestão (VIEIRA, 2006). Esta perspectiva de pesquisa não está apenas relacionada à relativização de ideias e deve-se apontar que o rigor e responsabilidade do pesquisador ao conduzir os estudos sob essa ótica se fazem necessários e são elementos centrais no desenvolvimento das pesquisas de cunho qualitativo (OLIVEIRA; PICCININ, 2009).

Godoy (2005), Bandeira-de-Melo e Cunha (2003) afirmam que as estratégias qualitativas de pesquisa possuem diversos métodos e estratégias para serem realizadas, destacando também, quatro características chaves que devem estar presentes ao se adotar a abordagem qualitativa, quais sejam: compreender os significados que os participantes da pesquisa constroem sobre os campos nos quais estão inseridos, sendo o pesquisador responsável e principal “instrumento” para se coletar dados, conduzir a pesquisa de modo indutivo, ao se coletar, organizar, construir e conciliar conceitos, e por fim, apresentar os relatos de forma descritiva e rica, sobre o que foi apreendido a respeito do objeto estudado (GODOY, 2005).

Freitas (2014) afirma que ao optar pela pesquisa qualitativa, consegue-se realizar uma leitura sobre o campo de forma contextual, com as devidas identificações de tempo e conjunturas que desencadearam em determinados acontecimentos, a fim de se analisar os processos sociais, proporcionando melhor visão e possibilidade de compreensão do que se pesquisa (VERGARA, 2015).

3.2 Tipo de pesquisa

A pesquisa se classifica como um estudo de caso descritivo. Para Yin (2015), o uso de um estudo de caso surge a partir da necessidade de se compreender fenômenos sociais que apresentem um determinado grau de complexidade. Para o autor, o estudo de caso se configura como uma estratégia de pesquisa e não puramente um método. Através do estudo de caso, consegue-se realizar uma análise que mantenha e preserve as características que realmente tenham significância do evento social que se analisa (YIN, 2015).

Para Godoy (2006), o estudo de caso denota o interesse em pesquisas na compreensão dos processos sociais em um contexto determinado, apontando como características do estudo de caso, um caráter mais particularista, descritivo, heurístico e indutivo. Ainda para Godoy (2006 p. 121), o estudo de caso “deve estar centrado em uma situação ou evento particular, cuja importância vem do que ele revela sobre o fenômeno objeto da investigação”.

Yin (2015) ainda aponta quando é ideal o uso da estratégia de pesquisa estudo de caso. Recomenda-se o uso quando não há a exigência de que o pesquisador tenha controle sobre os eventos comportamentais que ocorreram ou venham a ocorrer e ao se focalizar em desdobramentos e acontecimentos contemporâneos. O autor ainda destaca que o estudo de caso permite o aprofundamento e possibilita a análise de fenômenos com criticidade.

Godoy (2006) destaca que os estudos de caso são uma estratégia de pesquisa descritiva. Para Teixeira, Nascimento e Antonialli (2012), a pesquisa descritiva tem por objetivo a observação e descrição das mais diversas atribuições que determinado tema apresenta, através de registros, análises e correlações entre os mais diversos fenômenos, a partir de fatos que componham determinada realidade.

3.3 Objeto da pesquisa e caracterização dos participantes

O interesse principal desta pesquisa foi investigar o trabalho institucional, com foco na interrupção da informalidade de alambiques de cachaça, desenvolvido pela Associação Nacional de Produtores e Integrantes da Cadeia Produtiva e de valor da Cachaça de Alambique, localizada em Belo Horizonte – Minas Gerais, a partir das percepções de seus gestores. Para confirmar as informações repassadas a fim de comparação e análise, foram também investigadas as percepções de associados a ANPAQ, como agentes que pertencem ao campo da cachaça de alambique.

Como critério para seleção dos participantes da pesquisa, primeiro, considerou-se a importância que a associação possui para o setor de cachaça de alambique e em segundo, nos chamou a atenção a guinada para a nacionalização que a associação fez, ao mudar seu estatuto no final de 2016.

A ANPAQ é a associação de produtores de cachaça mais antiga do Brasil, constituída em janeiro de 1988, com sede original em Sabará, Minas Gerais, visando fortalecer o campo de produtores de cachaça de alambique em Minas Gerais. Sua sede atualmente está localizada em Belo Horizonte, região central da capital mineira, funcionando de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 14:00. A mudança para capital se deu para uma facilitação na prestação de serviços da mesma.

Os princípios da associação estão presentes até os dias atuais e visam promover o desenvolvimento e legitimação de todo o setor de cachaça de alambique. Destaque-se que a associação já apresentou grandes resultados ao setor enquanto representante do estado de Minas Gerais, e a partir de agora, por ser uma associação nacional, visando uma maior integração não só de produtores, mas também de toda a cadeia relacionada à produção de cachaça artesanal, desponta para novas estratégias que apresentem melhorias para o setor.

Para se analisar o trabalho institucional desenvolvido, foram entrevistados os membros ativos do conselho titular de administração da associação, composto por um diretor presidente, um diretor de administração e finanças, um diretor técnico e de desenvolvimento, um diretor de eventos e marketing, um diretor de relações governamentais, e um diretor comercial de relações mercadológicas e um assessor. Todos eles, além de membros do conselho de administração, também são produtores de cachaça de alambique. A aproximação com a ANPAQ se deu no evento Expocachaça 2018, evento por ela apoiado no qual está presente todos os anos, divulgando a associação e representando marcas ausentes através de um stand.

As contribuições, conquistas, direcionamentos e regulamentações trazidos pela associação, refletem diretamente nas formas de gestão organizacional dos seus associados. Para tanto, faz-se necessário que estes associados sejam ouvidos para análise de informações repassadas pelos gestores da associação bem como para análise do campo organizacional. Para tanto, foram selecionados e entrevistados três produtores de cachaça de alambique, um prestador de serviços, todos associados à ANPAQ, localizados em diferentes regiões de Minas Gerais. A escolha destes associados se deu frente à conveniência, proximidade geográfica e abertura para pesquisas anteriores já realizadas nestes alambiques.

Além da aproximação ocorrida no Expocachaça 2018, foi utilizado como ferramenta para um primeiro contato com os gestores o e-mail institucional de cada um deles, fornecidos

no site da associação. Neste e-mail foram apresentados os pressupostos da pesquisa, bem como um convite formal para participação na mesma, prontamente aceito pelos gestores que se encontravam na ativa das atividades da associação. Os outros participantes foram contatados a partir de e-mails e telefonemas, lembrando a seleção pela conveniência devido a uma aproximação pesquisador frente a outras atividades já desenvolvidas em parcerias com os mesmos.

Quadro 1 - Relação de Entrevistados e Funções

Entrevistado 1	Gestor ANPAQ e Produtor
Entrevistado 2	Gestor ANPAQ e Produtor
Entrevistado 3	Gestor ANPAQ e Produtor
Entrevistado 4	Associado ANPAQ prestador de serviços
Entrevistado 5	Associado produtor
Entrevistado 6	Associado produtor
Entrevistado 7	Gestor ANPAQ e Produtor
Entrevistado 8	Gestor ANPAQ e Produtor
Entrevistado 9	Gestor ANPAQ e Produtor
Entrevistado 10	Assessor ANPAQ e Produtor
Entrevistado 11	Associado Produtor

Fonte: Do autor.

O trabalho institucional, a partir de Lawrence e Suddaby (2006), é composto por três pressupostos de análise: a criação, a perpetuação e a interrupção de instituições, conforme amplamente visto no referencial teórico do presente estudo. Para uma análise mais aprofundada do trabalho institucional, foi feito um recorte sob um dos pilares, neste caso a interrupção institucional que vem sendo desenvolvida pela ANPAQ, visando analisar o que tem sido feito para eliminar a informalidade de alambiques de cachaça.

3.4 Instrumentos de Coleta de Dados

Para atender ao objetivo geral proposto pelo presente estudo, estruturou-se uma matriz metodológica que foi capaz de responder cada um dos objetivos específicos desta pesquisa. Para que se consiga compreender o trabalho institucional, a partir da concepção de interrupção institucional, o processo de triangulação de informações mostra-se necessário, com informações trazidas a partir de documentos (notícias, estatutos, leis, artigos científicos) e entrevistas realizadas com atores que compõem o campo da cachaça de alambique. Para tanto foram utilizados os seguintes métodos para acesso às informações:

- a) Pesquisa documental;
- b) Entrevistas em profundidade.

A seguir, os apontamentos teóricos destes métodos, bem como as justificativas pelas escolhas dos mesmos para realizar-se a investigação do fenômeno proposto.

3.4.1 Pesquisa Documental

A própria Abordagem Institucional exige a historicidade dos acontecimentos organizacionais para que exista a possibilidade da compreensão de eventos que ocorram dentro das mais diversas organizações. Para que ocorra a institucionalização de determinada ação, fatores temporais históricos fazem-se presentes durante este processo, o que justifica a partir disto, o uso da pesquisa documental como uma metodologia a ser empregada no desenvolvimento do presente estudo.

A fim de se compreender de melhor forma os aspectos históricos e contextuais na formação do campo da caça de alambique, a utilização de informações em documentos temporais se mostra de suma importância.

A caça tem sido reposicionada nos últimos anos, pois, em sua evolução, deixa de ser um produto visto como marginalizado e se torna um representante cultural brasileiro de alcance internacional. Para que esta situação ocorresse, mudanças nos aspectos culturais foram implantadas nos últimos anos, em especial após a fundação da AMPAQ, em 1988. Frente ao exposto, considera-se mais uma vez como documentos temporais e históricos se mostram importantes para que haja a possibilidade de situar e contextualizar de melhor forma a presente pesquisa.

A pesquisa documental é uma forma de se valer de documentos que contenham informações importantes e que apresentem relevância sobre determinadas informações procuradas, a partir de registros. O pesquisador ao utilizar documentos em seus estudos, deve investigar e examinar a partir de técnicas claras e apropriadas, categorizando e organizando as mais diversas informações, para análise posterior (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009).

Beltrão e Nogueira (2011) afirmam que a pesquisa documental requer atenção, a partir do esforço que se deve ter para selecionar os documentos que realmente sejam relevantes e respondam aos objetivos propostos pela pesquisa.

De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guidani (2009), a utilização de documentos no desenvolvimento e construção do processo de pesquisa pode trazer muitas contribuições, em especial ao se considerar que os fenômenos ou objetos que estejam em processo de estudo,

apresentam a necessidade de contextualização histórica-social. O uso de documentos no processo de pesquisa permitirá que se compreenda de melhor forma a evolução temporal, e desta forma perceber a mudança temporal que pode afetar costumes, significações, aspectos culturais, dentre outros.

Ainda de acordo com Sá-Silva, Almeida e Guidani (2009), os documentos escritos se apresentam como uma importante fonte de informações para quaisquer pesquisas que venham a ser realizadas, pois eles são responsáveis por apresentar os vestígios das mais diversas atividades durante o passar dos anos. Destaque-se, ainda, que os documentos se tornam com o passar do tempo as únicas fontes testemunhais do que possa ter ocorrido.

Documentos disponibilizados pelo acervo da ANPAQ, tais como regulamentos, circulares a associados, e informativos produzidos ou apoiados pela organização, além de teses, artigos e dissertações sobre o tema constituem os documentos que foram utilizados para a análise. Ressalte-se, ainda, que muitos destes documentos se encontram disponíveis no portal da própria associação, o que auxilia o processo de coleta de dados.

3.4.2 Entrevistas em Profundidade

O trabalho institucional é desenvolvido a partir da ação intencional de atores que, neste caso, tenham interesse em interromper alguma instituição. Esta instituição, portanto, é dotada de historicidade e contextos que afetam de alguma forma o desenvolvimento do campo organizacional, por isso o interesse em interrompê-la.

Para compreender o interesse dos atores na interrupção da informalidade no campo da cachaça de alambique, faz-se necessário acessar essas informações a partir da percepção dos mesmos. O campo da cachaça de alambique envolve diversos atores. Os gestores e membros da associação são alguns dos envolvidos neste campo organizacional e também as pessoas que mais possuem a percepção da interferência da informalidade no dia a dia. Para que se consiga acessar as informações destes atores, a segunda ferramenta escolhida é a entrevista em profundidade.

As entrevistas qualitativas e em profundidade, apresentam uma boa flexibilidade, o que irá permitir que os entrevistados consigam fornecer suas respostas a partir de constructos que não os prendam a um sentido objetivista de resposta (OLIVEIRA; MARTINS; VASCONCELOS, 2012).

Para Freitas (2014), as entrevistas em profundidade auxiliam o acesso a informações importantes e que apontem, de fato, o aprofundamento sobre o assunto de que se trata. A partir

da entrevista em profundidade, consegue-se ter acesso a questões de foro exclusivo, que apenas determinado entrevistado saiba passar mais informações. Há a possibilidade, a partir do aprofundamento com o entrevistado, da compreensão dos mais diversos fenômenos e as interligações que estabelecem no campo organizacional ao qual pertence.

Godoi e Matos (2006) afirmam que algumas precauções devem ser tomadas no processo da entrevista, como o planejamento prévio da mesma. O primeiro ponto, é viabilizar o acesso onde se encontram os entrevistados, informando as intenções da pesquisa. Em seguida, deve-se realizar um planejamento com informações de relevância que deverão ser coletadas, a fim de se atender os interesses da pesquisa (FREITAS, 2014).

Recomenda-se, ainda, a criação de um roteiro que contemple estas questões, para fornecer suporte ao pesquisador no momento da realização da entrevista, pois de acordo com Roesch (2005), em entrevistas que o cedente tende a falar livremente, pode resultar em informações que apresentem futuramente dificuldade para serem organizadas e categorizadas, e, por conseguinte, podem não oferecer a clareza necessária para que se responda os objetivos da pesquisa.

No processo de consecução, deve-se buscar impacto mínimo no ambiente onde se realiza a entrevista, a fim de que os entrevistados fiquem à vontade para fornecer as demais informações solicitadas pela pesquisa (GODOI; MATOS, 2006; OLIVEIRA; MARTINS; VASCONCELOS, 2012).

As entrevistas foram realizadas, a princípio, com os gestores da associação já mencionados, e associados componentes do campo, a partir de um roteiro que aborda as dimensões históricas, políticas, técnicas, culturais e de legitimidade da organização. Os roteiros de entrevista envolveram questões relacionadas com os aspectos legais, regulamentários, normativos e de âmbito político, para que se consiga compreender o trabalho institucional desenvolvido pela associação e os impactos diretos no campo organizacional.

A seguir será apresentada a técnica de análise empregada no tratamento de todas as informações coletadas.

3.5 Análise dos Resultados

Após a fase de campo e coleta dos dados por meio de documentos e entrevistas em profundidade, chega o momento de condução das análises. Para o presente estudo, propõe-se realizar a análise de conteúdo temática sob os pressupostos de Clarke e Braun (2013) e Braun

e Clark (2006) para os dados coletados a partir da pesquisa documental e também para as entrevistas em profundidade.

3.5.1 A análise de conteúdo temática

Diversas estratégias de análises podem auxiliar o desenvolvimento das pesquisas qualitativas. Uma das críticas mais apontadas nos estudos qualitativos é a falta de rigor no processo de análise. Mozzato e Gryzybovski (2011) afirmam que a análise de conteúdo, por mais que seja muito utilizada na administração, pode ser uma ponte neste processo de interpretação de dados qualitativos, de forma igualmente rigorosa e capaz de identificar a complexidade do campo organizacional e dos atores nele envolvidos.

Como o foco desta pesquisa é sobre a interrupção da informalidade no campo da cachaça de alambique, a partir do trabalho institucional desenvolvido por gestores da ANPAQ, faz-se necessário compreender o enfoque organizacional que leva ao desenvolvimento dessa ação pelos atores que se encontram presentes no campo. A análise de conteúdo temática pode ser capaz de auxiliar o constructo dessas percepções obtidas a partir de notícias, jornais institucionais, regulamentos, atas, material didático, material acadêmico e entrevistas em profundidade com os gestores e associados da organização.

De acordo com Dalagnelo e Silva (2005), a mudança organizacional, assim como o processo de interrupção institucional são dotados de inúmeras mensagens, tanto as que auxiliam no processo de interrupção, quanto aquelas que são contra o processo em si.

Dalagnelo e Silva (2005) afirmam que a análise de conteúdo pode se apresentar como boa técnica de análise de dados para os estudos organizacionais, assim como para entrevistas feitas em profundidade. A análise de conteúdo tem seu enfoque sobre as mensagens contidas em documentos, preocupando-se com o aspecto individual e atual através do ato da linguagem, pela prática da língua que foi realizada por emissores identificáveis. A análise de conteúdo busca entender a linguagem muito mais como expressão de sistemas específicos, locais, ou seja, da linguagem em uso, da palavra.

A análise de conteúdo, portanto, visa entender a mensagem, o significado transmitido pela mensagem, aquilo que pode estar implícito. Clarke e Braun (2013) afirmam que ao se adotar as perspectivas da análise de conteúdo temática existe a possibilidade de se aplicá-la às mais diversas teorias nos mais diversos campos de estudos, em especial nas ciências sociais. As autoras ainda afirmam que a análise de conteúdo temática não ocorre de forma linear para todas

as pesquisas, mas possuem seis passos, que necessitam ser observados para a consecução de uma análise que seja mais robusta.

O primeiro deles é a **Familiarização com os dados**: esse passo é comum às mais diversas análises qualitativas, no qual o pesquisador necessita familiarizar-se de forma profunda com as informações, com leituras e releituras, além de ouvir dados que estejam gravados, para garantir maior fidedignidade às informações que foram coletadas (BRAUN; CLARK, 2006). Como esta pesquisa utilizou a entrevista em profundidade como forma de coletar boa parte das informações contidas no presente estudo, esse momento é crucial após a transcrição destas entrevistas.

O segundo passo indicado, para Clark e Braun (2013), é a **Codificação de Dados**: para as autoras, este passo é comum nas mais diversas pesquisas qualitativas e um dos momentos que reveste-se de importância, pois nessa etapa desenvolvem-se marcadores que destaquem informações relevantes para a consecução da pesquisa, o que já é também um processo analítico. Foram utilizados também documentos institucionais da associação. Estes documentos são importantes pois acompanham e reforçam os discursos e informações passados pelos gestores da associação e também de seus associados.

O terceiro passo para a análise de conteúdo temática é **Encontrar Temas**: um tema será um padrão de dados que aparecerá com frequência, cujas informações se constroem a partir dele. Destaque-se nesse processo que os principais pontos abordados pelos participantes da pesquisa giram em torno da questão tributária, regulatória e de valorização da imagem da cachaça.

O quarto passo para análise é a **Revisão de Temas**, para observar como se agrupam as relações desveladas pelos dados que foram codificados. O pesquisador deve verificar que os temas conversam entre si e se possuem ligações históricas e convincentes, bem como as relações que estabelecem entre estes temas. Talvez exista a necessidade de se agrupar temas ou dividi-los e até mesmo de descartá-los completamente, dependendo de como surgem neste processo.

O quinto passo para a análise é **Definir e Nomear Temas**, ou seja, conduzir uma análise que seja detalhada acerca de cada um dos temas previamente revisados, bem como compreender a história que envolve determinado tema. Dessa forma, busca-se o seu encaixe na história geral obtida a partir dos dados, a fim de se identificar e construir uma análise concisa, elaborada e também informativa a partir de cada um dos temas. Já a última fase do processo refere-se à **Construção da Redação** a fim de tecer uma narrativa analítica dos dados, para que se conheça uma realidade coerente sobre os dados contextualizados.

O entendimento sobre as interrupções de uma instituição que determinados atores visam realizar em um campo organizacional exige a compreensão da historicidade desta instituição, portanto, a análise de conteúdo temática também é capaz de contribuir para o enriquecimento da análise dos dados coletados em campo.

No caso desta pesquisa, a interrupção da informalidade no campo da cachaça de alambique, a partir do trabalho institucional realizado pela ANPAQ, representa o evento institucional a ser analisado do ponto de vista das narrativas construídas coletadas a partir das entrevistas com os gestores e associados e também pelos documentos institucionais da associação, ou materiais desenvolvidos com apoio da mesma, além de textos acadêmicos acerca do campo da cachaça de alambique e das entrevistas cedidas pelos atores que foram entrevistados. O quadro 2 apresenta uma síntese da metodologia empregada neste estudo, a partir do problema de pesquisa e objetivos específicos:

Quadro 2 - Matriz de amarração metodológica.

Problema de Pesquisa	Objetivos	Métodos	Análise
Como o trabalho institucional de interrupção de instituições realizado por gestores e associados da associação de produtores de cachaça tem contribuído para a construção da sua legitimidade organizacional?	a) retratar os aspectos históricos e contextuais acerca da formação da informalidade no campo da cachaça artesanal;	- Pesquisa Documental; -Entrevista com atores do campo da cachaça (produtores e gestores da ANPAQ).	Análise de Conteúdo Temática
	b) apreender o trabalho institucional realizado pelos gestores da associação, destacando as especificidades das práticas inerentes à interrupção da informalidade da produção e mercado da cachaça.	-Entrevistas em profundidade com gestores da ANPAQ; -Entrevistas em profundidade com produtores associados; -Entrevista com atores envolvidos com o campo da cachaça de alambique ligados à ANPAQ.	
	c) investigar, sob a ótica dos gestores e associados, as contribuições do trabalho institucional para a construção da legitimidade da ANPAQ.	-Entrevistas em profundidade com gestores atuais; -Entrevistas em profundidade com associados.	

Fonte: Do autor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos após o período de campo, e para tanto encontra-se dividido em mais três sessões. A primeira delas intitulada “A constituição da informalidade no campo da cachaça de alambique: Compreendendo os aspectos que a fomentam enquanto uma instituição”, aborda a informalidade enquanto instituição marcada pela historicidade e narrativas. O resgate tem início na origem da informalidade até à contemporaneidade, a fim de se compreender as narrativas que ainda fomentam a instituição informalidade.

A segunda sessão foi intitulada “Interrompendo uma instituição: Os trabalhos institucionais desenvolvidos contra a informalidade”, apresenta a percepção dos atores envolvidos com a associação, discorrendo sobre os principais pilares que envolvem a informalidade no campo da cachaça de alambique, dentre os quais, a estigmatização, a tributação, as regulamentações e a falta de fiscalização.

Por fim, a última sessão revela a percepção de associados e dirigentes quanto aos resultados e legitimação da associação em torno da luta contra a informalidade e fortalecimento do campo da cachaça de alambique, considerando também o processo de nacionalização da associação.

4.1 As narrativas da informalidade no campo da cachaça de alambique: Compreendendo os aspectos que a fomentam enquanto uma instituição

[...]a informalidade é uma coisa que atrapalha a gente diretamente! De tal forma que tem uma parte aqui que tem que ser informal. Senão você não vende! Se eu sair, se eu encher aquela pick-up só de garrafa e sair vendendo... Esquece! Eu vou quebrar, eu tenho que ter garrafão vendendo! E isso é uma informalidade... é uma parte da informalidade! Sabe quem é que não faz isso? Ninguém! Todo mundo tem uma parte informal! E isso é um grande problema. Porque eu sou obrigado a colocar a mesma qualidade que eu coloco nessa garrafa aqui [700ml] no garrafão! (ENTREVISTADO 11).

Para se iniciar as discussões, faz-se necessário resgatar alguns aspectos primários em torno de uma instituição. Conforme apresentado no referencial teórico do presente estudo, compreende-se que as instituições se apresentam como elementos que se mostram longínquos e duradouros, ocupando forte papel dentro das organizações e não apenas nelas, mas também nos campos organizacionais nos quais estão inseridas. As instituições se fazem presentes exercendo ações dialéticas nos ambientes onde estão inseridas, influenciando e ao mesmo

tempo sendo influenciadas, para uma reconfiguração institucional, se necessário. (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009).

A cachaça enquanto uma bebida histórica com informações que datam desde a época do ciclo da cana, por volta de 1530, possui um forte campo organizacional, caracterizado desde os primórdios pela a informalidade. Com o passar dos anos e da sua história, percebe-se que a informalidade tende a se reconfigurar, em razão de alguns pontos tais como, aspectos de moral e costumes, aspectos punitivos, ora influenciados por aspectos tributários e mais recentemente por aspectos regulatórios, que contribuem para a perpetuação institucional da informalidade bem como suas reconfigurações. As instituições para serem criadas, perpetuadas ou interrompidas, dependem da ação humana, de forma coletiva ou individual, considerando a racionalidade desses atores nos campos organizacionais onde estão inseridos para darem significações a elas (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Parte-se do pressuposto apresentado por Souza (2012) acerca da informalidade, que a mesma deve ser compreendida a partir de aspectos temporais, locais, regionais e culturais, pois a informalidade passa por esses pontos sendo ressignificada em cada momento, conforme poderá ser visto a seguir, nos aspectos relacionados a cachaça de alambique.

Nesse sentido, o resgate da historicidade da informalidade revela como esses aspectos influenciaram e influenciam o campo organizacional em uma relação dialética com a instituição informalidade. Percebe-se que havia também um trabalho institucional por parte da coroa portuguesa a fim de impedir a produção da bebida, mas que os produtores eram capazes de se reorganizarem com o objetivo de manterem a produção, gerando durante todo esse tempo, uma luta entre coroa versus produtores que, frente aos inúmeros abusos praticados foram ressignificando a produção informal da cachaça, até chegar na contemporaneidade, com aspectos atuais que foram fomentados desde a época colonial.

4.1.1 O Histórico da Informalidade: Da colônia ao Estado Novo

Não há um registro histórico oficial da produção da primeira cachaça de alambique no Brasil. Existem, porém, duas versões que são as mais utilizadas e compartilhadas entre os historiadores e pesquisadores sobre o assunto. A primeira delas indica que a cachaça teria surgido em Pernambuco, quando escravos que trabalhavam nos engenhos de cana, no processo de retirada da cagaça, caldo que se formava durante a fervura do caldo de cana durante a fabricação e clarificação do açúcar. Este caldo era jogado nos cochos dos animais que ao se

alimentarem do fermentado apresentavam-se revigorados, e ao ter essa percepção, os escravos passaram a consumir tal fermentado (DIAS, 2014).

Existem também outras versões, tal como a apresentada no Livro Prelúdio da Cachaça. Nesta versão, teria ocorrido pela primeira vez a destilação da cachaça em 1532, em São Vicente, local onde teriam surgido os primeiros engenhos de açúcar em solo brasileiro, por iniciativa e interesse dos próprios portugueses em testar um novo destilado. Sabe-se que os portugueses possuíam o domínio de técnicas de fermentação para a produção de vinhos e também da bagaceira, uma espécie de “cachaça de uva”, produzida a partir do mosto da uva (CASCUDO, 2015).

Em pouco tempo, a cachaça caiu no gosto de escravos e homens pobres, caracterizando-se como uma das primeiras percepções que auxiliaram no processo de estigmatização da bebida nos primórdios. Essa própria estigmatização sobre a bebida, que se inicia por volta do século XVI devido à ligação de consumo que se dava às classes mais pobres foi um dos primeiros fatores que auxiliaram no processo de endurecimento da coroa portuguesa contra a cachaça de alambique. Essa questão é reconhecida pela própria ANPAQ, que em 2018, na edição de nº 57 do informativo Cachaça com Notícias apresenta uma reportagem que demonstra um dos motivos desse preconceito ainda recorrente com a bebida:

“[...]abstinência da fidalguia lusitana contribuiu para a formação de uma imagem estereotipada sobre a cachaça, tornando-a fonte de desejo e exaltação pelo entorpecimento exclusivamente a negro e a pobreza. Ninguém se impõe socialmente embriagado. Assim sendo, beber cachaça, ainda mais, embriagar-se com ela, nunca foi bem visto pela etiqueta dominante das elites ciosas a aparentarem ares europeus. Cachaça, portanto, para esse mito da sobriedade, não é coisa de homem de bem, educado, mas sim, própria aos rudes destemperados e alheios à ordem social[...]” (CACHAÇA COM NOTÍCIAS nº57, 2018).

Neste primeiro momento pode-se considerar que a cachaça, assim como outros alimentos e aspectos que não estivessem ligados à cultura portuguesa ou, por outro lado, fossem diretamente ligados à proveniência africana, como a feijoada, por exemplo, recebiam esse olhar estigmatizado das elites locais à época. Entretanto, apesar da percepção negativa em torno da bebida, o estigma não foi capaz de interromper o processo de produção que se dava nos engenhos de açúcar, originando o princípio da informalidade.

Uma das razões para a continuidade da produção da cachaça, apesar da visão estigmatizada à época, foi devido a uma importante questão: à crise no ciclo da cana de açúcar. A partir do momento em que houve a concorrência com as Antilhas e a diminuição no consumo de açúcar

na Europa, o valor das commodities de açúcar caiu drasticamente afetando, portanto, a produção da cana, para este fim (BARBOSA, 2014).

Para enfrentar essa crise, os engenhos de açúcar passaram à produção exclusiva da cachaça, o que gerou uma importância social e econômica da bebida, tendo em vista que deixava de ser uma bebida de consumo exclusivo de escravos e homens pobres, para ganhar outros países e continentes, sendo utilizada como moeda de troca por produtos e fomentando também o mercado negreiro (ANDRADE; ANDRADE, 2015). Neste momento, a cachaça representou um importante instrumento de desenvolvimento econômico para o país conforme também apontado pelo jornal institucional da ANPAQ na citação a seguir:

[...] foi moeda de troca por escravos no período do tráfico negreiro.[...]Usada como instrumento colonizador, pode-se afirmar que a bebida se converteu em mecanismo poderoso ao processo de colonização do Brasil, seja para incrementar a economia pela compra de escravos, seja para desarticular [...] impulsos de escravos “teimosos” de sua condição[...] (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 57, 2018).

Porém, ao mesmo tempo que a cachaça neste período ganha destaque internacional, começa a despertar a atenção da coroa portuguesa, pois antes, uma questão puramente local, problema da colônia, começa a afetar os negócios e relações econômicas do reino quando o vinho, bebida tradicional de Portugal, começa a ser preterido pela bebida produzida na colônia (DIAS, 2014).

Nos relatos abaixo, dos entrevistados 3 e 9, há esta percepção que a bebida ao se internacionalizar pela primeira vez e demonstrar uma certa expressividade passou a despertar novamente maus olhares por parte da coroa à época, bem como a adoção de medidas que fossem capazes de barrá-la e encerrar sua produção:

Se você ver a evolução da cachaça, no tempo ainda do império, porque a cachaça estava atrapalhando a aguardente [bagaceira] de Portugal, nós tivemos uma revolução da cachaça aqui, dia 13 de setembro é o dia nacional da cachaça e nós sempre comemoramos levando sempre ao conhecimento de todos a qualidade do nosso produto hoje e que ele representou no Brasil-colônia. (ENTREVISTADO 9).

[...]olha, deixa eu explicar, historicamente, a cachaça, não sei se você sabe, é... já teve algumas revoltas da cachaça no Brasil e uma delas foi até na minha cidade natal, por volta de 1700 e pouco, teve lá também uma revolta da cachaça. Todas as revoltas que a gente observa era sempre em decorrência da alta carga tributária da bebida, ou então porque Portugal tinha interesse em vender a bagaceira, uma cachaça do mosto da uva, então proibia a produção da cachaça ou aumentava a carga tributária... Então as duas coisas aconteciam

na cachaça e ela a vida toda, ela foi é... colocada no segundo plano em termos de tributação, sempre tributação muito alta! Ela chegou a ser 86% da garrafa. (ENTREVISTADO 3).

Compreendeu-se a partir de então, que a cachaça feria o pacto colonial imposto pela coroa portuguesa, pois estava fomentando a concorrência entre produtos que eram produzidos na colônia e na corte, fazendo com que assim Portugal perdesse recursos em detrimento de uma bebida brasileira (BARBOSA, 2014).

Deu-se nesse momento um segundo passo para o fomento da informalidade da cachaça, pois a coroa portuguesa frente à ameaça que a bebida representava ao vinho português cuja produção entrou em crise devido à predileção pela bebida brasileira também em outros continentes, passou a realizar constantes ataques ao destilado. As justificativas utilizadas eram tanto o pacto colonial, quanto a recorrente morte e doenças que acometiam os escravos e homens pobres que consumiam a bebida na colônia, como forma de mais uma vez estigmatizá-la para tentar encerrar a sua produção (BARBOSA, 2014).

Utilizava-se, ainda, como justificativa, que os engenhos empregavam forte mão de obra escrava, o que concorria com as demais atividades produtivas. Assim, a coroa compreendia que as atenções comerciais na colônia estavam demasiadamente voltadas à produção da cachaça, o que reforçou o interesse da primeira proibição de produção da bebida, passando a corte a afirmar que havia escassez de mão de obra para outras atividades que fomentassem a produção local da colônia (PAIVA et. al., 2017).

Nestes aspectos, fomentou-se o segundo momento da informalidade no campo da cachaça. Na capitania da Bahia, houve a proibição de produção entre os anos de 1635 e 1639, seguindo com a proibição até o fim do século XVIII. No Rio de Janeiro, o governador Bezerra, em 1643, propôs à própria coroa portuguesa que se proibisse a produção e comércio da cachaça, pois a mesma afetava a arrecadação de tributos a partir da venda do vinho, porém ainda, decidiram pela continuidade da sua produção, com a inserção de altos tributos sobre a produção e comércio da bebida (CAETANO, 2003).

Porém, ao longo dos anos, mesmo com a alta tributação imposta aos senhores de engenho e comerciantes, foi promulgada no Rio de Janeiro em 1649 uma medida restritiva à produção da cachaça, passando o monopólio de produção de aguardente (bagaceira) apenas à metrópole, dando início a uma insatisfação política na colônia, pois haviam ordens expressas da coroa portuguesa para destruir engenhos bem como atacar navios que transportassem a cachaça. Estas medidas, contudo, não foram suficientes para diminuir o consumo da bebida que

conquistava fortes territórios, como por exemplo, na Angola (CAETANO, 2003; PAIVA et al., 2017; DIAS, 2014).

Dessa forma, os senhores de engenho tinham a facilidade de já estarem inseridos nos mercados locais à época, considerando uma boa aceitação da bebida, tanto na colônia, como realizavam sua exportação para outros países. Portanto, apesar da proibição da coroa portuguesa, obviamente, a bebida por representar um forte polo de produção na colônia não perderia sua força de uma hora para a outra, fazendo com que assim, às margens da lei, a produção e conseqüentemente o consumo e expansão da bebida continuassem ocorrendo.

Isto posto, vai-se ao encontro dos pressupostos de Lawrence e Suddaby (2006), que afirmam que as instituições atendem os interesses de atores envolvidos nas organizações. Os atores, empreendedores institucionais, frente a tentativa de uma proibição se organizavam para dar continuidade às práticas que já desenvolviam no campo organizacional, pois se beneficiavam da produção e venda do produto, mesmo sob a proibição imposta pela coroa.

Nestes aspectos, ainda se destaca a facilidade que os consumidores tinham para acessar a bebida, devido à grande disponibilidade do produto, bem como os preços que eram bem abaixo dos praticados pelo vinho português. Tanto as primeiras sanções quanto a alta nos preços do vinho trouxeram a continuidade dos negócios no âmbito informal, o qual Barbosa (2014) ainda afirma que mesmo na ilegalidade, se apresentava como um negócio extremamente lucrativo, pois mesmo na informalidade, havia alta procura do produto, bem como o aumento de contrabando da bebida, por exemplo.

O fechamento de mercado para a cachaça no Brasil gerou uma insatisfação política que trouxe uma das primeiras insurreições que a coroa iria enfrentar, conhecida como a Revolta da Cachaça, por volta de 1660 e 1661, que causou grande comoção. O governador a época, Salvador de Sá, sofreu todas as pressões dos senhores de engenho para que conseguisse desenvolver um acordo para a legalização tanto da produção quanto da comercialização da cachaça proibida em 1649. A insatisfação gerou a reunião e organização de cento e doze produtores, senhores de engenho, que conseguiram a deposição do governador, fato esse que chega à coroa portuguesa, que decide em 1661 liberar novamente a produção e comercialização da cachaça, porém mediante a altos tributos (BARBOSA, 2014, CAETANO, 2003).

[...]pode olhar, se você pega a história da cachaça pra ver, você vai sempre ver que lá vai ter a questão da tributação. Portugal só tributava a cachaça, porque não conseguia competir com o vinho deles. Então isso apenas ia fazendo com que os produtor... o povo não parava de consumir... então os produtor ia só fazendo seu produto, ganhando o seu dinheiro, e esses tributos nunca eram pagos na verdade. Ajudava mais a fechar o pessoal e esse pessoal

ir pra clandestinidade, mas parar com a cachaça, não parava não. (ENTREVISTADO 10).

[...] Todas as revoltas que a gente observa era sempre em decorrência da alta carga tributária da bebida,[...]então proibia a produção da cachaça ou aumentava a carga tributária... Então as duas coisas aconteciam na cachaça e ela a vida toda, ela foi é... colocada no segundo plano em termos de tributação, sempre tributação muito alta! (ENTREVISTADO 3).

A liberação da produção e comercialização da cachaça veio com a consequente elevação da tributação da bebida, imposta por Portugal aos produtores da colônia, conforme pode-se verificar a partir de Barbosa (2014) e Caetano (2003). Os relatos do entrevistado 10 e do entrevistado 3 também citam a alta tributação sempre imposta à bebida desde a época da colonial, de maneira histórica. Mesmo conseguindo garantir a produção e comercialização da cachaça, houve ainda a insatisfação popular dos senhores de engenho mediante essa alta taxaço.

O aspecto tributário também é um dos pilares que fomenta a informalidade no setor da cachaça de alambique, pois ao se produzir à margem dos tributos impostos pela coroa, garantia-se ainda a alta lucratividade dos senhores de engenho. Como o produto estava liberado para produção e venda, a preocupação com retaliações vindas de representantes da coroa era menor, trazendo a facilidade de continuar com a produção nos engenhos de maneira informal.

Ao perceber que a cachaça já se fazia presente no dia a dia dos brasileiros com predileção em detrimento às bebidas da corte, além da tributação imposta após a revolta da cachaça, optou-se pela instituição de novos tributos sobre o produto, o que onerou ainda mais a produção da cachaça no Brasil-colônia.

Em 1755, após um terremoto ter atingido a capital de Portugal, Lisboa, foi instituído um novo tributo, o “subsídio voluntário”, que era destinado aos estabelecimentos que comercializavam a bebida. Este tributo ficou vigente entre 1755 e 1766 e foi utilizado para a reconstrução da capital após o desastre ocorrido. Mais tarde, foi instituído outro novo tributo sobre a bebida, o “tributo literário sobre a venda da cachaça”, desta vez com a arrecadação destinada ao financiamento das Universidades de Coimbra e Lisboa, sendo extinto apenas no ano de 1831 por Portugal, quando também se iniciava o período regencial no Brasil (ANDRADE; ANDRADE, 2015).

Mais uma vez as falas dos entrevistados vão ao encontro dos fatos históricos, pois a cachaça frente a diversas tentativas de proibição e consequente fracasso da coroa em tais tentativas, foi altamente taxada, o que demonstra, de certa forma, o seu reconhecimento enquanto agente econômico de importância à época, uma vez que a taxaço garantiria recursos

para manutenção da coroa. Porém, essas taxações aumentavam a insatisfação dos brasileiros, e os conduzia à informalidade, em razão de grande parte de sua produção ser tomada pela coroa através de impostos. Como não havia retorno à colônia dos tributos pagos sobre a cachaça, a informalidade era o meio de continuar produzindo a bebida de maneira lucrativa.

Neste contexto, diversas revoltas e tentativas de revoluções ocorriam frente aos abusos que a coroa portuguesa realizava na colônia, em especial o aumento de tributos. O consumo da cachaça era ligado a estes fatos como uma forma de desmoralizar os movimentos rebeldes, o que não evitou que insurreições das mais diversas surgissem contra Portugal, com especial destaque para a já apresentada Revolta da Cachaça. Fazer uma ligação direta das pessoas que consumiam a bebida, aos escravos e pobres, era uma forma de desacreditar também esses movimentos, conforme pode-se observar em parte da reportagem abaixo:

Se o chicote, para desarticular insurreições e impulsos, o tronco e outros artifícios torturantes da carne não resolvessem o desejo imperativo de liberdade, a cachaça servia perfeitamente já que ninguém dá crédito a um bêbado, muito menos aquele que se propõe a líder. Tornar o escravo alcoólatra era antes de qualquer coisa “amansa-lo, desacredita-lo pela embriaguez”. (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 57, 2018).

No período colonial pode-se destacar que os três primeiros aspectos que fomentaram no campo organizacional da cachaça de alambique a informalidade da sua produção foram a estigmatização de origem e consumo da bebida, as tentativas de proibição e a alta tributação tanto para produção quanto para comercialização impostos pela coroa portuguesa. Entretanto, estes primeiros aspectos ainda se encontraram presentes também no período do império, em especial após a abolição da escravatura, em 1888 e também durante o Ciclo do Café.

O Brasil foi o último país a conquistar a independência no continente e um dos últimos do mundo a abolir completamente a escravidão. Segundo a antropóloga e historiadora Lilia Moritz Schwarcz, alguns projetos previam uma forma de inclusão dos escravos, porém a Lei Áurea foi muito conservadora e não contemplou sequer direitos humanos mínimos, como alimentação, moradia e trabalho. Os recém libertos, sem nenhum apoio do Estado brasileiro, se viram à margem da sociedade e houve um aumento expressivo no consumo de álcool nessa camada da população, e a cachaça era um produto mais acessível. A cachaça, então, foi mais uma vez vista de forma estigmatizada. (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 57, 2018).

A cachaça mais uma vez sofre com a estigmatização de consumo, conforme já realizado durante a época de colônia, porém desta vez não pela coroa, mas sim pelos próprios emergentes brasileiros, quando também neste período ocorria o Ciclo do Café no Brasil. O Ciclo do Café é

compreendido também pela ANPAQ como um momento em que a cachaça sofre um período de baixa, tendo em vista que foi um novo ciclo econômico que se instalou no Brasil, fazendo surgir novas elites locais, diminuindo assim a participação dos senhores de engenho nos ambientes políticos à época.

Observa-se, portanto, que mais uma vez a cachaça sofre um novo embate com o vinho português, pois essas novas elites enviavam seus filhos para estudarem nas capitais da Europa, e estes ao retornarem ao país, tinham predileção por coisas que fossem ligadas diretamente ao velho continente em detrimento de produtos nacionais. Neste contexto, houve um aumento do consumo do vinho português novamente, sendo a cachaça empurrada para os maus olhos da sociedade, mais uma vez que era associada à falta de classe e diretamente ligada à desordem e maus costumes, contribuindo desta forma para uma continuidade dos aspectos que fomentavam sua informalidade devido ao desinteresse da elite pela bebida, presente desde a época da colônia.

[...] no Ciclo do Café, quando a nova elite cafeeira enviaram os filhos para estudarem na Europa, principalmente em Lisboa, Porto e Paris. Ao retornarem, estes filhos da classe dominante ditavam a moda, por vezes assumindo padrões de costumes europeus, como o uso de cartolas, chapéus e gravatas e renegando produtos brasileiros. Ocorreu o aumento de consumo e importação de vinhos, alguns da região do Porto, em Portugal. (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 57, 2018).

Esta estigmatização da cachaça ainda persistiu nos anos de governo Vargas, durante o Estado Novo, conforme pode ser visto também no trecho da reportagem abaixo:

A marginalização da cachaça persistiu em outros períodos como na Era Vargas, Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930. Seus 15 anos de governo caracterizaram-se pelo nacionalismo, populismo e políticas ditatoriais, centralizadoras e controladoras[...]; As políticas de Vargas vinculavam cidadania ao trabalho e, conseqüentemente, acoitava os que se encontravam fora dessa esfera. A repressão do Estado Novo era grande com quem não estava nos “padrões” da época. E a cachaça está presente no imaginário do malandro, nas rodas de samba carioca, no auge da boemia da Lapa e nas rodas de choro paulistanas. (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 57, 2018).

Porém, além da estigmatização da imagem da cachaça, seguindo ainda resquícios da época da colônia e também do império, um outro agravante estava a caminho dos produtores de cachaça de alambique. O novo governo, para fortalecer a indústria nacional, fomenta a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, que regulava também o setor sucroalcooleiro do Brasil, que impactava diretamente na cachaça produzida em alambiques, com regulamentações

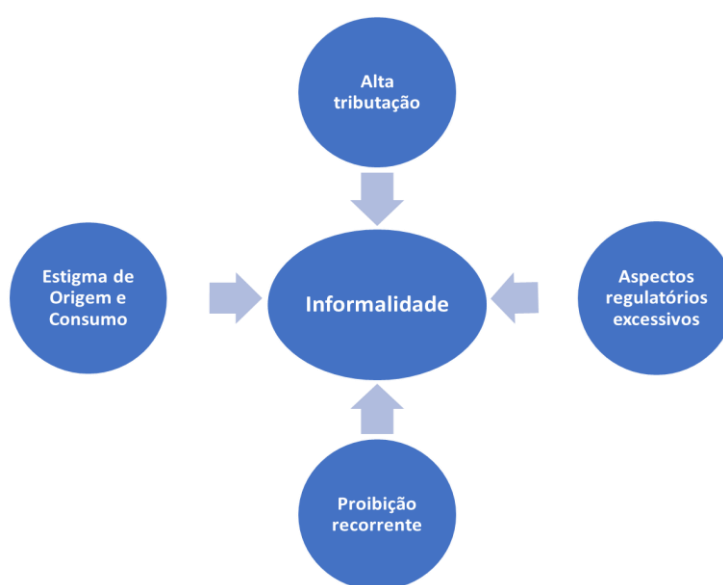
altamente punitivas, para que fosse impulsionado o fortalecimento da indústria da cachaça no Brasil (PAIVA et. al., 2017). Com os novos aspectos regulatórios altamente prescritivos e punitivos, diversos foram os alambiques e produtores que optaram pela informalidade em vez de industrializarem-se.

O período Vargas, de fortalecimento e fomento da indústria da cachaça, traz um dos pontos que ainda hoje estimula a informalidade no campo da cachaça: a burocracia, que através de atos legais que regulamentam todo o setor da cachaça, não distingue produtores do campo dos industriários. A alta exigência impacta obviamente os custos que afetam a produção da cachaça, impulsionando também os produtores à informalidade.

Neste ponto, chega-se também à reflexão trazida por Daniel (2016) acerca da informalidade, quando o Estado apenas fomenta às pequenas elites a possibilidade de serem formais, com tantos entraves legais e burocráticos que acabam permitindo, de maneira excludente, que poucos tenham verdadeiramente o acesso a um mercado formal.

Assim sendo, a figura três representa abaixo quais são os quatro pontos que nos diferentes momentos históricos fomentam a informalidade enquanto uma instituição. Estes aspectos possuem reflexos até os dias atuais, resignificando-se e interferindo diretamente no campo organizacional da cachaça: a estigmatização de origem e consumo da cachaça, proibição da bebida, a alta e recorrente tributação ao setor e por fim e mais recente, aspectos regulatórios excessivos.

Figura 3 - Aspectos históricos que fomentam a informalidade enquanto instituição.



Fonte: Do autor.

Para a contemporaneidade, não há mais a proibição da bebida, tendo em vista que hoje é reconhecida como produto legal e considerada patrimônio cultural do Brasil. Contudo ainda há resquícios da estigmatização, bem como a forte presença de entraves como, por exemplo, a alta carga tributária, a regulamentação e a legislação rígida. Estes aspectos serão apresentados a seguir com um melhor aprofundamento.

4.1.2 Aspectos contemporâneos que promovem a Informalidade no campo da cachaça de alambique: Regulamentações e Burocracias

Os quatro pontos apresentados no tópico anterior promoveram uma cultura histórica da informalidade no campo da cachaça de alambique, favorecendo a perpetuação da informalidade enquanto uma forte instituição presente neste campo. Pode-se considerar que três deles ainda se apresentam na contemporaneidade e de maneira explícita: as regulamentações e burocracias, a questão tributária e a estigmatização da bebida. Neste capítulo, será tratado um aspecto que é mais recente: a regulamentação e burocracia para se abrir ou formalizar um alambique. Mesmo sendo recente representa um dos principais fomentadores da perpetuação da instituição informalidade.

O primeiro aspecto contemporâneo que contribui para a perpetuação da informalidade, de acordo com os entrevistados e materiais pesquisados, são as excessivas regulamentações e burocracias que são impostas à bebida, tanto para produção quanto para a venda. Com o fortalecimento do setor sucroalcooleiro iniciado na Era Vargas, as atenções estavam voltadas para as indústrias produtoras de álcool e afins, estando presente também nesta seara, a industrialização da cachaça (PAIVA et al., 2017).

Este fato, obviamente, prejudicou a cachaça de alambique, tendo em vista que o pequeno produtor encontra grandes dificuldades para se adequar às normas estipuladas para as grandes indústrias. A narrativa do entrevistado 10 consegue esclarecer a importância da associação enquanto primeira representante, em um momento que a cachaça de alambique sofria com a falta de reconhecimento:

A cachaça de alambique quase sumiu quando a gente se organizou para montar a AMPAQ. Quando nos reunimos, nem lei direito tinha, só pra cachaça de colona, mas aqui nós conseguimos a lei da cachaça mineira. A gente foi reconhecido mesmo como cachaça, porque antes era aguardente. Antes falava cachaça, mas não era oficial. A partir das leis, começaram a mudar as coisas e começou também o reconhecimento da cachaça. A AMPAQ esteve presente nesse momento. Mas foi bom e também foi ruim, porque quando conseguimos

a lei mineira da cachaça, as cobranças também aumentaram... tem efeito reverso, pois a cobrança ficou muito alta em cima dos pequenos produtores. (ENTREVISTADO 10).

Mesmo com o reconhecimento do destilado e com leis mineiras que estimulavam a valorização da bebida, o entrevistado 10 ainda destaca que houve um efeito reverso em uma ação que deveria ter sido realizada para o fortalecimento da cachaça de alambique. Ao mesmo tempo em que o governo regulamentava o setor, passava também intensificar as exigências para a formalização.

Observa-se que as exigências têm aumentado cada vez mais ao longo do tempo, o que pode também ser responsável pelo desinteresse de produtores informais em reorganizar os seus alambiques. Além dos passos para se abrir uma empresa como outra qualquer, tais como contrato social, CNPJ, junta comercial e alvarás, existem uma série de medidas que são requeridas dos produtores de cachaça de alambique, que não são atrativos aos olhos daqueles que trabalham de maneira informal. Na narrativa do Entrevistado 1, abaixo, foram identificados alguns desses entraves que são determinados pelos entes governamentais e como isso impacta também na perpetuação da informalidade:

[Quando] Iniciamos a venda de cachaça na região, procuramos nos regularizar, abrimos empresa e estudamos as normas do MAPA. Observamos, na época, no entanto, que toda cachaça na região era vendida em bombonas de plástico, para os bares, vendas e mercados. Ninguém se interessava por cachaça engarrafada na região. Alguma venda de cachaça “engarrafada” era vendida em garrações de 4,5 litros para as pessoas abastecerem suas barruquinhas em casa. [...]Na minha região (Barbacena - MG) existem dezenas de alambiques clandestinos. Alambiques que produzem cachaça no mesmo galpão que criam porcos. Vendem cachaça a R\$ 3,50 o litro e controlam a distribuição naquela zona. Hoje eu teria dúvidas em recomendar a uma pessoa para montar um alambique formal, com CNPJ, registro no MAPA, licença para exportação, contabilidade, emitindo nota fiscal eletrônica... é uma loucura. (ENTREVISTADO 1).

A narrativa acima destaca grandes problemas pelos quais os alambiques formais passam em seu dia a dia, deixando também claro o desânimo do produtor formal para manter a sua produção conforme as exigências requeridas. A questão burocrática se apresenta como um dos principais problemas que permeiam todas as narrativas dos entrevistados que participaram desta pesquisa. As narrativas destacam que não existe uma atenção governamental em facilitar as exigências para regularização dos alambiques informais. Esta dificuldade também pode ser vista na narrativa do entrevistado 3, que destaca alguns pontos das dificuldades encontradas em torno da regularização de um alambique:

Porque hoje você montar uma fábrica e regulamentar em todos os órgãos, você gasta um ano e meio... em outros países você faz um CNPJ e você consegue, indústria... uma semana, duas semanas, um mês, aqui nós gastamos um ano, um ano e meio, então é complicadíssimo, então esse é um dos fatores que levam a clandestinidade. Vários órgãos cuidando da regulamentação da cachaça de alambique e tem uma demora muito grande para você regulamentar... então tem uma demora muito grande, você não consegue fazer... eu tô falando porque eu fiz a minha fábrica há uns 8, 10 anos atrás, e eu fiquei impressionado a dificuldade de quem tem [que regularizar]. (ENTREVISTADO 3).

Os aspectos legais para se abrir ou formalizar um alambique vão além de puramente abrir uma nova empresa, conforme apresentado pelas narrativas. Com o apoio da associação, na época ainda AMPAQ, em 2013, o SEBRAE desenvolveu um manual técnico que auxilia aos interessados a regularizarem os seus alambiques. A partir do exposto pela cartilha, percebe-se que realmente existem muitas questões que podem desmotivar até mesmo produtores que possuam uma maior facilidade e capital disponíveis para regularizar os seus alambiques. São pelo menos dez passos mínimos para a organização de um alambique que esteja de acordo com as especificidades do MAPA.

Os cinco primeiros passos são comuns a qualquer organização empresarial com fins lucrativos, como Consulta Comercial, Busca de Nome e Marca, Criação de Contrato Social, Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), Solicitação de Inscrição Estadual e liberação de alvará de funcionamento e a Licença Sanitária para estabelecimentos que fabriquem alimentícios (SEBRAE, 2013).

Os principais entraves aparecem no momento de registrar o alambique no MAPA, no qual todas as indústrias produtoras de bebidas, inclusive as cachaças de alambique de pequena produção se encaixam e estão inseridas, de acordo com a Lei nº 9.918/1994 c/c Decreto 6.871/2009. Os registros no MAPA são obrigatórios e além de registrar o estabelecimento, o produtor também deve registrar os produtos que são feitos no alambique. Além das bebidas ali produzidas, os produtores precisam também especificar quais atividades são realizadas no empreendimento, tendo que se identificar enquanto produtor e/ou padronizador de bebidas, envazilhador/engarrafador, atacadista, exportador ou importador, sendo que no alambique, pode ocorrer mais de uma atividade simultânea (SEBRAE, 2013).

Para dar continuidade ao registro no MAPA, ainda existe a necessidade de uma série de papéis que, além de cópias dos documentos empresariais básicos (CNPJ, Inscrição Estadual e Contrato Social), é exigido também uma planta baixa do empreendimento de acordo com as

normas técnicas, bem como um controle de qualidade e Manual de Boas Práticas de Fabricação, sendo esses últimos organizados pelo próprio alambique (SEBRAE, 2013).

Há ainda exigências mínimas para estabelecimentos de bebidas que devem ser observados para a construção de alambiques, sendo elas: **Localização**, exigindo-se distâncias de locais que possam ter mau-cheiro; isolamento do prédio a partir de cercas, muros bem como urbanização ao redores, facilitando tráfego de veículos, limpeza e escoamento; **Construção**: alvenaria, portas e janelas adequadas com telas, instalações sanitárias, locais apropriados para deposição dos resíduos industriais; **Equipamentos e Utensílios**: que sejam atóxicos, evitar madeira, bem como disposição correta de caldeiras; **Condições Higiênico-sanitárias**: procedimentos padronizados de desinfecção, higiene garantida à colaboradores, uniformes, controle de pragas e análise da água para verificar sua potabilidade; **Controle de Qualidade**: este deve ser feito em laboratório, próprio ou de terceiros, bem como manual de boas práticas próprio e por fim dispor de um responsável técnico (SEBRAE, 2013).

As exigências mínimas são importantes para que a qualidade da cachaça de alambique seja assegurada, bem como as boas práticas de sua produção. Na narrativa abaixo, do entrevistado 2, existe um destaque para a importância desses requisitos mínimos para a construção ou formalização de um alambique de cachaça, tendo em vista que ao não respeitarem essas normas, a produção informal da bebida pode afetar, dentre outras questões, o meio ambiente de maneira séria:

Outra questão importante dessa informalidade, que eu já vivi a experiência, é questão ambiental... e isso aí não tem jeito, é uma tradição na minha região e em muitas regiões o cara fazer o alambique do lado de um rio... e você tem que ter aquela distância de trinta metros, então não tem jeito... o cara tem que tirar daqui e botar lá, respeitar essa distância de trinta metros. Beira de brejo, beira de rio, era comum porque eles já queriam descarregar o esgoto no rio... é errado. Né, então, esse pessoal informal também gera problema ambiental. (ENTREVISTADO 2).

Além das exigências mínimas expostas acima, o produtor ainda possui uma obrigação com Instalações e Equipamentos que devem estar presentes nos alambiques. É uma lista grande e que para cada momento do processo de produção exige atenções diferentes, conforme poderá ser visto no quadro 3, abaixo:

Quadro 3 - Instalações e Equipamentos para Produção de Cachaça (continua)

Momento da Produção	Como devem ser as instalações	Equipamentos Necessários
Moagem	Coberta; Pisos resistentes e impermeáveis; Espaço suficiente para volume de produção; Sem acesso à entrada de insetos e roedores.	Moenda; Tubulações; Decantador; Refratômetro.
Fermentação	Deve ser coberta; Paredes de alvenaria, com revestimento liso e lavável; Espaço suficiente para as dornas de fermentação, e com espaço entre elas para à realização das operações; Ter ventilação e iluminação adequadas; Piso impermeável, com inclinação suficiente ao escoamento das águas; Sem acesso a entrada de insetos, roedores etc.	Dornas em aço carbono, aço inox ou outro material similar que não transfira compostos tóxicos à bebida; Sacarímetro; Termômetro.
Destilação	Deve ser coberta; Paredes de alvenaria, com revestimento liso; Piso impermeável, com inclinação suficiente ao escoamento das águas; Área compatível ao abrigo dos equipamentos de destilação, com espaço suficiente à realização das operações; Sem acesso a entrada de insetos, roedores; Ter ventilação e iluminação adequadas.	Destilador ou Alambique e caixa de recepção da cachaça; Termômetros; alcoômetros.
Armazenamento e Envelhecimento	Deve ser coberta; Piso impermeável, com inclinação suficiente ao escoamento das águas; Paredes de alvenaria, não obrigatoriamente revestidas; Área e altura compatíveis com a necessidade (abrigo dos tonéis) e à realização das operações; Sem acesso a entrada de insetos, roedores.	Tonéis e/ ou barris de madeira ou tanques de aço inox (tanques plásticos – somente com laudo atestando que o material pode ser usado para bebidas alcoólicas).
	Área compatível ao abrigo dos equipamentos, com espaço suficiente à realização das operações; Paredes de alvenaria com revestimento de azulejo de cor clara	

Quadro 3 - Instalações e Equipamentos para Produção de Cachaça (continuação)

Lavagem/Enxague de Vasilhame	<p>ou tinta lavável até uma altura mínima de 2 metros (é possível outro revestimento desde que seja de material liso, impermeável, lavável e inócuo);</p> <p>Teto constituído de material impermeável, liso e inócuo, de cor clara;</p> <p>Piso impermeável com inclinação suficiente ao escoamento das águas (não serve ardósia ou material similar);</p> <p>Ter ventilação e iluminação Adequadas;</p> <p>Sem acesso a entrada de insetos, roedores etc.</p>	Equipamento mecânico para lavagem a quente de vasilhame reutilizado ou água fria no caso de enxágue de garrafas novas.
Engarrafamento	<p>Área compatível ao abrigo dos equipamentos, com espaço suficiente à realização das operações;</p> <p>Paredes de alvenaria com revestimento de azulejo de cor clara ou tinta lavável até uma altura mínima de 2 metros (é possível outro revestimento desde que seja de material liso, impermeável, lavável e inócuo);</p> <p>Teto constituído de material impermeável, liso e inócuo, de cor branca</p> <p>Piso impermeável, com inclinação suficiente ao escoamento das águas (não serve ardósia ou material similar);</p> <p>Ter ventilação e iluminação adequadas;</p> <p>Sem acesso a entrada de insetos, roedores etc.</p>	<p>Equipamento para envase (manual ou automático);</p> <p>Equipamento mecânico para fechamento das garrafas (se for o caso);</p> <p>Filtros para partículas sólidas e outros equipamentos, de acordo com o processo tecnológico;</p> <p>Rotuladora e equipamento para marcação de lote (se for o caso).</p>
Depósito/Armazenamento de Produto Acabado	<p>Área com espaço suficiente à realização das operações;</p> <p>Paredes de alvenaria;</p> <p>Piso impermeável;</p> <p>Estrados para acondicionar as caixas de produto;</p> <p>Coberto e arejado.</p>	
	Áreas separadas para insumos, rótulos, vasilhames, embalagens da área destinada para material de limpeza e produtos químicos;	

Quadro 3 - Instalações e Equipamentos para Produção de Cachaça (conclusão)

Depósito de: insumos, material de limpeza e produtos químicos	Dependendo dos produtos químicos utilizados, a área deverá ser de acesso restrito e devidamente sinalizada; Área com espaço suficiente à realização das operações; Paredes de alvenaria; Piso impermeável; Ter ventilação e iluminação adequadas; Coberto e arejado.	
---	---	--

Fonte: SEBRAE (2013) e Daniel (2016).

A quantidade de exigências é alta e obviamente demanda um alto investimento financeiro, mesmo para um alambique de menor produção. Existe ainda uma dificuldade para os interessados em se regularizarem, pois apesar de a grande maioria dos alambiques informais serem em estabelecimentos rurais de produção familiar, são excluídas desta classificação de Produtores Familiares, as organizações fabris de bebidas, nas quais se encaixam esses produtores. Essa situação prejudica ainda mais o acesso às fontes de crédito para as devidas regulamentações (SEBRAE, 2013).

Quando questionado sobre a existência de alguma linha de crédito por parte do governo para auxiliar os produtores a mudarem suas situações enquanto informais, o entrevistado 2 revela outra dificuldade que está presente no dia-a-dia dos produtores:

Olha... hoje tá fraco... porque por exemplo, o BNDES, o cartão BNDES, para comprar equipamento tem, entendeu!? Mas o BNDES ainda não está financiando, acredito que em breve por que parece que o foco do próximo governo é a pequena empresa é... vai ser... Não tinha grana para o cara construir... então o cara financiava equipamento mas não conseguia construir, e a maioria desses pequenos alambiques que estão na informalidade, a reforma do cara é geral... não é só de equipamento não, às vezes é tombar tudo no chão e começar tudo de novo... a verdade é essa, porque a maioria desses negócios é telha de amianto, tudo sujo, com madeira sustentando, pé direito inadequado, às vezes é chão batido, é muita coisa ruim... (ENTREVISTADO 2).

Os aspectos regulatórios e as exigências mínimas para se arcar com a reformulação de um alambique é um dos aspectos que contribui de fato para a perpetuação da informalidade. Em princípio, a informalidade tende a continuar no campo da cachaça de alambique, mediante as dificuldades de acesso ao crédito por parte dos produtores. Existe a compreensão por parte da associação que esses aspectos regulatórios valorizam apenas produtores da cachaça

industrial, que devem seguir os mesmos pressupostos aqui apresentados, com a facilidade de acessarem outras linhas de crédito, por, na maioria das vezes possuírem mais acesso ao capital.

Esta também é uma das críticas da ANPAQ enquanto representante dos produtores da cachaça de alambique, que busca sempre uma diferenciação entre a cachaça industrial da de alambique, sendo a última tentativa mais recente um Projeto de Lei datado de 2007 (PL-1187/2007), que buscava diferenciar os vários tipos de cachaça, em especial as de Alambique frente as Industriais. Em reportagem publicada no jornal institucional Cachaça com Notícias 32 (2013), demonstrava-se que os produtores mineiros e goianos estavam a favor desta diferenciação, enquanto eram contra a diferenciação o Governo, Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC) e a Associação Brasileira de Bebidas (ABRABE).

O projeto diferencia o destilado alcoólico de cana-de-açúcar, a aguardente de cana e a cachaça. Mas a principal diferenciação é entre a cachaça industrial e a cachaça de alambique. A representante da Associação Mineira de Produtores de Cachaça (Ampaq), Dirlene Pinto, defende a diferenciação para que o consumidor saiba que está consumindo não uma cachaça qualquer, mas uma cachaça de alambique, método de produção do século 16. “O consumidor precisa saber por que o produto é mais caro; eu preciso saber por que eu pago mais caro, por que eu vendo mais caro: qual a diferença da minha, que é cachaça [de alambique] e que não é feita com água, álcool e açúcar”, diz Dirlene. (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 32, 2013).

Para a ANPAQ, essa diferenciação se mostra fundamental, considerando que as legislações e exigências para a cachaça de alambique seriam diferenciadas e de certa forma mais flexíveis, atendendo a maioria de pequenos produtores em vez de apenas os industriários. A regulamentação vigente deve ser seguida tanto por pequenos produtores de alambique quanto pelos produtores da cachaça industrial, sendo mais danosa aos pequenos e informais, que por ventura, tenham interesse em se formalizarem. A narrativa abaixo, do entrevistado 9, descreve as benesses que uma desburocratização poderia trazer aos produtores da cachaça de alambique, bem como também aos próprios governos:

[...]Porque se houvesse menos burocracia, é de certa forma um incentivo à que aqueles informais pudessem se transformar em formais, seria muito mais fácil. A ANPAQ faz tudo isso para que seja possível. Agora os governos em si não têm muita essa preocupação não, o porquê eu não sei, pois estaria arrecadando mais, traria mais arrecadação para o governo, mais tranquilidade[...] (ENTREVISTADO 9).

O Projeto de Lei apresentado foi arrastado desde o ano de 2013, até que foi arquivado com o fim da última legislatura, em 31 de janeiro de 2019, não tendo avançado positivamente

para os produtores de cachaça de alambique, sem qualquer alteração ou diferenciação para os mesmos (BRASIL, 2007).

O primeiro aspecto que auxilia a perpetuação da informalidade no campo da cachaça de alambique aqui tratado refere-se às regulamentações e legislações estipuladas pelo governo aos produtores de cachaça de alambique. Percebe-se que não existe uma diferenciação entre os produtores de alambiques dos produtores industriais da bebida, o que demonstra a dificuldade dos pequenos para conseguirem se regularizar frente a tantas exigências e adequações que são pedidas para ambos os produtores. Vale destacar que além da alta exigência regulatória, a indisponibilidade de financiamento específico para que estes produtores tenham a possibilidade de se regularizarem.

Em face dessa realidade, os produtores continuam optando pela informalidade, dando continuidade às suas práticas produtivas. Portanto, as dificuldades burocráticas e exigências legais desestimulam os produtores a se regularizarem, auxiliando a perpetuar a prática de alambiques informais. Por outro lado, há, ainda, a comodidade em se manter informal, pois uma possível reformulação obrigaria a toda uma reconfiguração institucional. Essa mudança retiraria a organização da zona de conforto e a movimentaria juntamente com o campo organizacional para uma instabilidade momentânea que pode ser desgastante e possuir alto custo, reforçando a perpetuação da instituição informalidade. A seguir será apresentado o segundo aspecto que mais interfere, na visão da ANPAQ, no processo de regularização de alambiques: a tributação.

4.1.3 Aspectos contemporâneos que promovem a Informalidade no campo da cachaça de alambique: Tributação

[...]por que que a maioria continua atuando na informalidade? Porque se acha que se paga muito imposto ainda! É medo de pagar imposto! (ENTREVISTADO 2).

Além das exigências legais e burocráticas para se legalizar ou abrir um alambique, a tributação se apresenta como um aspecto histórico e ainda fortemente presente no campo da cachaça de alambique. Mesmo após a liberação da produção como resposta à Revolta da Cachaça, historicamente, diversos tributos foram inseridos sobre a bebida, onerando os seus produtores. Mesmo com o passar dos anos, essa alta tributação segue ativa, fomentando ainda um outro pilar que sustenta a informalidade enquanto uma forte instituição. A narrativa do

entrevistado 3 demonstra as dificuldades que o setor da cachaça enfrenta quando questionado sobre a questão tributária:

[...]não só dificuldade nas leis que regem a indústria da cachaça... como também na regulamentação dos impostos que incidem sobre a cachaça, que dificilmente você vai encontrar uma pessoa que entende dos impostos que se pagam na cachaça... embora agora... agora facilitou um pouco para quem possa estar participando do Simples Nacional, diminuiu bastante a carga tributária ficou mais simplificada e são menos impostos (questão financeira), mas mesmo assim existe uma dificuldade muito grande... se você me perguntar, qual o preço do meu produto, você me liga de São Paulo, do Rio, vamos dar o exemplo do Rio porque hoje eu recebi uma ligação duma pessoa comprando cachaça do Rio de Janeiro, "qual que é o valor da sua cachaça bem-me-quer, uma garrafa prata, cachaça prata aqui no Rio?" Eu não sei... Eu vou responder que eu não sei, porque pra eu saber, primeira coisa, eu tenho que ver o valor do ICMS lá, o valor aqui, depois lá existe um imposto pra... pra... 2% do ICMS de lá, (substituição tributária), e esses dois por cento é sobre ah... fundo de pobreza... é uma taxa a mais que tem lá, fundo de pobreza... olha, então você imagina um produtor no meio de uma cidade...zinha pequena ele nunca vai ficar sabendo de todas as nuances dos impostos... então exatamente por causa disso ele vai ficar clandestino (informal), falar -ah, eu vou mexer com essa confusão toda de imposto... eu prefiro vender minha cachaça aqui na porta do balcão esse trem todo e de uma forma irregular. (ENTREVISTADO 3).

Para Daniel (2016), são diversos os tributos que podem vir a incidir sobre a cachaça de alambique, devendo ser considerado em qual regime tributário o produtor está enquadrado. Em 1996 foi instituído o Simples Federal, regime tributário de simplificação e arrecadação de impostos para micro e pequenas empresas, no qual tributos de âmbito federal, possuíam alíquotas diferenciadas, bem como uma simplificação na maneira de serem arrecadados, se apresentando como uma possibilidade de melhoria para a arrecadação tributária, facilitando também a regularização de micro e pequenas empresas que operassem na informalidade. Porém, ainda assim, os tributos de âmbito municipal e estadual estavam fora deste regime tributário, ficando os alambiques responsáveis por recolher esses tributos.

Esta possibilidade de arrecadação através do Simples Federal se deu apenas até o ano de 2001, quando foi extinta a possibilidade de produtores de cachaça optarem por este regime de tributação, ficando disponíveis os regimes de tributação denominados Lucro Real e Lucro Presumido, que além de não possuírem uma tabela fixa de tributação, leva em conta diferentes fórmulas e tipos de cálculos, com um maior nível de complexidade, bem com uma alíquota tributária também maior (DANIEL, 2016).

Em um primeiro momento, a criação da Lei do Simples Federal, em 1996, auxiliou muitos produtores a deixarem a informalidade, diante de uma menor tributação e complexidade

para cálculo dos impostos. Essa retirada do Simples à época, que começou a valer em 2002, teria sido um dos fatores mais prejudiciais para a bebida, pois assim que os produtores de cachaça foram retirados como beneficiários do Simples, muitos optaram por retornar à informalidade, conforme pode ser percebido na narrativa abaixo, do entrevistado 2:

[...]com a carga tributária alta, muitos voltaram para a informalidade... Tirou a gente da informalidade na época do Governo FHC, com o Simples Federal..., mas no final do governo. Em 2002... Que foi quando teve o decreto que transformou a cachaça como patrimônio nacional, então eles pensaram que o volume de exportação ia crescer, ao mesmo tempo pagando mais tributos e ele comprometeu... (ENTREVISTADO 2).

Com a regulamentação do Simples Nacional, a partir da Lei Complementar 123/2006, passou a se incluir também os tributos de nível estadual (ICMS) e de nível municipal (ISS), porém foi vedado à produtores de bebidas alcóolicas a participação no Simples Nacional, conforme pode ser observado no Art. 17 da referida Lei Complementar 123/2006. Como o Simples Nacional considerava micro e pequenas empresas, organizações que auferissem receita bruta anual até R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). Presumia-se que esses critérios eram positivos para a grande maioria dos produtores de cachaça de alambique, porém, a vedação de recolhimento simplificado mais uma vez comprometeu o interesse destes pequenos produtores a se regularizarem.

Sobrava a estes produtores, como forma de tributação apenas o Lucro Real e Lucro Presumido, sobre quais deviam ser recolhidos tributos federais tais como PIS (Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Sobre o Lucro Líquido), IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados) e IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica). Além desses, deveria ser recolhido à âmbito estadual o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Na tabela abaixo, é possível verificar quais as alíquotas eram impostas para os produtores de cachaça.

Tabela 1 - Alíquotas por tributo para Cachaça.

Tributo	Lucro Real	Lucro Presumido
PIS	1,65%	0,65%
COFINS	7,65%	3,00%
CSSL	9,00%	9,00 a 12,0%
IRPJ	15%	15 a 25%

Fonte: SEBRAE (2013)

Dentre os tributos acima citados, o mais complicado em se recolher era o IPI, pois o produtor de cachaça tem obrigatoriedade de cadastrar-se na receita para receber o Selo de IPI, estando estes produtores sob uma maneira de cálculo diferenciada que levava em consideração o tamanho dos vasilhames nos quais a cachaça era engarrafada, com quatro categorias divididas entre: Até 180 ml, de 181 a 375 ml, de 376 ml a 670 ml, e por fim de 671 ml à 1000 ml.

Em seguida, observava-se qual o preço praticado na venda da garrafa, para uma cobrança de IPI mínima e máxima. Essa cobrança de IPI variava sobre a cachaça entre o valor de R\$0,14, até R\$2,90. Ainda havia a necessidade de identificar se os vasilhames eram ou não retornáveis, motivo de maior ou menor incidência de IPI sobre a garrafa vendida, demonstrando que além de onerar o produto, este tributo ainda causava uma série de conflitos e confusões (DANIEL, 2016, SEBRAE, 2013).

Na tabela abaixo, apresenta-se a distribuição de classes de cobrança do IPI, sendo a cachaça classificada para uma tributação entre A e Q.

Tabela 2 - IPI por Classe de Bebida.

Classes	IPI (RS)	Classes	IPI (RS)	Classes	IPI (RS)
A	0,14	J	0,73	S	4,34
B	0,16	K	0,88	T	5,29
C	0,18	L	1,08	U	6,46
D	0,23	M	1,31	V	7,88
E	0,30	N	1,64	X	9,59
F	0,34	O	1,95	Y	11,70
G	0,39	P	2,39	Z	17,39
H	0,49	Q	2,90	-	-
I	0,61	R	3,56	-	-

Fonte: SEBRAE (2013) e Daniel (2016).

Conforme citado, além dos tributos federais, cabia ao produtor realizar o recolhimento do ICMS, que é geralmente um dos tributos que mais incidem financeiramente sobre a produção da cachaça de alambique. Deve-se lembrar que o ICMS é um tributo estadual e cada estado possui uma legislação diferenciada, bem como alíquotas diferentes para cada tipo de produto. Em Minas Gerais, até o ano de 2012, o Governo Estadual estabelecia uma alíquota de 12% para a cachaça, ou seja, além dos tributos federais citados, recolhia-se mais 12% de ICMS. Em 2013, os 12% que já eram considerados onerosos aos produtores, passou pesar ainda mais, com um aumento da alíquota para 18%, sendo responsável por movimentações da ANPAQ, à época ainda AMPAQ, em torno de uma briga pela mudança na legislação tributária estadual.

Figura 4 - Capa da Edição 28, de 2013 do informativo Cachaça com Notícias.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Em editorial publicado na Edição 28 em 2013 do Cachaça com Notícias, a associação classificava a medida como perversa e muito danosa à cachaça de alambique produzida em Minas Gerais, criticando a dificuldade que já enfrentava frente a outras tributações, como no caso do IPI e como este aumento na carga tributária poderia ser prejudicial ao movimento de regularização e formalização de alambiques que ainda estavam na informalidade, conforme pode ser visto na seguinte narrativa:

A cachaça artesanal de alambique mineira passa por uma situação extremamente delicada e, porque não dizer, extremamente perversa. A falta de uma isonomia tributária no caso do IPI e a falta de critérios claros e transparentes para o caso do ICMS, deixam os produtores formalizados de “cabelo em pé”. A AMPAQ que sempre propugnou em seu estatuto pela organização e formalização do setor fica em situação crítica institucionalmente falando, neste momento político / tributário atual. (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 28, 2013).

Na narrativa acima percebe-se uma preocupação sobre o aumento da tributação à época imposta à cachaça de alambique mineira, pois, de acordo com o que pode ser visto, diversos produtores mediante a este aumento poderiam optar pela sonegação de tributos e ainda assim

minar a possibilidade de auxílio a regularização de alambiques informais. A tributação chegou a ser tão onerosa, que beirou aos 82%, de acordo com informações do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário de 2017, em reportagem publicada no portal da Época Negócios, também em 2017.

Sobre essa alta tributação, a narrativa do entrevistado 3 deixa claro o descontentamento enquanto também produtor da cachaça de alambique formalizada:

Só pra você ter uma ideia, eu fui entrevistado a questão de uns dois anos atrás e tinha por exemplo, nesta entrevista alguns políticos e eles me perguntaram a respeito da cachaça o que que me magoava bastante, o que me amolava... Ai eu respondi, o que mais me amola, o que mais me irrita, sabe é eu chegar num supermercado ou chegar num restaurante ou chegar num bar e ver dez garrafas de cachaça minha numa prateleira, isso me incomoda terrivelmente! E daí todo mundo perguntou, pô, mas você ter 10 garrafas de cachaça te incomoda?? Aí eu disse: Incomoda, porque... destas 10 que está lá, só uma e meia me pertence! As outras oito ponto cinco garrafas são do governo. Então só uma e meia garrafa é que eu tenho que comprar[vender]... eu tenho que pagar meus empregados pra plantar minha cana, pra cuidar do meu canavial, pra comprar os insumos do canavial, pra produzir toda cachaça, trazer ela pro alambique, fazer a minha cachaça, engarrafar, comprar a garrafa, comprar o rótulo, comprar o selo do [IPI]... toda a estrutura pra fornecer uma garrafa, caixa de papelão... tudo, tudo com uma garrafa e meia... o resto é tudo imposto! Aí todo mundo... como não pode... é isso aí... Então isso faz com que qualquer pessoa em sã consciência vire clandestino... Porque que eu vou legalizar e pagar 85% de imposto? Então essa, o grande entrave nosso e eu sempre falei isso é a tributação, sempre a tributação, que é histórica. (ENTREVISTADO 3).

A tributação no âmbito da cachaça de alambique, após as normas que regulamentam o setor, é um dos grandes entraves na visão da associação para a saída da informalidade. Devido a cachaça ter um histórico de tributação alta, ela trouxe outro problema: a sonegação no setor da cachaça de alambique. Produtores que são formalizados, diante das altas taxas tributárias que insidiam até pouco tempo sobre o produto, optam por escoar parte de sua produção sob os aspectos informais. A perpetuação da informalidade enquanto instituição, se reconfigura quando esbarra nos pilares tributários.

Deve-se separar atentamente a informalidade da clandestinidade. Uma situação é diferente da outra, a clandestinidade geralmente é praticada pelos formalizados. (ENTREVISTADO 8).

É difícil combater a informalidade. Existem produtores que tem cachaças de qualidade e, por baixo dos panos, tem as cachaças informais. (ENTREVISTADO 7).

As narrativas acima apontam para um nível de informalidade que se torna mais difícil de enfrentar, pois se nos aspectos legais que regulamentam a cachaça tem-se um limitador de possíveis produtores interessados em se regularizarem e formalizarem, ficando a mercê de qualquer regulamentação do estado, quando chega-se aos aspectos tributários, é encontrada a informalidade dos formais, travestida aqui como sonegação tributária. O entrevistado 6 aponta que os custos relacionados à tributação e outras coisas são tão altos que o alambique dele só sobrevive por causa do ramo informal, conforme pode ser verificado na narrativa abaixo:

[...]exatamente por causa da dificuldade que você tem e do custo elevado que você tem pra manter um produto desse registrado, ou seja, tudo isso que você tá vendo aqui, ó... mais embalagem, ele tem um custo pra mim várias vezes superior ao custo do garrafão informal por exemplo, que eu vendo... aí você pergunta, o que que vale a pena? Não é que valha a pena trabalhar na informalidade..., mas a informalidade te traz um dinheiro por exemplo que esse aqui [cachaça engarrafada] não... uma dessas que por exemplo, o índice de lucro é mais baixo. Por que? Porque acabei de receber essas duas mil garrafas que vou receber na segunda feira... os caras pararam de produzir em... final de setembro... em outubro eles deram aumento, em novembro eles deram outro aumento e no início do ano agora, no dia primeiro de janeiro eles deram outro aumento. Sem produzir... então a garrafa minha, o custo que era de 2,80, pulou pra R\$4,11. Eu já recebo a nova safra de garrafas com custo quase dobrado... 100%, então por exemplo, além de você ter um custo muito elevado, se você quiser colocar a cara no mercado, tem que ser desse jeito aqui! Mas... Você precisa de ter uma base de sobrevivência, senão, não sobrevive! A sustentabilidade financeira, ela vem do comércio informal. Por incrível que pareça. (ENTREVISTADO 6).

Ao instituir e manter a alta tributação ao longo da história, em conjunto com o excesso de burocratização para se constituir um alambique formalizado, o Estado mais uma vez contribuiu para a perpetuação da informalidade, em sua forma mais básica, como também auxiliou na reconfiguração institucional da informalidade. Percebe-se aqui, que uma instituição quando é muito forte, se reorganiza para que consiga se garantir a estabilidade na organização ou campo organizacional.

A situação da tributação tem mudado, haja vista que recentemente, com árduo trabalho realizado também pela ANPAQ, conseguiu-se após a atualização da Lei do Simples Nacional, iniciada em 2018, a reinserção da produção de cachaça entre os possíveis optantes do regime tributário. Após quase 20 anos, uma nova possibilidade no setor da cachaça de alambique. Como este foi um trabalho institucional realizado pela ANPAQ, será discutido com mais profundidade em outro tópico.

Conforme mencionado, a proibição que era imposta à produção da cachaça durante a época da colônia, não está mais presente no campo organizacional agora na contemporaneidade

de forma explícita, pois a bebida hoje possui uma regulamentação que garante a sua legalidade, enquanto produto, porém, estes dois primeiros aspectos apresentados até aqui, sendo o primeiro deles a regulamentação pesada e excessiva e o segundo deles a alta tributação até então praticada, representam maneiras veladas de se proibir a produção, faltando, ainda, o reconhecimento e a importância cultural, histórica e econômica que o produto representa.

A seguir será discutido outro ponto que contribui para perpetuação da informalidade, qual seja, a estigmatização da bebida e a falta de seu reconhecimento como uma atividade séria.

4.1.4 Aspectos contemporâneos que promovem a Informalidade no campo da cachaça de alambique: Estigmatização de Origem e Consumo

Figura 5 - Capa da Edição 57, de 2018 do informativo Cachaça com Notícias.



Fonte: Dados da pesquisa.

Abre-se essa sessão com a última edição publicada do Cachaça com Notícias de 2018, que trouxe em sua capa a seguinte pergunta: Ainda temos preconceito com a cachaça? A própria imagem utilizada para ilustrar a capa demonstra que um dos principais motivos da cachaça ter sido tão estigmatizada passa pela questão da sua possível origem histórica, bem como a quem era ligado o consumo da bebida. Conforme visto anteriormente, diversas foram as vezes em que a cachaça foi malvista pela sociedade, iniciada essa visão desde a época colonial.

Esta visão, ainda está presente no imaginário coletivo, ao ligar a cachaça a um produto de baixa qualidade e que é consumido pela população de baixa renda. As narrativas do entrevistado 3 demonstram que por exemplo, até certo tempo atrás as pessoas deixavam de consumir a bebida, devido a essa percepção ruim da imagem que se tem em torno da mesma:

Vou dar uma opinião pra você há uns anos atrás, o Zé Lúcio quando era presidente da Expominas, ele comenta o seguinte: chegava uma pessoa de terno lá no Expocachaça, e aí ele ia tomar uma cachaça e a esposa dele segurava no braço do cara e falava: "não, você não vai tomar cachaça não. Beber cachaça depõe conta a sua imagem!" (ENTREVISTADO 3).

A narrativa do entrevistado 11 vai ao encontro com o que foi dito pelo entrevistado 3, ao relatar o desconforto que sentiu ao presentear um amigo com uma cachaça de boa qualidade e que ela foi desprezada em relação ao consumo de outras bebidas, deixando claro e trazendo à tona que ainda existem fortes ligações às antigas percepções que se formaram em torno da cachaça, como se ela sempre fosse de baixa qualidade e de consumo exclusivo das classes mais baixas da sociedade:

Há um certo tempo atrás, eu presenteei um amigo com uma cachaça especial, de reserva, que eu vendo aqui por R\$130,00. Esse amigo é uma pessoa de classe média-alta e tem costume de consumir uísque e vinhos de boa qualidade. Ele deixa essas bebidas expostas em uma... um barzinho que ele possui na casa dele. A minha cachaça nunca ficou exposta neste bar e um dia eu perguntei ele, se tinha bebido, se tinha gostado, ele pegou essa cachaça em cima de um... de um... tipo uma despensa e me mostrou que tava lá guardada. Por que ele não deixou junto com as outras bebidas? A garrafa era muito bonita, a garrafa era bacana, mas o cara não quis deixar lá perto das outras bebidas que tinha. (ENTREVISTADO 11).

Observa-se a partir desses relatos que ainda há a perpetuação da imagem de uma bebida estigmatizada, sendo responsável até mesmo por possivelmente afetar a imagem de pessoas que a consomem. Em sua narrativa, o entrevistado 5 também demonstra alguns pontos que contribuem para estigmatizar a cachaça como uma bebida até mesmo pecaminosa, responsável por afetar vidas e desestruturar famílias, gerando, assim, uma dificuldade da venda de sua produção:

[...]tem gente às vezes que até questiona a gente assim: vocês estão em pecado! Vocês faz cachaça e tá matando o povo! Não! De jeito nenhum! Então nós vamos ter que fechar fábrica de carro, fábrica de açúcar... de arroz, porque o açúcar a pessoa que é diabética não pode com açúcar, e então? Quem tem que cuidar da pessoa e falar pra ela o que ela pode e o que ela não pode não é o produtor. É ela que tem que ter essa consciência. Então tem gente que ataca a

gente: vocês não pode fazer cachaça! Vocês tão destruindo família! Não. O produto tá lá, nós não obrigamos ninguém... então, essa cabeça, essa maneira de pensar que as pessoas tem é que tá, dá brecha pra todos os lados das coisas. (ENTREVISTADO 5).

Além disso, de acordo com o entrevistado 5 e o entrevistado 11, esse tipo de ataque não é feito a outras bebidas, como a cerveja artesanal e vinhos por exemplo. Existe, ainda, um claro desprezo pela cachaça, que se perpetua e pode atrapalhar o seu desenvolvimento e consumo. Para os entrevistados, as más práticas que são adotadas por produtores informais também podem ser responsáveis por essa dificuldade enfrentada no campo da bebida.

No processo de produção da cachaça de alambique, existe um momento de separação da bebida que se faz fundamental para que ela tenha uma boa qualidade. A cachaça, no momento de sua produção possui três partes, sendo elas: a cabeça, o coração e a cauda. A cabeça e a cauda devem ser retiradas no processo de destilação, pois nestas duas partes da produção, encontram-se as maiores substâncias secundárias, dentre elas o carbamato de etila, metanol, sec-butanol e n-butanol, que se não separadas de forma correta, podem acarretar em sérios problemas para a saúde dos possíveis consumidores, conforme apontado pelas afirmações a seguir:

Porque eles não estão preocupados com o feito do produto. Com qualidade... com presença de elementos que não podem... que podem vir a prejudicar a saúde. Porque todo mundo sabe que o excesso de qualquer produto é prejudicial. (ENTREVISTADO 5).

[...] a informalidade prejudica o... o pessoal vendendo nas bombonas e tudo mais, são perigosos, por que eles não fazem a separação e isso também contribuiu pra estigmatização, tendo em vista que já precisamos socorrer outros estados como Goiás, Bahia, devido a festas locais, pessoas consumirem a cachaça ruim e ficarem com o pé inchado por exemplo e a cachaça ficar mal falada. (ENTREVISTADO 10).

Como os produtores informais não seguem as boas práticas de fabricação, a cabeça, o coração e a cauda não são separados no processo de destilação, resultando assim em uma cachaça de baixa qualidade. Essa falta de critério garante também o baixo preço da bebida, pois ao se destilar a cachaça usando-se apenas o coração, tem-se uma grande perda do destilado que sai do alambique. Ao se misturar todas as três partes, o rendimento do produto se torna maior. No relato do entrevistado 6 ele afirma a dificuldade de se vender o seu produto competindo com os informais. Embora este produtor também atue na informalidade, de acordo com seu relato, ele trabalha com a mesma cachaça que é vendida engarrafada, a fim de ter acesso a outros

mercados diferentes daqueles onde atuam os informais que não adotam as boas práticas, uma vez que a comercializam por um baixíssimo preço e também baixa qualidade.

Só que quando a gente fala da informalidade... eu comentei aquele dia, aquela vez aqui... a informalidade é um negócio muito grave no ramo da cachaça... É muito parecida com a prostituição... Você não sabe rigorosamente quanto é que custa o serviço da prostituta e nem que tipo de doença ela tem... Então por exemplo, no entorno... quem domina a venda de cachaça no mercado municipal, somos nós! Você pode ir fazer uma visita lá, em 8 boxes, você vai encontrar a nossa cachaça sendo vendida, tanto a branca quanto a amarela. No entorno do mercado municipal eu não consigo vender uma gota de cachaça! Nem em garrafa e nem em garrafão. Porque por exemplo... você chega em alguns lugares, alguns bares daqueles que estão ali, hoje um garrafão por exemplo de uma cachaça nossa de alto nível... custa por volta de R\$50,00, mas tem gente que vende ali, a R\$12,00, a R\$9,00... E os caras falam, não eu tenho um cara que me fornece a dez reais... Aí eu falo, bom, até cachaça deve ter no meio daquilo que você tá consumindo aí. (ENTREVISTADO 6).

Devido ao baixo preço, as cachaças informais entram com maior facilidade nos bares, botecos e lugares populares, sendo consumida também por um baixo custo pelas pessoas que frequentam estes lugares. Quando a cachaça informal não segue as boas práticas de produção, os consumidores também ficam à mercê de serem afetados pelos malefícios dos contaminantes que podem estar presentes na bebida de origem informal. O consumidor presente nestes lugares, portanto, tende a continuar compreendendo a bebida como de baixa qualidade, ao ligar os mais diversos malefícios após o consumo de uma bebida informal à cachaça de um modo geral, sem a compreensão que os diversos efeitos podem ser decorrentes da sua baixa qualidade da, sem qualquer cuidado com a produção.

A desvalorização do produto que sai a preços baixos de alambiques informais, afeta também a venda e consumo da bebida engarrafada, que possui um maior valor agregado, com preço mais elevado, sendo conseqüentemente preterida em favor das bebidas informais que são vendidas. A narrativa do entrevistado 1 acerca dessa percepção deixa claro esse problema na venda de seu produto engarrafado, que também vai ao encontro à percepção do entrevistado 6:

Falta incentivo para a produção da cachaça ENGARRAFADA, o que favorece os alambiques informais. Nosso alambique não consegue vender UMA GARRAFA SEQUER na nossa região. Ninguém se dispõe a pagar pela garrafa e pelo rótulo. Toda a cachaça vendida na região é acondicionada em bombonas plásticas de 40 ou 50 litros e transportada para os bares e mercados desta forma. Os mercados colocam algumas PETS de 2 litros, como disse anteriormente, nas gôndolas, mas a maioria dos estabelecimentos possui barricas ou grandes bombonas em um canto da loja. Juntamente com as bombonas costumam colocar algumas garrafas vazias no chão ou numa prateleira. (ENTREVISTADO 1).

É... o brasileiro, antes de consumir um produto, ele consome preço, né? Ele consome preço. Você conhece a cachaça de corote? A corotinho? Estudante universitário é danado pra tomar corote, né? Minha filha que falou, "pai os meninos lá da sala toma corote"... aí perguntei, como é que você sabe disso? De onde é que você conhece corote? [risos] É um negocinho pequenininho que eles compra na festa... E eles compra por que? Porque é barato. (ENTREVISTADO 6).

As narrativas ainda são perpassadas pela compreensão que os alambiques informais vendem os seus produtos a preços impraticáveis por aqueles que conseguem produzi-la de maneira formal. Os baixos preços praticados na venda e distribuição do produto, sem seguir qualquer regra, afeta diretamente a imagem da cachaça como uma bebida que possa ter qualidade, complicando também a entrada de uma garrafa da bebida que possua boa qualidade nos mercados, sejam em bares ou botecos.

Ainda de acordo com os entrevistados, existe uma cultura popular de que a cachaça da roça que é boa, produzida de forma rústica, sem requintes em seus rótulos ou embalagens, o que de fato pode ser considerado, pois para os próprios entrevistados muitos produtores de cachaça a fazem de maneira correta, com a devida separação entre cabeça, coração e cauda, uma vez que possuem uma tradição familiar de fabricação do produto. A produção correta, porém, é realizada pela minoria dos produtores informais, conforme pode ser visto na narrativa a seguir:

É importante reconhecer que os alambiques informais não são necessariamente produtores de cachaça de má qualidade. Muitos alambiques informais fazem uma ótima cachaça e os produtores estão no ramo há diversas gerações. Outra curiosidade é a procura pela “legítima cachaça de alambique” que, na visão dos turistas, oriundos do Rio de Janeiro e de São Paulo é rústica, não é engarrafada, não tem selo nem rótulo. Um turista se dispõe a pagar R\$ 100,00 por um garrafão com uma rolha simples ou sabugo de milho, mas reluta em pagar R\$ 40,00 numa garrafa bonita, bem rotulada e embalada. (ENTREVISTADO 1).

O enfrentamento à produção da bebida informal se mostra necessário também para que se consiga trabalhar com a imagem da cachaça a fim de que a bebida formal, engarrafada, de qualidade e com maior valor agregado se firme nos mercados, o que demanda um grande trabalho em torno do nome da bebida. A falta de reconhecimento que a bebida também pode ser produzida com boa qualidade auxilia nessa percepção negativa.

Além dos aspectos ambientais, tributários, de saúde pública e de valorização do produto, a cachaça informal ainda conta com um apoio indireto do Estado: a falta de fiscalização. É

notória em todas as narrativas a ausência do Estado no momento de fiscalização dos produtos vendidos de maneira informal, e ainda a percepção que as fiscalizações só ocorrem em alambiques que são formalizados e operam dentro da legalidade. Isso se justifica devido ao reduzido número de fiscais, bem como a dificuldade de se acessar produtores que estejam nos mais diversos rincões. A narrativa abaixo, além de destacar a falta de fiscalização para os produtores que atuam na informalidade, apresenta também uma prática entre os informais que percebem a concorrência dos produtores formais na região:

Na minha região (Barbacena, Ibertioga, Piedade, Santana do Carambéu, Santa Rita de Ibitipoca, São João Del Rey, Tiradentes, Prados, Conceição de Ibitipoca) existem centenas de alambiques informais operando há mais de 20 ou 30 anos. A maioria é muito mais lucrativa que os alambiques formais. Trabalham sem registro, não possuem CNPJ, não registram os empregados, não pagam contador, produzem e vendem sem qualquer fiscalização. Os alambiques formais, pelo contrário são constantemente vistoriados pelos fiscais do MAPA e do meio ambiente. Existe uma prática comum dos alambiques informais de fazer denúncias falsas de que nós, os formais, estamos praticando ações poluidoras, como jogar vinhoto no rio, que levam os fiscais a nos visitar constantemente, o que não nos preocupa, porque no nosso caso trabalhamos dentro de todas as regras e parâmetros legais, contando com químico responsável, registro no MAPA, tanques de coleta de vinhoto e etc... (ENTREVISTADO 1).

A mesma percepção acerca da fiscalização rígida sobre quem é formal foi registrado na fala do entrevistado 6, que passou por uma fiscalização após a denúncia de um produtor que atuava na informalidade em sua região de produção e venda. Ao perceber que estava perdendo mercado, este produtor informal fez uma denúncia anônima que resultou no fechamento da organização por um período de tempo, devido à visita de um fiscal da receita federal, conforme pode ser visto a seguir:

A questão de uns 7 anos atrás... tinha uns 2 anos que eu tinha vindo pra cá... Tinha um fiscal, um fiscal federal parece que tinha 2 ou 3 meses para aposentar... Veio aqui fazer uma visita e aí ele saiu vendo tudo... [ida ao depósito da organização] eu sou obrigado a manter... Então eu mantenho a garrafa do jeito que tá aqui [as garrafas já embaladas, para facilitar a venda e o lacre das mesmas], pra na hora que eu precise dela, eu não vou envasar na hora... então eu vou lá, lacro, coloco IPI [selo de tributação] e coloco na caixa... E aqui tinha duas prateleiras cheias dessa aqui e tinha uma prateleira cheia dessas com IPI aqui, certo... Pois o cara deu uma multa de R\$25 mil reais a empresa por causa daquilo ali, dizendo que o simples fato de ter uma garrafa fechada sem o lacre do IPI era sonegação de imposto... E lacrou a empresa. Faltava dois meses pra aposentar [o fiscal]. Meu vizinho aqui em cima tem alambique informal e produz cachaça pra caramba. Ele foi lá? Não! (ENTREVISTADO 6).

Se não há fiscalização, os produtores se acomodam, pois, a tributação excede o valor que muitos produtores estariam dispostos a pagar sem comprometer parte de sua produção. Além disso, a regularização de um alambique implica em diversos aspectos burocráticos que acarretariam altos custos para o produtor. Some-se a isso, a ausência de linhas de crédito para que os produtores sejam capazes de se organizar. Esse cenário leva os produtores informais a se sentirem à vontade para continuar a perpetuar a informalidade na sua forma mais básica, sem que haja qualquer interesse em mudar essa prática.

Manter a prática da informalidade se mostra cômodo aos produtores, o que irá permitir também a continuidade da produção da cachaça de baixa qualidade, pois ao não adotarem boas práticas de produção por não serem fiscalizados, afetam o campo e a imagem da cachaça de alambique acarretando tanto problemas ambientais e, o mais grave, de saúde aos consumidores da bebida.

Destaque-se que a informalidade no campo da cachaça de alambique possui estabilidade e força garantidas por valores, tradição e normas socialmente construídas desde a sua origem, legitimando a sua institucionalização. Se na informalidade o produtor não precisa seguir nenhum critério rígido como o pagamento de imposto, prefere-se a perpetuação das práticas em curso.

Esta percepção vai ao encontro ao que Lawrence e Suddaby (2006), Zietsma e McKnight (2009) e Yan et al. (2018) relatam em seus trabalhos, pois quando uma prática é altamente difundida em organizações e campos estabelecem-se comportamentos a serem seguidos, que acabam sendo legitimados e compreendidos por todos os componentes do campo organizacional, tornando-se a perpetuação institucional uma questão cômoda aos que se prendem a ela.

No presente capítulo foram discutidos e apresentados os aspectos históricos que fomentam a informalidade no campo da cachaça de alambique como uma forte instituição, sendo que os pilares contemporâneos são a Alta Tributação, Legislação rígida e burocrática e estigmatização da imagem da bebida, contribuem para manter as práticas de alambiques informais.

A seguir, será apresentado o trabalho institucional que vem sendo desenvolvido pela ANPAQ nos últimos trinta anos para a redução da informalidade no campo da cachaça de alambique.

4.2 Interrompendo uma instituição: Os trabalhos institucionais desenvolvidos contra a informalidade

Esse posicionamento eu acho que ele é muito seguro, muito certo e muito... não tenho dúvidas em relação a isso, essa é uma grande bandeira da associação, eles estão o tempo inteiro focados e olhando isso, eles entendem claramente e o tempo inteiro eles... acho que eles verbalizam através de ações e posicionamento a preocupação deles, com a defesa da cachaça artesanal, né, de alambique, né, perante as grandes industriais e também a preocupação com a informalidade que a atrapalha quem tá formal. Então eu acho que essa ponta não tem dúvidas, essas duas bandeiras são muito claras, digamos assim (ENTREVISTADO 4).

Foram apresentados até aqui os aspectos principais, desde o período colonial que contribuíram para perpetuar a informalidade enquanto uma forte instituição. Conforme visto em sua rica história, a cachaça foi preterida inúmeras vezes em detrimento de outras bebidas, resultando assim em um estigma histórico em torno do destilado. A tributação também está presente desde os primórdios e constitui-se, ainda na contemporaneidade, em conjunto com as demais exigências regulatórias, em um dos principais fatores que empurram produtores para a informalidade. Há ainda a falta de fiscalização no setor, o que contribui ainda mais para a perpetuação da instituição.

Observa-se que a ANPAQ, ao longo de seus 30 anos de trajetória tem como bandeira a interrupção da informalidade no campo da cachaça de alambique, por perceber que as organizações que operam na informalidade prejudicam o desenvolvimento do campo como um todo. Os discursos para interromper a informalidade que são trabalhados pela associação reforçam os aspectos abordados anteriormente, visando fortalecer a imagem da cachaça frente ao estigma que a mesma sofreu e sofre durante anos. Assim sendo, a ANPAQ busca parcerias para treinamentos e mudanças no campo em torno da profissionalização e valorização da cachaça de alambique e também fortalecer laços políticos e governamentais que sejam capazes de facilitar aspectos tributários, regulatórios e de fiscalização que afetam o campo organizacional.

Para dar continuidade às discussões, é importante recapitular como ocorre a construção de um trabalho de interrupção institucional. Deve-se primeiro lembrar que o interesse principal de uma interrupção institucional é o de conter um sistema de regras que há muito tempo se perpetue em determinado ambiente, quebrando os simbolismos e a legitimidade que permitam que os agentes se portem de determinadas formas que garantam a continuidade de uma instituição (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; CORAIOLA et al. 2012; YAN et al. 2018).

A interrupção institucional pode ocorrer de três formas, sendo a primeira delas a **Oposição a Sansões e Recompensas**: quando atores organizacionais irão se aliar a entes governamentais que são capazes de exercer pressões no campo organizacional para mudanças, opondo-se sempre ao que é bom para a instituição perpetuar-se e ficando sempre a favor do que é ruim para destruir determinada instituição, valendo-se de leis, lobbys, sistema judiciário e políticas públicas, por exemplo. A segunda forma é **Dissociar Fundamentos Morais e Simbólicos** que dão suporte a determinada instituição, pois como as instituições são dotadas de regras que se estabelecem no campo, há a necessidade de perturbá-las a fim de também miná-las, enfraquecendo assim os simbolismos que determinada instituição possua. A terceira e última forma é **Minar as Suposições e Crenças** em torno das instituições, pois as crenças geram aversão às inovações e podem auxiliar na perpetuação institucional, visando abrir espaços para novas práticas a fim de substituir percepções e crenças que ainda deem aporte para se perpetuar determinada instituição (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; LAWRENCE; LECA; ZILBER, 2013).

Deve-se apontar ainda que apesar destes três pressupostos que compõem o trabalho de interrupção institucional, outros pressupostos presentes nos outros dois pilares do trabalho institucional, como a criação e perpetuação, podem ser utilizados em conjunto com o processo de interrupção, como forma de se atingir os interesses de mudanças organizacionais que se almeja.

A partir da pesquisa de campo, foi possível constatar que a informalidade, socialmente construída pela falta de valorização cultural e estigma, alta tributação e extrema burocracia, mesmo na contemporaneidade se apresenta de três formas distintas. Estas três formas de informalidade são as que a ANPAQ também percebe e visa enfrentar no dia a dia de suas lutas no campo da cachaça de alambique, realizando assim seus trabalhos institucionais para alterar as regras e crenças que dão sustentações para a perpetuação da informalidade.

A primeira configuração institucional de informalidade se dá a partir do desconhecimento dos produtores sobre a possibilidade de formalização de seus empreendimentos bem como regras e regulamentações que devam ser seguidas. Geralmente estes alambiques são tocados por pessoas que atuam há anos na produção da cachaça, como uma opção de complementação de renda e não como primeiro produto a ser explorado em suas propriedades. As narrativas do entrevistado 4, abaixo, revelam como este perfil surge no campo da cachaça de alambique:

Eu acho que a informalidade, eu queria fazer antes só um olhar, quando eu olho pra informalidade ela é muito complexa, a questão é muito complexa, então o que que eu vejo: Eu vejo um informal, que nasceu informal e vai morrer informal se alguém não for lá falar com ele, então o quê que acontece, ele herdou, provavelmente, um alambique de péssima qualidade, da família e continua fazendo a cachaça dele, o que ele faz ele vende, naquela região e acabou. O que ele faz ele vende, tá ali, esse é um informal. (ENTREVISTADO 4).

Já no segundo nível da informalidade, existe o conhecimento acerca das exigências e também da tributação em torno da cachaça de alambique, mas a partir da falta de recursos ou do desinteresse que um produtor tenha para conseguir atender a todas as exigências legais e tributárias que são solicitadas, prefere continuar agindo na informalidade, o informal que se encontra no nível dois pode até possuir a cachaça como uma primeira renda em suas terras, mas ainda assim possui barreiras para se formalizar. As narrativas do entrevistado 4 também são uma amostra clara de como se dá esse segundo nível da informalidade no campo da cachaça:

Existe outro informal que é um informal que tem a preocupação com a qualidade, faz uma boa cachaça investe e tudo mais, só que quando ele faz a conta... pelo tanto de imposto e tudo mais, não vale a pena ele se formalizar... é o segundo nível na minha visão de informal, ele faz a conta e fala, "não gente, eu até queria, mas não dá" aí ele continua vendendo a cachaça dessa forma, é uma cachaça melhor, ela as vezes tem até um nome, mesmo que seja informal, que seja "Cachaça do Seu Zé" mas ela começa mostrar a cara, mas ele não dá conta, quando ele faz a conta, ele fala, "pra mim não dá, pra mim não dá, não tem jeito aqui" e outra, os informais são pessoas, na maioria das vezes, a minha percepção, que vivem daquilo... ah, pode ser que ele tem mais uma terra com um gadinho ali, mas é diferente do médico que tem uma cachaça, do fulano que tem uma cachaça, desse outro público que falamos no início da nossa conversa... Então, ele precisa daquilo ali e aquela conta ali, do que sobra pra ele é importante pra sobrevivência da família dele, do negócio dele e tudo mais, então é o segundo nível. (ENTREVISTADO 4).

O terceiro e último nível de informalidade percebido no campo foi em torno dos que já atuam de maneira formal, registrados e seguindo os padrões de qualidade necessários para escoar sua produção de maneira correta, mas que mediante aos altos tributos e custos que se tem para manter os alambiques operando da maneira correta, optam por utilizar a sonegação de parte da produção, escoando esta produção (que podem ou não ter a mesma qualidade das engarrafadas) em modelos parecidos como os outros níveis de informais, tais como garrafões, bombonas, sem nota fiscal e rótulos.

E tem o terceiro nível que é quem... Que é o produtor que tem tudo arrumadinho e tal, tal, tal, mas que além de fazer a venda formal ali, faz venda pra caramba sem nota e informal... Apesar de ser formal! Então ele cria um

paralelo ali... Que os produtores não gostam de falar nisso, mas ele é real![...] com certeza, eu percebo, todo mundo percebe e todo mundo sabe e aí eu fico um pouco assim, como mercado, eu não falo, mas eu fico assim, as vezes tem algumas rodas que atacam o informal, temos que acabar com o informalidade, quando na verdade, vários daquelas pessoas, aí eu não tô falando mal, mas a gente sabe que trabalha desta forma... Isso daí deveria evoluir! (ENTREVISTADO 4)

Com o passar do tempo, percebe-se que as instituições ficam sujeitas a diferentes pressões externas, presentes nos campos organizacionais, sendo capazes de se remodelarem para continuar exercendo seu papel e atendendo os interesses dos que dela se beneficiam, em especial quando é tratada a informalidade, indo ao encontro do que Maguire e Hard (2009) apontam em seus estudos, sobre a importância de compreender as práticas que fomentam determinadas instituições, afim de se compreender como estas práticas são repassadas e desenvolvidas, garantindo assim uma forma esperada de agência de determinado ator, bem como as possibilidades de se criar, perpetuar ou interromper essas instituições.

Para cada uma das formas em que a informalidade se apresenta, diferentes práticas são adotadas pelos atores que se beneficiam da mesma. Quando uma instituição é muito longínqua e duradoura, como no caso da informalidade, ela ganha ressignificações ao longo de sua trajetória, conforme apresentado.

Aqui, mais uma vez percebe-se a importância de se compreender os contextos nos quais a informalidade se instala e ocorre, como apontado por Souza (2012), pois conforme apresentado acima, para cada situação existe diferentes formas de se compreender e também maneiras de se combater a informalidade enquanto forte instituição presente no campo organizacional.

Neste processo, consegue-se identificar também quais são as dificuldades mercadológicas relacionadas à informalidade que a associação enfrenta, para trazer os produtores para a produção e venda formal, tendo em vista que a instituição informalidade se apresenta de formas distintas no campo organizacional da cachaça de alambique.

Vale destacar que o interesse principal da ANPAQ é combater a informalidade e não simplesmente retirar do mercado e fechar os estabelecimentos de produtores que atuam deste modo. O objetivo da associação é auxiliar aqueles que não possuem informação ou possuem dificuldades técnicas para regularizarem seus alambiques.

É, porque aí a gente acha assim... que... se cem por cento desses informais saírem, não vai favorecer os associados da ANPAQ não, vai fazer com que fortalece a cachaça industrial, entendeu? Porque nós não vamos ter volume

para cobrir essa lacuna... aí vai acontecer um problema sério que já está acontecendo... que é vir caminhões de álcool, de dobrados lá de São Paulo entrando no mercado e ocupando espaço desses pequenos clandestinos que a gente tirou do mercado... aí invés de melhorar vai piorar! (ENTREVISTADO 2).

A narrativa do entrevistado 2, acima, demonstra que ao mesmo tempo em que há o interesse pela regularização dos informais, existe também um cuidado para que não se perca o mercado para produtores de cachaça industrial, o que gera a necessidade de um trabalho institucional que seja cuidadoso para com os produtores que se beneficiam da informalidade no campo da cachaça de alambique. Esta questão pode ser observada a partir do que foi apontado por Lawrence e Suddaby (2006), que um trabalho de interrupção institucional é um processo que leva um período de médio a longo prazo para ser executado, pois para se interromper determinada instituição, os atores adotam um conjunto de práticas que nem sempre agem diretamente sobre tal instituição.

Como as instituições possuem historicidade e são legitimadas por práticas de longo prazo, um confronto direto sobre elas pode ser prejudicial, o que faz com que a interrupção institucional ocorra a partir de uma agência gradativa, portanto, de forma mais demorada, para se conquistar os novos interesses.

A organização do setor com a fundação da associação, na época AMPAQ, foi o primeiro trabalho institucional realizado pela organização para enfrentar a informalidade institucional que está presente no campo, assunto que será melhor tratado na seguinte sessão.

4.2.1 Narrativas de promoção e valorização da cachaça de alambique: constituição da Associação e o Pró-Cachaça

O primeiro trabalho institucional que a ANPAQ pretende realizar para enfrentar a informalidade é a busca pela promoção e valorização da cachaça de alambique, tendo em vista a desvalorização histórica pela qual o destilado passou. A própria criação da associação em 1988 vai ao encontro à necessidade desta valorização e diminuição do estigma em torno da bebida, pois os diversos subsídios para a indústria sucroalcooleira que foi fomentada até o fim do período militar prejudicou demasiadamente a cachaça de alambique em Minas Gerais, que praticamente chegou próximo de ser extinta enquanto atividade, até mesmo a formal, frente a tantas dificuldades que os produtores enfrentavam em detrimento dos industriários.

Eu acho que a ANPAQ, não tenho dúvidas da importância dela nesse contexto da cachaça! Né, eu acho que ela é, ela teve, por tudo que já escutei, já entrevistei, já li, né, mesmo eu tendo chegado na cachaça mais recentemente, que ela primeiro, ela teve um trabalho de resgate com o Dr. José... Zé Carlos... que foi o quê, dar um pé no freio para que a cachaça de alambique não terminasse, diante da invasão da cachaça industrial naquele momento que vinha de São Paulo e a cachaça de Minas estava ficando muito, é... enfraquecida, então era um momento que a nossa cachaça artesanal tava praticamente minguando, então eu acho assim, a primeira era da ANPAQ foi assim: PARA! A gente tá deixando morrer uma coisa que é muito valiosa, aí ela resgatou e ocupou o espaço que ela estava perdendo... (ENTREVISTADO 4).

A narrativa acima apresenta a importância da criação da AMPAQ em 1988 para o fortalecimento e a reorganização do mercado da cachaça de alambique em Minas Gerais. Num primeiro momento, percebeu-se que a cachaça de alambique estava perdendo cada vez mais o seu espaço, enquanto produto legítimo, para a cachaça industrial paulista, que escoava a sua produção para Minas Gerais. A cachaça industrial tem até hoje um menor valor agregado quando comparada a cachaça de alambique, pois, a sua produção leva um tempo menor e ocorre de forma contínua.

Sendo assim, os produtores da cachaça de alambique em Minas Gerais competiam diretamente com a cachaça industrial, perdendo mercado muitas vezes devido ao custo, o que levava a um baixo preço na venda da cachaça de alambique, para que se conseguisse também concorrer com a cachaça industrial. O alto custo para se produzir fazia com que os mais diversos produtores não se dedicassem às boas práticas de produção tão exigidas hoje em dia dos produtores formalizados, tendo como consequência um produto que não realizava a separação correta entre cabeça, cauda e coração, resultando também em uma bebida com baixa qualidade, porém com menor preço para venda nos mercados locais.

Como a produção artesanal estava também ameaçada, o surgimento da AMPAQ veio como uma tentativa de reorganizar os produtores a fim de se ter uma maior facilidade de acesso a entes governamentais para uma possível valorização da bebida em sua forma mais tradicional: a cachaça de alambique. O interesse não partia apenas de pequenos produtores da época, conforme também pode-se identificar nas narrativas a seguir:

A AMPAQ, ela começou em 1988, 1988 se juntou 30 produtores, uma organização feita pelo INDI, Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais, ao lado da Codemig, e se chamou os produtores. A princípio teve uma certa resistência, da mesma forma que tem uma resistência com a informalidade. Foi necessário no princípio da ANPAQ pessoas com uma visão mais empresarial, então entrou o cara da Vale Verde, que era o cara da Coca-Cola em Minas Gerais, né, entrou o pessoal da Germana, pessoal do Valter

Caetano e com mais 30 pessoas e estruturou o AMPAQ. E o intuito da AMPAQ foi criar a associação para se ter mais representação frente ao Governo, foi a primeira associação montada do tipo no Brasil (ENTREVISTADO 2).

Nesta época fui procurado por... (um)funcionário de alguma entidade do governo de Minas, que fazia um trabalho em conjunto com o BDMG. Segundo ele, o Governo de Minas Gerais estava desenvolvendo esforços para enfrentar a informalidade, trazer os alambiques para o mundo formal, como forma de controle de qualidade, desenvolvimento de políticas de incentivo, desenvolvimento de centros de pesquisa nas universidades estaduais e federais para dar acesso aos produtores formais e a possibilidade aos informais de [ter acesso a] tecnologia de ponta para a produção de cachaça, controle de custos, sustentabilidade e, é claro, com tudo isto aumentar a arrecadação do Estado. (ENTREVISTADO 1).

Percebe-se já neste momento a preocupação que havia diante do alto índice de informalidade que ocorria no estado em relação a cachaça de alambique, e como era muito alta, era necessário de que se fosse configurada uma forma de organização para que começassem a ser atingidos os interesses dos produtores em Minas Gerais, à época, em especial ao perceber um interesse governamental para que a produção da bebida passasse a ser valorizada.

Ao perceber este interesse, a partir da junção de trinta pessoas físicas e jurídicas envolvidas com a produção da cachaça de alambique em Minas Gerais, surgiu em 11 de janeiro de 1988 a Associação Mineira de Produtores de Cachaça de Qualidade, sendo destacado como marco inicial o enfrentamento da estigmatização que a bebida sofria, em busca da sua valorização e defesa, visando modificar as percepções em torno do destilado, bem como iniciar o enfrentamento da informalidade, tão prejudicial e que auxilia a manter a bebida de forma marginalizada.

Figura 6 - Identidade Visual da AMPAQ até o fim de 2016.



Fonte: ANPAQ, 2018.

Ao fundarem a associação, o primeiro trabalho institucional para o enfrentamento da informalidade foi iniciado, se firmando, assim, o primeiro pilar de uma interrupção institucional: a oposição às sanções e recompensas. A narrativa do entrevistado 1 demonstra que havia um interesse tanto dos produtores como também uma movimentação estatal na busca de uma possível valorização da cachaça de alambique, sendo que o interesse do Estado era aumentar a sua arrecadação e conseguir gerar renda formal para produtores e trabalhadores, a partir de políticas públicas que fossem capazes de auxiliar a desenvolver o setor em Minas Gerais.

Há neste momento um alinhamento entre produtores e entes estatais, que para Maguire e Hard (2009), se mostra fundamental para se mudar o que se perpetua em um campo organizacional. Este alinhamento governamental é utilizado como forma de trazer alterações em regras institucionais vigentes. Neste caso, no campo da cachaça de alambique, o alinhamento se deu, especialmente, para se eliminar uma cultura de informalidade presente neste campo, conforme pode ser visto na primeira narrativa desta sessão, expressa pelo entrevistado 9 (MAGUIRE; HARD, 2009; LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Em um momento que a desorganização de produtores da bebida se fazia presente, esse primeiro passo foi fundamental, porque a partir dele, passou a existir o interesse de se enfrentar uma situação que se perpetuava por muitos anos. O alinhamento se dá a partir da possibilidade de acesso a políticas públicas, mudanças na legislação vigente ou decisões judiciais que tragam alguma dessas mudanças necessárias.

Percebe-se também que ao se realizar uma interrupção institucional, tal interrupção não é feita apenas por membros ativos de determinado campo organizacional, quando outros atores também podem se envolver nesse processo (CORAIOLA et al., 2012). Além dos produtores interessados na possibilidade de mudança (pessoas físicas e jurídicas presentes no campo organizacional), há a representação do Estado a partir do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e também como possível credor de tributos.

Observa-se uma movimentação por parte do Estado para solucionar um problema, e este agente surge no campo organizacional com um poder político capaz de gerar as mudanças, porém sem possuir uma rede de atores e informações que seja capaz de desenvolver os projetos a fim de interromper uma instituição. O Estado enquanto agente externo firma uma parceria conjunta com os trinta primeiros produtores para instituir a associação como forma de conseguir realizar a desinstitucionalização da informalidade, buscando uma parceria que possua posição central, para uma facilitação do trabalho, conforme é apontado por Maguire e Hard (2009), que para se realizar um trabalho de descrédito de uma instituição, agentes externos podem se

mobilizar para fazê-lo, mas o esforço para se atingir interesses será maior, por isso a necessidade de se mobilizar atores em um campo organizacional, afim de se conquistar informações que facilitem esse processo.

A constituição da associação é um fator que auxilia os produtores (atores) com interesses comuns em busca de uma mudança. Estes atores procuram a partir da associação uma aproximação governamental as formas de se realizar uma interrupção institucional (sansões e recompensas: busca por legislações, políticas públicas e apoio estatal) que podem ser disponibilizadas neste campo organizacional a partir da agência do poder público. Se organizar em forma de associação facilita na construção de informações que serão repassadas ao Estado para o desenvolvimento de ações e novas práticas para se facilitar a interrupção institucional.

Se em um primeiro momento não havia nenhum movimento em torno da retirada de informais, o que garantia a legitimidade de produtores permanecerem como se encontravam, o surgimento da associação com a parceria governamental oferecida se apresentou como uma forma de colocar em xeque essa situação, trazendo o questionamento e certa perturbação a um ambiente que se mantinha estável e resistente para possíveis mudanças institucionais.

A constituição da associação, portanto, é um fator que acaba indo ao encontro do que é tratado por Lawrence, Leca e Zilber (2013) sobre a possibilidade de atores individuais ou coletivos de se organizarem para modificar as lógicas que se fazem presentes em determinados campos organizacionais, realizando alterações que sejam capazes de atender interesses próprios.

Há ainda um destaque para as trinta pessoas físicas e jurídicas que se uniram em torno do interesse de fundação da associação. A narrativa do entrevistado 2 destaca a necessidade da visão empresarial de produtores de cachaça de alambique à época, pois era necessário fortalecer uma rede de atores em torno desta mudança que se apresentava em um primeiro momento diante de muitas dúvidas que cercavam a criação da nova organização de cachaça de alambique.

Esta visão empresarial de produtores já de renome também é uma forma de garantir força e legitimidade às ações que viriam a ser desenvolvidas pela associação, avalizando credibilidade a mesma, o que auxilia com que a associação consiga conquistar uma centralidade para realizar os diversos trabalhos institucionais na busca pela interrupção da informalidade.

A união destas primeiras trinta pessoas também foi essencial, pois o trabalho institucional que começava a ser desenvolvido tinha a necessidade de mobilizar uma rede de atores que também fosse capaz de dar suporte e desenvolver as novas regras que estariam por vir, pois ainda existia a necessidade de se construir de forma conjunta os interesses da nova organização, visando perturbar a estabilidade institucional da informalidade.

Esta rede de atores se mostra essencial, pois de acordo com Marti e Mair (2009) e Canning e Odwayer (2016), a rede de atores dará suporte as mais variadas mudanças institucionais que se visem empreender, fazendo o uso de deliberações, concessões, além de buscar a conquista por apoio político para se desenvolver as novas práticas no dia a dia do campo organizacional. Como o Estado não possuía centralidade dentro deste campo, ouvir esses produtores em um primeiro momento demonstrou-se fundamental para uma mobilização e a consequente instituição da associação e seus objetivos.

Neste âmbito, observa-se a utilização de um aspecto da criação institucional, a advocacia da criação institucional, que de acordo com Lawrence e Suddaby (2006), é uma forma de garantir criar novas práticas para se interromper com práticas antigas institucionalizadas, mobilizando atores capazes de fornecer apoio político para se eliminar uma instituição, neste caso a informalidade. Como novas práticas deveriam ser criadas e disseminadas, objeto de interesse tanto de produtores formais, quanto de entes estatais, havia a necessidade desta organização entre os atores para a mobilização em busca de mudanças, conforme pode ser observado na narrativa a seguir:

Essa associação tinha como finalidade precípua, uma tentativa de tirar [da informalidade] os pequenos produtores de cachaça, eu prefiro chamar até de informais do que de clandestinos... e isso eu vou te dizer porque... é... clandestinos é a maioria absoluta! De clandestinos! Mas eles ficam naquela situação não é pela vontade deles não. (ENTREVISTADO 9).

Ao perturbar a estabilidade em um campo, outros atores ali presentes que se beneficiem de determinada instituição tendem a se movimentar para tentar garantir que não haja mudanças, apresentando resistência às novas regras que venham buscar trazer a interrupção institucional. Se a rede de atores que visam interromper uma instituição não for forte e coesa, ela pode comprometer todo o trabalho institucional que tente ser aplicado para se eliminar determinada lógica que se faça presente (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Se em um primeiro momento os interesses estavam em torno de se desenvolver apenas industriários, o que fazia com que a produção artesanal fosse colocada em segundo plano, ao perceber a iniciativa do Estado em fortalecer a bebida, iniciou-se um novo momento para os produtores da cachaça de alambique. A partir de então, as ações convergiam tanto para fortalecer o campo e a imagem do destilado, quanto para auxiliar no processo de retirada da informalidade de outros produtores, que já na época eram maioria. Portanto, este foi o primeiro trabalho institucional desenvolvido para barrar organizações produtoras de cachaça que atuassem na informalidade e ao mesmo tempo fortalecendo produtores formais que atuavam

com a cachaça de alambique. A narrativa do entrevistado 2 demonstra como foi importante esse este primeiro movimento para uma alavancagem rumo a valorização da cachaça de alambique:

[...]a gente conseguiu fazer na briga da industrial e artesanal, aonde se você for pensar há vinte anos atrás, eu fui, comecei a trabalhar e depois eu vi que eu era péssimo vendedor, mas eu tentei trabalhar de vendedor, aí você via que 90% dos bares eram cheias de 51, as prateleiras dos bares eram tudo 51, Guaraciaba, 51, Pitú, hoje os donos do bar não tem coragem de botar isso no bar deles. (ENTREVISTADO 2).

Percebe-se aqui ainda um momento de fortalecimento de uma rede de atores legítimos e interessados em mudar a realidade que se fazia presente até então, em parceria com entes governamentais, sendo este um primeiro trabalho de base, importante para pelo menos se iniciar um processo de mudança institucional. A narrativa do entrevistado 2 ainda apresenta que este momento foi muito importante, pois mesmo frente a alguma aversão às possíveis mudanças que estariam por vir, ocorreu uma maior visibilidade à cachaça mineira, na época, o que de certa forma também contribuiu para a sua valorização:

[...]e o intuito da ANPAQ foi criar a associação para se ter mais representação frente ao Governo, foi a primeira associação montada do tipo no Brasil, e essa AMPAQ gerou muita mídia espontânea. A criação da AMPAQ na época, eu percebia isso, que muitas pessoas que vieram para Belo Horizonte, como a maioria das outras cidades, tinha um pé na roça, né, então os caras viu como muita simpatia com essa questão da... da... coisa da roça e queriam realmente fazer essa coisa [a associação] andar, né. (ENTREVISTADO 2).

A fundação da associação trouxe visibilidade à cachaça de alambique, estimulando produtores até então informais a se aproximarem da associação em busca também dessa valorização, assim como usufruírem da aproximação governamental que começava a ocorrer a partir de 1988, fortalecendo o campo como um todo. A narrativa do entrevistado 4 demonstra como a própria constituição da associação representou um resgate da cachaça de alambique em Minas Gerais, contribuindo para o impulso da cachaça não só em melhoria de imagem no estado, como também em uma expansão para o Brasil:

[...]depois de ocupar este espaço que ela tava perdendo, eu acho que ela teve o papel, numa era 2 de inspirar o Brasil em relação a cachaça artesanal, então quando ela fez esse trabalho de reestruturação e importância e busca da qualidade da cachaça de alambique em Minas, depois disso ela virou uma referência, porque, porque ela fez um trabalho bem feito, ocupou o espaço e aí supitou, ou seja, ela começou a transbordar Minas e descer Brasil a fora, e o próprio Brasil passou a vir a Minas para entender esse acontecido aqui,

então, houve é... as nossas cachaças saindo, porque não cabia mais ou foi natural, por isso, raramente, você escuta... Alguém já tomou cachaça... "cachaça de Minas, opa, é boa!", então assim, fala Cachaça de Minas, o povo fala, é boa! (ENTREVISTADO 4).

Em conjunto com a associação, novas iniciativas em torno da valorização da cachaça e melhorias no setor foram desenvolvidas em parceria com o Estado. No ano de 1992, foi criada a Lei do Pró-Cachaça, por meio d'O Programa Mineiro de Incentivo à Produção de Aguardente, visando à valorização da cachaça de alambique mineira. Este programa foi a primeira iniciativa estatal, em formato de lei, para a valorização do produto mineiro e também para auxiliar no processo de retirada de produtores da informalidade.

No extrato da narrativa do entrevistado 2, apresentado acima, há a demonstração que um dos interesses da associação era a necessidade de se aumentar o diálogo com o Estado. A partir da instituição da associação, já consolidada em 1992, a articulação política proporcionada pela organização garantiu a possibilidade da criação do Programa Mineiro de Incentivo à Produção de Aguardente e posteriormente a lei do Pró-Cachaça.

Em formato de política pública, sendo essa uma das formas de se conseguir uma interrupção institucional, pois para Lawrence e Suddaby (2006), ações que são tomadas no âmbito judiciário, através de agências reguladoras ou por meio de políticas públicas como forma de opor-se a questões que legitimam determinada instituição, interesses podem ser atendidos, o que deve ser realizado e desenvolvido com cuidado, pois pode gerar conflitos com os beneficiários de uma antiga instituição. O estado mais uma vez se apresenta como um importante agente de mudança institucional nesse processo, através de legislações e políticas públicas.

O Pró-Cachaça foi instituído e para geri-lo foi proposto um Conselho Diretor, composto por representantes estatais ligados às Secretarias de Agricultura, Saúde e Cultura, e também por representantes de outras organizações que auxiliassem no desenvolvimento da cachaça, além da própria associação que também possuía um assento neste conselho gestor. A AMPAQ era percebida como uma importante conquista para os primeiros anos de trabalho em busca da valorização da cachaça de alambique, valorização essa que envolvia o processo de inserir novos produtores formalizados na cadeia de produção.

O Pró-Cachaça tinha como principal objetivo facilitar a comunicação dos órgãos estaduais com produtores da cachaça de alambique, por meio de políticas públicas que definiam as atribuições aos respectivos responsáveis das atividades que deveriam ser desenvolvidas para melhoria para o setor produtivo da cachaça em Minas Gerais.

Sendo assim, ficou delegada à Secretaria de Agricultura algumas atividades, tais como: fiscalização de estabelecimentos, promover pesquisas e divulgar a qualidade da cana de açúcar e da cachaça, elaboração de normas técnicas para concessão de selo, dentre outros. Para a Secretaria de Indústria e Comércio foram delegadas atribuições como incentivar o comércio e exportação, simplificações de tributos, difundir tecnologias e viabilizar linhas de crédito para o desenvolvimento da produção da cachaça. Para as secretarias de Lazer, Turismo e Cultura ficaram delegadas ações em torno de incentivar turismo em torno da cachaça, promover e apoiar eventos culturais, pesquisas e folclores em torno da bebida, além da secretaria de saúde, responsabilizada por orientar o consumo consciente do destilado (MINAS GERAIS, 1992).

Mais uma vez observa-se um trabalho institucional realizado pela associação no intuito de se agregar a entes governamentais, legislações e políticas públicas para a possibilidade de mudanças que determinado grupo (no caso a associação) tivesse interesse em empreender nos campos organizacionais em que se encontram presentes. Enquanto primeira associação representativa, a mesma se beneficiava de certa centralidade, importante para se desenvolver ações e buscar instituir novas práticas para o trabalho institucional, além de poder consultivo e apoio de entes estatais.

Além da possibilidade de se promover eventos que dessem uma maior visibilidade à bebida, um dos pontos mais comemorados que iriam ser capaz de auxiliar a diminuir a informalidade no setor seria a possibilidade de fomentar linhas de créditos para os produtores que estivessem com dificuldades para regularizar sua produção. Sendo assim, a princípio, a fiscalização por parte do Estado tinha como primeiro interesse apresentar as mudanças que os produtores deveriam realizar para se adaptarem ao novo momento.

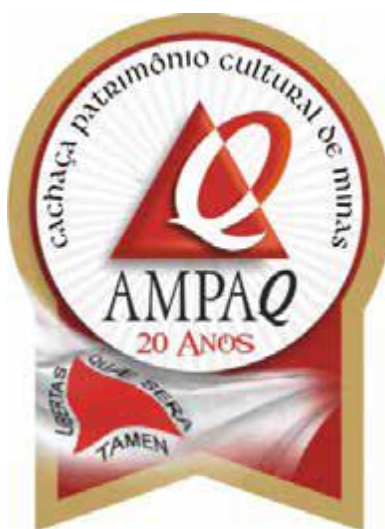
Este passo foi visto como importante pela associação na busca do fortalecimento da cachaça, pois ao conquistar crédito, divulgação e apoio governamental, a cachaça de alambique seria capaz de despontar como um forte produto no estado, o que auxiliaria no processo de mudar toda a difícil realidade que a cachaça de alambique enfrentava até aquele momento, fato que só foi possível começar a mudar a partir da constituição da associação.

Neste momento, percebe-se forte atuação política da associação para as conquistas que visavam mudar o setor, sem realizar um ataque frontal à informalidade, mas buscando possibilidades de melhorias que fossem capazes de trazer de forma mais espontânea interessados em se formalizarem, resgatando a ideia de Maguire e Hard (2009), sobre os cuidados que um trabalho de interrupção institucional deve ter, para que a mudança seja gradativa e não provoque tantos choques no ambiente organizacional.

A partir do Pró-Cachaça, outras novidades foram positivas para o desenvolvimento da cachaça de alambique, tais como o selo de qualidade e a possibilidade de divulgação em eventos culturais, em busca de garantir uma nova imagem para a cachaça de alambique, conforme será visto a seguir.

4.2.2 O selo de qualidade, apoio a cursos e participação em eventos: fortalecimento de atores

Figura 7 - Selo de qualidade antigo.



Fonte: Dados da pesquisa.

De todas essas ações que foram asseguradas pelo Pró-Cachaça enquanto política pública, destaque-se, ainda, um dos principais interesses, que se encontra fortemente presente até a atualidade: a criação de um selo de qualidade e certificação de origem da cachaça. A narrativa do entrevistado 4 demonstra a importância do selo criado pela associação em busca do fortalecimento do destilado:

[...]mas acho que agora, ao entender que a ANPAQ ela tem a coisa do selo, ela trouxe o selo lá atrás que foi uma era 3, vamos chamar assim, né, que foi o quê, o selo falando olha: já que... não é qualquer cachaça que é boa não, deixa eu tentar te ajudar a entender... aí ela começou a dar o Selo e inclusive para cachaças de outros lugares que foi muito legal, então ela virou um resguardo, um lastro de cachaça boa, porque ela tinha ali o conhecimento e o trabalho de evolução da cachaça junto aos produtores e ela podia ajudar o consumidor. (ENTREVISTADO 4).

A criação do selo começa a garantir uma nova visão sobre a produção da cachaça de alambique, pois, a partir dele, começa a se divulgar uma narrativa em torno da qualidade da bebida, sendo o selo responsável por atestar tal qualidade. Esse primeiro passo auxilia o processo de reposicionamento da cachaça, antes um produto apenas visto como de baixa qualidade e consumido historicamente por classes mais populares e com um baixo valor agregado. Essa imagem negativa cristalizou uma visão estigmatizada da bebida, impedindo o interesse em investimento no seu desenvolvimento.

Neste momento, a associação, em busca de promover uma interrupção institucional que fosse capaz Dissociar Fundamentos Morais e Simbólicos, recorre novamente a um dos aspectos de cria uma nova prática visando fortalecer o selo. O selo enquanto trabalho técnico proposto pela associação, possui critérios e regras para ser conquistado, portanto, a associação recorre a ideia de Novas Definições, que devem ser seguidas pelos interessados em se receber a certificação. Para Canning e O'Dwyer (2016) e Lawrence e Suddaby (2006), a ideias entorno dos pressupostos de Novas Definições envolvem a implementação de um novo sistema de regras que auxilia na garantia de uma criação institucional, sendo esta nova prática dotada de significados, capazes de assegurar uma nova identidade em toda uma organização ou campo organizacional, conferindo formas de se perceber e compreender a bebida, por exemplo.

Esta forma de valorização realizada pela associação a partir da inserção do selo se apresentou como uma prática para combater esta visão até então hegemônica em torno do destilado. A narrativa exposta no informativo Cachaça com Notícias 52, de 2017, demonstra o quanto o selo de qualidade é positivo para o campo da cachaça de alambique:

Desde 1990 a ANPAQ oferece aos seus associados um selo de qualidade, garantia da produção conforme normas que permitem a obtenção de um produto superior, com características específicas que destacam a sua performance. Por meio da Comissão de Avaliação da Qualidade (CAQ), o pioneiro selo da ANPAQ no setor da cachaça certifica o produto de seus associados, garantindo ao consumidor uma bebida boa e livre de substâncias que fazem mal à saúde. Para o associado, o selo traz credibilidade e diferenciação dos concorrentes. (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 52, 2017).

O selo passou a promover para o campo da cachaça de alambique a possibilidade de reconhecimento da bebida perante a outras, apontando que a cachaça pode possuir qualidade semelhante ou mesmo superior ao se comparar com outros destilados. A ideia de certificação é trabalhada constantemente pela ANPAQ, que afirma sempre em suas publicações institucionais a importância de se consumir uma bebida que possua a certificação.

Pode-se considerar o selo de qualidade como um trabalho institucional que visa auxiliar a combater a informalidade. Dentre as narrativas expostas, há a percepção que existe também uma narrativa que favoreça o consumo da cachaça informal, conhecida muitas vezes como “cachaça da roça”.

Essa “cachaça da roça” seria a cachaça que é produzida e vendida em garrafas pet, sem levar em consideração as boas práticas de produção no setor, resultando assim em uma cachaça que na maioria das vezes é de baixa qualidade. As narrativas a seguir demonstram que ainda existem essas percepções em torno da bebida, bem como a necessidade de extinguir essa ideia sobre o destilado, além de um crescente interesse também na certificação que é fornecida pela própria associação:

[...] é aquela coisa, a cachaça da roça é a cachaça boa. Predomina muito sim! Você vai muito nesses botequins, tudo tem a "cachaça da roça". Então eles acham que a cachaça da roça é que é a boa... compreendeu? Se comparada com determinadas outras a pessoa acha que realmente é da boa. Mas não é. Não é! (ENTREVISTADO 9).

[...]eu acho o seguinte, que por muitos e muitos anos você fala... ahh! a cachaça da roça é que é a boa! Então isso... porque realmente nas fazendas aí, nas cachaças possa ser que se produzam ótimas cachaças! Embora sejam informais, mas são cachaças boas realmente, né? Mas você não pode generalizar isso, falar que toda cachaça da roça é boa... Não é! Hoje, tanto que hoje, o pessoal já está conhecendo que é muito arriscado você tomar uma cachaça da roça, certo? Por causa disso... você não sabe o que tá lá dentro... quando você conhece o produtor, viu o processo de fabricação, é uma coisa... mas quando você compra, o cara faz uma propaganda... ah, minha cachaça é da roça, não! Essa é uma propaganda enganosa, ela pode ser da roça e pode ser da péssima qualidade, pode estar te causando transtornos de saúde inclusive. E então isso tá mudando, o pessoal agora tá preferindo a cachaça boa, que tem um selo da ANPAQ, com garantia, com qualidade do que tomar uma cachaça da roça, então isso tá mudando! (ENTREVISTADO 3).

O trabalho realizado com o selo visa combater a informalidade ao tentar alterar uma visão tradicional em torno da bebida, que ao receber o selo de qualidade passa a ser percebida como um produto que também possui determinado grau de sofisticação e garantia mínima de qualidade, ou seja, a cachaça pode ser da roça, mas a ausência de um selo de certificação não irá garantir que ela é de boa qualidade e procedência.

Este trabalho institucional está ligado ao segundo pilar da interrupção institucional, também apontando por Lawrence e Suddaby (2006) e Yan et al. (2018), a Dissociação de Fundamentos Morais e Simbólicos, visando buscar a dissolução de uma percepção ou prática, desassociando regras que dão fundamentação moral para que uma determinada instituição se

perpetue, enfraquecendo simbolismos gradativamente . O uso do selo é importante para atestar a qualidade da cachaça como forma de eliminar essa percepção equivocada que toda cachaça é um produto de baixa qualidade, conforme relatado na narrativa abaixo:

Isso é fundamental pra qualquer coisa e pra cachaça é igual, então, eu acho que esse é o discurso, até aí a gente vai e mostrar aí que outro ponto que é o seguinte, principalmente em Minas, não consigo saber se é no Brasil, mas, estando aqui em Minas isso é muito forte, -'Ah, a cachaça da roça que é bão, aquela lá do grotão", não gente! Cachaça primeira, que a maioria das cachaças são de roça, não existe a possibilidade de fazer a cachaça dentro de cidade, então acabou, tá, toda cachaça é de roça, e para com isso, aquela cachaça do grotão, não é melhor do que a cachaça de fulano de tal aqui, que possui o selo. Isso tem que ser mostrado! (ENTREVISTADO 4).

Ao se instituir um processo de certificação, de boas práticas de produção e qualidade para que se garanta a certificação, a associação visou tanto dar uma nova face ao produto como de boa qualidade, quanto eliminar a percepção de produto que pertencia aos hábitos culturais de classes sociais mais baixas e com qualidade questionável. O foco passou à criação de novas percepções positivas em relação à cachaça, de modo que consumidores passassem a conhecer a importância de um selo de qualidade que identifique determinado produto, construindo desta forma um trabalho que possui características técnicas para moldar padrões de qualidade para a bebida.

De acordo com Lawrence e Suddaby (2006), esse processo de interrupção institucional se dá de forma gradual e também leva um maior tempo para que ocorra no campo como um todo. Portanto, é indispensável o constante reforço, para que se inicie uma percepção de que determinado simbolismo em torno de algum costume comece a ser eliminado.

Destaque-se também que para promover uma dissociação de fundamentos morais e simbólicos há a necessidade de que o trabalho institucional seja realizado por atores que possuam centralidade e legitimação, tanto em organizações quanto em campos organizacionais, e que também sejam apoiados por uma rede de atores que esteja constituída nos campos onde se encontram presentes as organizações, conforme apontado por Zietsma e McKnight (2009). A inserção de um selo de qualidade só foi possível após a organização dos produtores para instituir a associação, que após sua fundação passou a buscar junto ao poder público, melhorias ao setor, tendo como resultado em formato de política pública o Pró-cachaça.

A associação ao se apresentar como pioneira, legitimada até mesmo pelo Estado com assento em conselho diretor, bem como leis que garantem o interesse de uma certificação, se torna legítima para exercer este papel onde se encontra inserida, trazendo para si a

responsabilidade de constituir o uso do selo para valorização da cachaça de alambique, conforme pode ser visto na narrativa presente em editorial do Cachaça com Notícias 30, de 2013:

A Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Alambique de Qualidade (AMPAQ) foi a primeira entidade brasileira a buscar este diferencial para a cachaça, criando critérios de qualidade e formulando um regulamento que até hoje é referência para outras entidades utilizarem como modelo. O Selo AMPAQ de Qualidade, administrado pela CAF, entidade de gestão privada e independente, tem o reconhecimento internacional pela seriedade e compromisso em selecionar e qualificar a cachaça. A certificação Selo AMPAQ ocorre em diversas etapas e inclui ações e procedimentos bem específicos (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 30, 2013).

Este trabalho institucional está sempre presente nas narrativas tanto dos entrevistados, quanto nos informativos da associação, sendo que uma edição do Cachaça com Notícias dedicou completa atenção ao processo de certificação de qualidade e selos para os destilados. Para se ter acesso ao selo, há a necessidade de ser formalizado, seguir os critérios técnicos e passar por análises estabelecidas pela associação.

De acordo com o Entrevistado 2, a certificação se mostra como um resultado muito benéfico aos produtores de cachaça de alambique que optam pela formalização e consequente certificação, pois representa uma possibilidade de atestar o reconhecimento da qualidade da bebida, perante a outras que também venham a possuir o selo de qualidade:

[...] o outro negócio é o seguinte... a partir do momento que um informal entra na legalidade e pega um selo da ANPAQ, ele tá de igual para igual com a maioria das cachaças de alambique que já estão no mercado a vinte anos, só de ter aquele selinho. (ENTREVISTADO 2).

Além do selo da própria associação, vale destacar a Certificação Orgânica IMA e a Certificação de Procedência da Cachaça. Estas certificações existentes no país para o reconhecimento da cachaça de alambique também são trabalhados pela associação como uma forma de valorizar ainda mais o destilado, caminhando para uma narrativa em torno da necessidade de se consumir e vender cachaças que possuam certificações. Em outras edições do informativo da associação, há um destaque para a Certificação Orgânica IMA e Certificação de Procedência da Cachaça, sempre apontando para uma melhoria de padrões de qualidade da bebida, conforme pode ser visto na seguinte narrativa:

Os produtores têm expectativas positivas em relação à aceitação do mercado, já que o consumidor terá garantias de que a bebida identificada com o selo de produção certificada e qualidade superior, agregando valor. Para ter direito de usar o selo, os produtores precisam comprovar a autenticidade da cachaça. A unidade deve ser registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Também é necessário que as análises físico-químicas estejam dentro dos padrões estabelecidos pelo Mapa e sejam feitas em laboratórios credenciados pelo ministério. Dentre outras regras, o processo produtivo deve atender à normas que priorizam a preservação ambiental, como o corte manual da cana-de-açúcar e a suspensão da queima da lavoura. (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 34, 2013).

Iniciado na década de 1990, o selo representa grande parte dos esforços institucionais que a associação desenvolveu desde a sua constituição. Para a associação, este trabalho institucional é indicativo de qualidade da boa cachaça, sendo um dos instrumentos que continuará a ser trabalhado para os próximos anos, em especial após o reposicionamento da associação a nível nacional, com mudanças no layout do selo antes distribuído pela mesma. Esta percepção fica clara a partir da edição 52 do informativo institucional, quando a associação apresenta o novo selo, bem como dedica parte considerável da publicação às vantagens que uma bebida certificada apresenta:

O Selo ANPAQ nas cachaças de todo o país permitirá ao consumidor, no Brasil ou no exterior, consumir um produto de qualidade, que seguiu as normas de fabricação que garantem sua excelência. Será também o diferencial que permitirá identificar a legítima bebida nacional brasileira, ombreada com outras bebidas nacionais como o vinho, a tequila, o uísque ou o rum. (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 52, 2018).

O Selo da associação visa garantir que as cachaças possuam uma padronização, bem como a modernização dos processos de produção que se dão nos alambiques produtores certificados, em especial quando se relaciona ao processo de envelhecimento e engarrafamento da bebida, apontando para um enfoque maior de produto que represente uma imagem de qualidade superior, que não será encontrado em bebidas que não possuam tal certificação. O selo foi uma das primeiras forças que a organização conseguiu desenvolver para que houvesse uma presença forte no campo organizacional, uma estratégia que na visão da associação foi uma das mais acertadas.

Desta forma, observa-se que há também um trabalho de perpetuação institucional, visando garantir a continuidade do selo como sinal de que a cachaça é uma bebida que possui qualidade atestada, quando as garrafas possuem o símbolo representativo que o selo carrega. Manter a certificação através do selo visa garantir padrões e comportamentos a serem seguidos

por todos os demais produtores presentes na associação, o que faz com que estes compartilhem conhecimentos e práticas em comum, garantindo assim uma diferenciação aos produtores em detrimento de produtores da cachaça que não possuam certificação, tais como as informais.

Esta prática gira em torno de um processo denominado de Valorização e Desvalorização Institucional, que para Zilber (2009) estabelece barreiras coercitivas para tentativas de ruptura e reforça positivamente atores que deem continuidade a determinada prática. Atores informais que não possuam uma certificação podem ser compreendidos como produtores de cachaça de baixa qualidade, o que rompe a ideia do selo, com clara desvalorização ao seu produto. Produtores que optem pela formalidade e consigam o selo de qualidade, passam por uma Valorização na qualidade de seus produtos, pois possuem a certificação. A associação compreende que existe a necessidade de sempre reforçar o trabalho institucional do selo de qualidade, pois desta forma visa interromper a percepção de imagem estigmatizada de bebida de baixa qualidade.

Figura 8 - Capa da Edição 52, de 2017 do informativo Cachaça com Notícias.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Porém, o Selo de Qualidade por si só, não garante que consumidores tenham esta percepção em torno da bebida. Além deste trabalho realizado pela associação desde a década de 1990 até a atualidade, existe a necessidade de se difundir outros conhecimentos e também

umentar a presença destas ideias em torno da cachaça de alambique nos mais variados lugares, para que ocorra uma percepção popularizada e que haja uma ligação direta entre um selo a um produto de boa qualidade.

Para tanto, além do Selo de Qualidade e certificações em torno da cachaça de alambique, outro trabalho institucional para Dissociar Simbolismos que é recorrente nas ações da associação após a inserção do selo no mercado da cachaça, é a presença sua em eventos, apoio a cursos, palestras e mais recentemente a necessidade da criação de uma rede de atores formadores de opinião que estejam prontos para difundir essa nova imagem da cachaça de alambique, que não sejam apenas produtores e associados.

Sendo assim, a associação destaca um dos trabalhos institucionais que vai diretamente ao encontro das necessidades de produtores informais e que é considerado como uma das bandeiras mais fortes no auxílio aos informais presentes no campo da cachaça de alambique: o curso de mestre alambiqueiro. Este curso tem como propósito apresentar como ocorre a produção da cachaça de alambique a partir das boas práticas de produção. Há ainda a possibilidade de se estagiar durante o curso, o que visa garantir um aprendizado em torno da boa produção a ser aplicado nos alambiques.

No ano de 2018, a associação promoveu 4 edições deste curso e já em 2019 duas edições do mesmo. A associação ainda promove outras ações como seminários e cursos também na área de gestão para que informais tenham um maior conhecimento em torno de como formalizar o empreendimento, fato esse que pode ser visto na narrativa a seguir:

[...]Primeiro a gente tá fazendo cursos, de treinamento desde a parte de fazer a cachaça corretamente, da forma de fazer a cachaça, até a parte de legislação, passando por todos os gargalos que tem para poder a pessoa legitimar uma fábrica.[...] que é justamente ensinar pro pessoal, junto com o SINDBEBIDAS também né, ensinar o pessoal as regras de tributação, as regras da produção da cachaça com qualidade, ou seja com a higiene, com todo o processo que envolve a cachaça de forma absolutamente legal, certinha, correta e tudo... e... além disso... você ensinar pra pessoa que é uma das coisas mais difíceis que tem que é vender... porque além disso você tem que saber vender a sua cachaça, não adianta você fabricar um bom produto, taca ele lá na sua fazenda e não consegue ultrapassar a porteira da sua fazenda. Então são vários fatores e... que a gente tem que enfrentar junto com esse produtor para gente tirar ele da clandestinidade, pra ele virar um produtor correto, né, pra vender sua cachaça no mercado. (ENTREVISTADO 3).

Ao optar pela valorização da cachaça através de cursos, auxilia-se também no combate à informalidade do primeiro nível compreendido na pesquisa de campo: o informal que não tem acesso a informações suficientes para tentar uma melhoria em sua produção, pois os cursos são

oferecidos em parceria com alguns entes como o SENAR e SEBRAE, o que auxilia numa maior possibilidade de pessoas que ocupem o primeiro nível da informalidade a participar.

Também têm sido ofertados outros cursos de capacitação para pessoas do campo da cachaça de alambique como o de Blend, Padronização e Análise Sensorial da Cachaça e o de Sommelier de Cachaça. Todos estes cursos têm como objetivo a valorização da cachaça de alambique, pois a partir deles, para a associação existe a possibilidade de se criar uma rede de formadores de opinião, capazes de difundir as mudanças em torno da cachaça tão trabalhadas pela associação.

[...]a gente trabalha com esse curso, com formadores de opinião, que a gente sabe que num... de um a um é difícil, então a gente procura esses formadores de opinião, faz um treinamento com eles, explica quais são os malefícios da cachaça de má qualidade, da cachaça informal, quais são os riscos que tá ocorrendo, para a partir daí esses formadores de opinião passarem esse conceito para os consumidores... porque a maioria desses formadores de opinião, são formadores por exemplo que estão na linha de restaurante, de bar, da delicatessen, né... então esses caras vão conver... eles vão ter esse contato das confrarias, igual eu falei... então esses caras num evento de confraria, conversando com um confrade, enquanto o outro vai falando que eu aprendi isso e tal e isso aí vai gerar... (um resultado de conscientização)... porque essas confrarias eles fazem eventos em bares, então quando você vai num eventos e esses caras estão lá e se nesses bares tiver cachaça informal, com certeza eles vão falar "o fulano, isso aí e tal, nós temos aqui esses produtos e eles podem ter isso, podem ter aquilo" e acaba que o confrade ensina o dono do bar, isso a mesma coisa o bartender, a mesma coisa o garçom, então a gente tá buscando esse tipo de trabalho... (ENTREVISTADO 2).

Ao se valer dos cursos como forma de valorização da cachaça de alambique, a associação também visa o aumento desta rede de atores e realiza um trabalho de base que vem sendo desenvolvido para o reconhecimento da bebida. Os trabalhos institucionais são destacados a partir da ação de atores em práticas cotidianas que são capazes de modificar os campos organizacionais, bem como a possibilidade de minar alguma instituição que esteja presente em um campo.

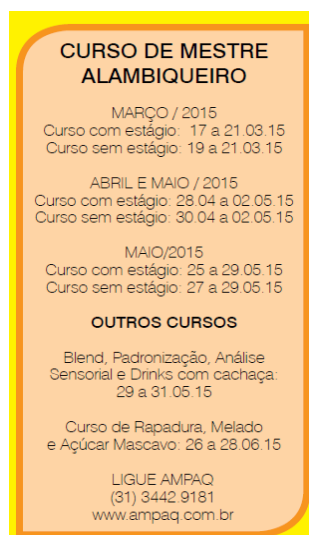
Nestes aspectos percebe-se que a associação atua com o pressuposto educativo, com teorizações para que outros atores absorvam as novas práticas e sejam capazes de difundi-las em todo campo organizacional conforme apresentado por Canning e O'Dwyer (2016). A narrativa do entrevistado 4 demonstra como essa rede de atores também tem atuado na busca do reconhecimento da cachaça a partir de um trabalho de base, visando unir consumidores e mercado:

[...]o cachacier é um player desse mercado, um player que está no mercado há pouco tempo, a gente tá no mercado assim de forma geral á 5 anos a grosso modo, atuando mais efetivamente a 4 anos pra cá, a gente é um... nosso papel é de ponte, juntar cadeia produtiva, produtor e produto ao consumidor, então a gente quer ser ponte, estrada, né? A gente acha que a a gente vislumbrou que... tinha uma distância do consumidor em relação aos produtos em si, eles não conheciam, não sabiam onde achar então a gente viu que tinha um nicho de trabalho nesta questão e a gente se colocou para fazer uma contribuição legal, nesse sentido. (ENTREVISTADO 4).

O processo de criação e apoio a cursos dá sustentação à rede de atores que se envolvem com o campo da cachaça de alambique, contribuindo para a perpetuação das novas visões em torno da bebida, exercendo, portanto, a busca por uma teorização em torno das novas práticas, que valorizem um produto de qualidade, que a associação busca difundir no campo organizacional. Para Lawrence e Suddaby (2006) a teorização e educação é um dos momentos de importância para se difundir novas práticas institucionais, pois é a partir desse processo que criações institucionais, que neste caso vise a interrupção, serão repassadas por todo um campo organizacional.

A narrativa do entrevistado 2 em conjunto com a narrativa do entrevistado 4 demonstram que esses atores têm estado presentes em locais de consumo da cachaça, como as confrarias, os bares, delicatessens e restaurantes. Percebe-se, dessa forma, que a associação desempenha um papel central nessa rede, organizando desde os produtores até o consumo, sempre trabalhando para que a cachaça de alambique seja reconhecida por sua qualidade, conforme exigido pelo trabalho institucional, posições de centralidade para que práticas que visem interromper, criar ou manter sejam respeitadas

Figura 9 - Divulgação de Cursos apoiados pela associação.



Fonte: Cachaça com Notícias 39 (2015).

Além dos cursos promovidos pela associação, há apoio a eventos culturais e locais relacionados à cachaça de alambique, bem como premiações e concursos que ranqueiam as melhores cachaças do país. Este apoio se dá como forma de fortalecer outras redes que sejam capazes de valorizar ainda mais a cachaça e também difundir a profissionalização que vem ocorrendo no setor, a fim de se chamar a atenção de consumidores e produtores em todo estado para a possibilidade de se obter um produto com reconhecimento até mesmo internacional, estabelecendo parcerias com outros atores, conforme relatado pelo entrevistado 8:

[...] [a ANPAQ] tem incentivado, juntamente com o SINDBEBIDAS/FIEMG eventos, seminários, de explanação pelos órgãos fiscalizadores pelo MAPA/IMA, aos produtores, tanto formais quanto informais em todo o Estado de Minas Gerais, mostrando aos mesmos a necessidade de se formalizarem. (ENTREVISTADO 8).

Dentre os principais eventos que a associação apoia e está sempre presente estão: Cachaça Gourmet, Expocachaça, Seminário Estadual de Cachaça de Alambique, Festa da Cachaça, Encontro de Cachaciers, dentre outros. A associação mantém uma sessão em seu site intitulada “Agenda” com atualizações regulares em torno de eventos que são apoiados pela mesma. Nestes espaços a associação também promove discussões em torno da informalidade, em busca de se fortalecer a ideia cachaça de alambique.

Utiliza-se nessa rede de atores também o terceiro pilar que fomenta uma interrupção institucional, qual seja, o de se Minar Suposições e Crenças em torno de estigmas da cachaça, bem como apresentar as desvantagens de um produto informal. Para Lawrence e Suddaby (2006), crenças que mantêm vivas as instituições (neste caso baixa qualidade, produto de classes baixas, dentre outros que fortalecem uma produção informal), geram muitas dificuldades frente a possíveis mudanças que possam ocorrer nos campos organizacionais, havendo a necessidade de desconstrução dessas crenças, frente a possibilidade de novas formas de se agir que substituam padrões contínuos e existentes no dia a dia.

Consegue-se perceber a partir da narrativa do entrevistado 9 como este processo de promover eventos que fortaleçam a imagem da cachaça tem sido capaz de contribuir para o desenvolvimento do setor, auxiliando no processo de reconhecimento da boa cachaça, tão estigmatizada graças à informalidade:

[...]Hoje a estigmatização da imagem da cachaça felizmente tem diminuído muito. Mas que a informalidade contribuiu sim pra estigmatização isso

contribuiu e contribui sim e muito! Mas hoje com os eventos, com o curso, com a qualidade dos produtos, olha quantas cachaças nós temos aqui na prateleira, conhecidas em todo o Brasil já e consumidas no Brasil, o povo já tá, as pessoas já estão procurando um produto legal. Formal. Porque sabe que tá ingerindo um produto, com moderação, com inteligência, que mal algum lhe fará... Poderá trazer, exatamente o sabor, o aroma, tudo isso. (ENTREVISTADO 9).

Para se enfrentar a informalidade, a associação desenvolve estratégias e trabalhos institucionais que necessitam ser duradouros para se realizarem as mudanças no campo organizacional. Utilizando-se do selo de qualidade enquanto um trabalho técnico que busca a perpetuar a ideia de que a cachaça possui qualidade visando interromper a percepção de baixa qualidade, cursos e eventos que visam realizar e teorização e educação sobre as transformações pelas quais a cachaça tem passado, a associação consegue construir uma rede de atores de forma intencional para se divulgar as mudanças realizadas nestes últimos anos em torno da imagem da cachaça de alambique.

Sabemos que o caminho para a valorização não será fácil. Desfazer preconceitos históricos não se dará de um dia para o outro. Acredito que o caminho é fazer um trabalho institucional e coletivo com a marca Cachaça. Mostrar suas multifaces com seus aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos. A diversidade de cores, aromas e sabores. As diversas formas de apreciar, in natura no copinho shot ou gelada, ou em drinks. Mostrarmos a potencialidade na gastronomia e as infinitas possibilidades de harmonização. (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 57, 2018).

Para a própria associação ainda há um grande trabalho que deve ser feito em torno da imagem da bebida, pois como a informalidade continua forte no campo organizacional, há também uma predominância de produtos com baixa qualidade, o que vem mudando a partir destas ações desenvolvidas pela associação.

Além desse trabalho institucional em torno de uma criação de redes de atores que seja capaz de garantir uma melhoria na imagem da cachaça a partir da educação e teorização e desconstrução de crenças, visando enfraquecer a imagem do destilado que não possua uma certificação, a associação também trabalha em prol de mudanças em outros aspectos que fomentam a informalidade no setor. Como exemplo, citam-se as questões tributárias e regulatórias, além da comercialização da bebida, melhor apresentado na seguinte sessão.

4.2.3 Narrativas Tributárias, Regulatórias e de Fiscalização

A associação busca também representar produtores em outros espaços para a defesa da cachaça de alambique, além de realizar parcerias que sejam benéficas para o desenvolvimento do setor, buscando também o enfrentamento da informalidade. Neste contexto, a associação também procurou estar presente em outros órgãos que possuíssem conexão direta com governo estadual, por exemplo, como a Câmara Técnica da Cachaça de Alambique na qual entrou em 2005, bem como estar presente no Fórum da Cachaça, iniciado em 2006, entidades criadas pelo próprio governo a fim de se discutir políticas em torno da cachaça de alambique, dentre elas questões regulatórias e tributárias. Isto demonstra um trabalho político desenvolvido pela associação, como forma de buscar mudanças para o setor.

Conforme visto, além da necessidade de valorização da imagem da bebida para redução da informalidade no campo da cachaça de alambique, há também a necessidade de se trabalhar a questão tributária e os aspectos regulatórios, pois também são considerados entraves para o campo no processo de formalização de produtores.

Após o Pró-cachaça, lançado em 1992 que regulamentou o programa mineiro de incentivo à cachaça de alambique, cujo um dos interesses era a facilitação e simplificação da cobrança de tributos para o setor, uma nova ação em torno da tributação, porém em âmbito nacional, veio a melhorar o processo de simplificação tributária de micro e pequenos empresários, o lançamento do Simples Federal, que ocorreu em 1996. O Simples Federal diminuía a alíquota tributária, além de simplificar a arrecadação dos tributos federais que incidiam diretamente na cachaça de alambique, processo que estimulou micro e pequenos produtores a se interessarem pela formalização.

Posteriormente, em 2001 um forte movimento em âmbito nacional reconheceu legalmente a cachaça como produto genuinamente brasileiro, que passaria a ser assim denominado na produção, comércio e exportação, visando fortalecer a bebida, especialmente no mercado internacional, a fim de distingui-la de outros destilados como o rum cubano. Entretanto, ao mesmo tempo em que se reconhecia a cachaça, outro decreto federal a retirava do Simples Federal, comprometendo os aspectos tributários que anteriormente teriam sido uma vitória rumo à formalização no setor. O Simples Federal foi alterado em 2006, quando ficou instituído o Simples Nacional, regime tributário reconfigurado, mas que também não permitia atividades de produção da cachaça de alambique como optante.

[...]foi quando teve o decreto que transformou a cachaça como patrimônio nacional, então eles pensaram que o volume de exportação ia crescer, ao mesmo tempo pagando mais tributos e ele comprometeu... Mas se bem que para exportação, o pessoal do alambique não tinha grana para mandar pra fora... então o quê se fez, você estrangulou o camarada. Ô fulano, você está esgoelado, vai trabalhar exportação sem dinheiro? Como que faz? O cara sem dinheiro quase afogando, como é que um cara desses vai pensar em exportar... Como é que ele vai ter dinheiro para fazer um trabalho lá fora? [...]com carga tributária alta, muitos voltaram para a informalidade. (ENTREVISTADO 2).

A narrativa do entrevistado 2 demonstra que a publicação deste decreto foi considerada positiva no propósito da valorização da bebida, conforme buscado pela associação desde a sua fundação, sendo este decreto um dos resultados do intenso trabalho de reposicionamento da cachaça desenvolvido na década de 1990. Contudo, passou a ser prejudicial em outro ponto: a alta tributação para a cachaça de alambique. Como o campo da cachaça é composto em sua maioria de pequenos produtores, a alternativa para se eliminar o peso da tributação para muitos foi o retorno à informalidade. Na narrativa a seguir, em editorial publicado em 2013, a associação expõe um dos problemas que contribuíram para o terceiro nível da informalidade - alta tributação que gera a sonegação:

Em nenhum momento a AMPAQ propôs aos associados e produtores em geral, o não pagamento de impostos e a sonegação ostensiva de pagamento de tributos. Entretanto, a tributação deve ser suportável para os produtores, permitindo que os mesmos continuem elaborando a cachaça artesanal, garantindo parte do sustento familiar e empregando na atividade a mão de obra familiar local, mantendo a mesma no campo (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 28, 2013).

Neste âmbito, a associação passava a entrar em novos espaços políticos em defesa da cachaça de alambique, ao perceber que esta crescente tributação representava uma perda aos produtores da bebida e também ao campo, mediante todo trabalho que fora desenvolvido durante a década de 1990 em busca do fortalecimento do setor. A questão tributária permaneceu inerte durante a década de 2000, favorecendo o aumento na produção informal do destilado.

Nas publicações institucionais da associação é comum encontrar matérias em quase todas as edições do informativo *Cachaça com Notícias* sobre aspectos relacionados às questões tributárias inerentes ao setor, além de criticar uma diferenciação tributária em que os produtores industriais pagam menos tributos que os produtores de cachaça de alambique. A associação, a partir de um representante presente na Câmara Técnica da Cachaça de Alambique, chegou a tentar intervir no formato de tributação do IPI, para que fosse inserido na Lei da Cachaça, que tramitava na época na câmara federal, conforme pode ser visto a seguir:

A redução do Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI) na comercialização da cachaça artesanal de alambique é um velho sonho dos produtores mineiros que pode estar próximo de se realizar. O coordenador da Câmara Técnica da Cachaça de Alambique, Trajano Raul Ladeira de Lima, informou que Minas Gerais enviou diversas emendas para inclusão no Projeto de Lei da Cachaça, que se encontra em tramitação na Câmara Federal, e a principal delas defende o fim da cobrança diferenciada do tributo. “Atualmente, o IPI recolhido é de R\$ 2,23 sobre a garrafa da cachaça de alambique artesanal e de R\$ 0,38 sobre o litro da bebida industrializada”, explica o empresário. Os produtores de cachaça artesanal de alambique de Minas Gerais consideram seus negócios ameaçados pelo tratamento diferenciado, mas agora esperam que a situação seja resolvida com o pedido de isonomia feito pela câmara técnica, por intermédio da bancada mineira na Câmara Federal (MINAS GERAIS, 2005).

Observa-se neste momento uma mobilização na rede de atores da associação em busca de apoio político para se empreender novos trabalhos institucionais na intenção de propor uma mudança no campo organizacional. A associação conquistou nesse tempo novas posições estratégicas, como a presença na Câmara Técnica da Cachaça de Alambique, em Minas Gerais, que fossem capazes de auxiliar no desenvolvimento de ações que buscavam a melhoria de questões como a tributária, conforme apontado acima.

A partir desta presença na Câmara Técnica, a associação conquista voz para enviar, por exemplo, sugestões de emendas para modificações na legislação tributária vigente para a cachaça, por exemplo. Percebe-se aqui que a associação age mais uma vez sob o pilar da interrupção institucional de Oposição à Sansões e Recompensas, que para Lawrence e Suddaby (2006) é uma forma de buscar de se alinhamento a parceiros estatais que sejam capazes de trazer as modificações necessárias para os interessados. Esta forma de alinhamento político a entes estatais também pode ser vista a seguir, nas tratativas que se estabeleceram em Minas Gerais com o Governador e com deputados estaduais, na busca de melhorias tributárias.

Em 2013, além dos tributos federais que deveriam ser pagos, ao se optar pelo regime de Lucro Líquido ou Lucro Presumido de tributação, bem como todas as dificuldades para se calcular o IPI, o governo de Minas Gerais havia aumentado de 12% para 18% a alíquota de ICMS para a cachaça de alambique, o que causou um impacto direto no setor, contribuindo mais uma vez para a manutenção e fortalecimento da informalidade. Como forma de tentar modificar a situação, a associação como representante estadual buscou reunir-se com o governador da época e também com o presidente da assembleia legislativa, a fim de negociar uma possível mudança para o setor:

A cachaça artesanal de alambique mineira passa por uma situação extremamente delicada e, porque não dizer, extremamente perversa. A falta de uma isonomia tributária no caso do IPI e a falta de critérios claros e transparentes para o caso do ICMS, deixam os produtores formalizados de “cabelo em pé”. A AMPAQ irá marcar audiência sobre o assunto, diretamente com o governador Antônio Anastasia e com o Presidente da Assembléia, deputado Diniz Pinheiro, para encontrar uma solução. (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 28, 2013).

Há um destaque na mesma edição de uma correspondência que foi enviada pela associação diretamente ao governador, solicitando providências sobre a alteração na questão tributária que viria a acometer a cachaça de alambique naquele momento:

Preocupado com as mudanças feitas pelo governo mineiro, que afetam direta e exclusivamente o setor da cachaça de alambique no Estado, o presidente da AMPAQ, Trajano Raul Ladeira, encaminhou correspondência ao governador Anastasia, pedindo revisão das medidas. Ele alerta sobre os impactos negativos que tais ações trarão ao setor, acarretando retração da produção e comercialização, abrindo espaço para que outros estados assumam a liderança da produção artesanal da cachaça. A correspondência cobra o retorno de um interlocutor direto com o governo para que o Programa Estruturador da Cachaça, já discutido e elaborado pela Câmara Técnica da Cachaça, seja colocado em prática. Além da correspondência, a diretoria da AMPAQ marcará audiência com o governador Antônio Anastasia para propor alternativas. (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 28, 2013).

A associação aproveita da sua centralidade e liderança enquanto representante dos produtores para tentar exercer uma mudança que impacta o campo da cachaça de alambique. Nesse sentido, envidou esforços para alterar uma situação que poderia se configurar como danosa para todo este campo, e que ainda contribuiria para a perpetuação da informalidade, tanto através da sonegação, quanto pelo desinteresse de produtores se formalizarem ao perceber uma alta nos tributos.

Aquele momento revelou a importância da associação e de uma rede de atores que garantiam a sua sustentação em um ambiente organizacional, exercendo sua agência no desenvolvimento de um trabalho institucional. Ao se apoiar na rede de atores, neste caso além dos produtores associados e também outros órgãos, como a Câmara Técnica, a associação se mostra mais uma vez legitimada para tomar decisões em nome do campo organizacional. A possibilidade de se reunir com representantes governamentais é possível graças à identidade e legitimidade que a associação possui o que seria praticamente impossível caso não existisse de forma organizada.

O trabalho institucional em torno da interrupção da informalidade visto aqui, segue na oposição às sanções e recompensas, tendo em vista que a associação procura meios de acessar e tentar modificar a legislação a partir de ligações no âmbito governamental. Nesse sentido, atuou por meio de sugestões que foram enviadas pelo representante da associação para a câmara técnica para tratar do IPI, bem como a procura do governador para uma possível solução na questão do ICMS.

Como retorno, houve alteração no formato da tributação do IPI, que deixou de ser aplicado da forma que era antes, com diversas tabelas e valores que incidiam sobre as garrafas dependendo do seu volume, diminuindo a burocracia, mas com alíquota única de 25%. Contudo, esta cobrança geral, ainda representou mais um aumento de alíquota tributária, o que continua contribuindo para a perpetuação do terceiro nível de informalidade, a sonegação da produção.

Já com relação ao ICMS, conseguiu-se uma isenção de substituição tributária para produtores cujo faturamento bruto fosse até R\$3.600.000,00, o que muito comemorado pela associação, pois significaria uma oneração a menos no bolso do produtor. Entretanto, os impactos positivos não foram percebidos com clareza considerando os dois primeiros níveis de informalidade existentes no campo: os informais por desconhecimento e os informais desinteressados na formalização devido à carga tributária.

Outro trabalho institucional realizado no âmbito tributário à época foi a realização de palestras, bem como a constituição de um Grupo Técnico que fosse capaz de discutir todas as dúvidas que as alterações tributárias trariam para o campo da cachaça de alambique. Estas ações buscavam não apenas informar, como também angariar forças e apoio de outros produtores de cachaça no processo de luta pela diminuição da tributação em torno da bebida. Em editorial também publicado no institucional da associação, destaca-se a necessidade da união de produtores em torno das mudanças tributárias, que caso não ocorressem, poderiam caminhar para o grande aumento da informalidade no setor:

A AMPAQ realizou no dia 06 de junho, dentro da EXPOCACHAÇA 2013, um debate sobre o ICMS/ST da cachaça implantado em Minas Gerais. Durante o debate, caracterizado pela riqueza de informações, houveram colocações por parte de produtores de diversos tamanhos, distribuidores, técnicos do Governo e de lideranças associativas e cooperativistas. Ao final dos debates, de tudo que foi discutido, exposto e comentado, ficou uma coisa clara para todos os presentes: É indispensável e imperativo que o setor se una para sobreviver ou correrá o risco de aumentar vertiginosamente a clandestinidade ou até o encerramento das atividades de grande numero de produtores de cachaça no Estado. (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 29, 2013).

Para Yan et al. (2018) os trabalhos em torno da interrupção institucional partem de intenções contrárias que necessitam do apoio de outros atores que também estejam presentes no campo organizacional, a fim de se dar sustentação ao *status quo*, frente à resistência que podem enfrentar, sendo neste caso o próprio governo estadual a resistência de se alterar a forma de tributação.

A associação faz uso destes espaços como forma de teorizar e educar atores sobre as medidas tributárias que podem ser prejudiciais ao campo como forma de buscar mais apoio e representatividade, estas palestras representam uma das estratégias da associação para influenciar os ambientes na busca de seus interesses de melhoria, conforme apontado por Tracey et al. (2011) na busca de construções de novas situações para se romper com práticas anteriores. Ao utilizar o espaço do evento para se realizar esta discussão, a associação também visou mobilizar novos atores que possam se interessar por este trabalho de interrupção institucional, o que aponta para uma tentativa de aumento e fortalecimento da rede de atores.

Até o ano de 2017, problemas relacionados à tributação ainda se estendiam, geralmente em relação ao IPI e também ao ICMS. A crise que acometeu o país nos últimos anos também se mostrou como um empecilho para uma tentativa maior na diminuição da carga tributária, sendo que o ICMS foi elevado ainda mais nos últimos anos, chegando a 23% para bebidas alcoólicas, fator desanimador para os produtores.

Durante todo esse tempo, a associação destaca as diversas tentativas para mudanças no campo da tributação, sempre em busca de um reenquadramento dos produtores no regime do Simples Nacional, conquista esta que veio através de parcerias com outras instituições representativas de bebidas e também com o Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC), quando foi aprovado em 2015 o primeiro passo na câmara dos deputados em torno de uma possível mudança na tributação. Abaixo é possível observar as expectativas em torno do Simples Nacional para o setor da cachaça de alambique:

No tocante ao cenário Brasileiro temos expectativa real e de fato do produto ser recepcionado pelo Simples Nacional, juntamente com a cerveja artesanal, assunto que já foi inclusive aprovado em reunião na Comissão Especial do Supersimples na Câmara dos Deputados, presidida pelo Deputado Jorginho Mello (PR/SC) em 01/07/2015. Esta aprovação contou com intervenção ativa e extremamente importante da ACMinas - Associação Comercial e Empresarial de Minas que juntamente com a AMPAQ e a ACERVA sacramentaram e criaram a FAPBA – Frente de Apoio aos Produtores de Bebidas Artesanais, na sede da AMPAQ no dia 30 de abril deste ano. (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 41, 2016).

Este momento se mostra fundamental para a conquista da nova tributação para a cachaça de alambique que se iniciou a partir do ano de 2018, pois ao perceber a necessidade e interesse de outras organizações para uma mudança na tributação, a associação aproveitou para realizar parcerias que sejam capazes de aumentar a rede de atores em busca de conquistas não somente para o setor da cachaça, mas também para outros setores que se apresentam até mesmo como concorrentes diretos do destilado, mas que se uniram ao perceber que diversas complicações poderiam surgir, bem como piorar a questão da informalidade no campo.

Figura 10 - Capa da Edição 34, de 2014 do informativo Cachaça com Notícias



Fonte: Dados da pesquisa

A união de atores no campo organizacional, mesmo que concorrentes, se mostrou necessária para a conquista de um benefício que seria positivo a todos, em especial para a cachaça de alambique. Esta união garantiu a legitimidade de ação e força frente as dificuldades, sendo então atendido os interesses das entidades, atores envolvidos no campo organizacional conforme apontado por Lawrence, Leca e Zilber (2013) e Lawrence e Suddaby (2006), que a busca por união a outros atores na construção de uma rede é capaz de trazer uma mudança ou interrupção institucional, atendendo aos interesses de diferentes atores, o que demonstra a importância da formação de redes para se garantir apoio mútuo.

A associação chama para si esta responsabilidade e ocupa mais uma vez lugar de liderança e destaque para se defender um interesse que afete todo o campo, além de destacar a

importância de novas parcerias que sejam capazes de trazer benesses, tais como o próprio IBRAC.

A luta para essa mudança consagrou a presença de entidades como o Ibrac e as principais entidades representativas do setor, entre as quais a AMPAQ, na defesa dos interesses dos produtores da bebida nacional. Foram grandes e muitos os desafios na caminhada pela consolidação, valorização e reconhecimento da cachaça como bebida nacional. Fazem parte desta luta temas como o retorno ao Simples, ainda objeto de disputas no Congresso Nacional. Em uma economia que apresenta uma carga tributária onerosa, e particularmente em um momento de aguda crise econômica, esta batalha se torna grande, exigindo das entidades representativas do setor habilidade nas negociações em busca de um resultado favorável (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 45, 2016).

A partir do novo sistema de tributação, a associação passou a demonstrar que houve um ânimo para a produção da cachaça de alambique, em especial no caso de produtores que trabalhavam na informalidade que deveriam passar a se interessar pela formalização no setor. Já em janeiro de 2018, as novas alíquotas para o Simples Nacional foram disponibilizadas para que os interessados optassem pela tributação de forma mais simplificada.

Como vantagens, o SINDIBEBIDAS destacou para a cachaça de alambique a cobrança em uma única guia de arrecadação com até 8 diferentes tributos, incluindo o IPI e o ICMS. Esta ação reduziu as burocracias tributárias anteriores, atendendo às antigas reivindicações, introduzindo uma tributação progressiva e diferenciada por faixas para cada produtor que aderisse ao Simples Nacional. Porém, destaque-se que a substituição tributária ainda se encontra presente para optantes do Simples Nacional, que pode variar de acordo com o estado, gerando ainda assim incertezas quanto a valores finais de produto, quando vendido a outros estados, por exemplo. A tabela a seguir apresenta as seis faixas de tributação e a alíquota exercida para cada uma das faixas, o que demonstra realmente a diminuição da tributação para a cachaça, que conforme apresentado, chegou a mais de 80% no setor.

Tabela 3 - Anexo II do Simples Nacional – Indústria

	Receita Bruta em 12 meses	Alíquota
Faixa 1	Até 180.000,00	4,5%
Faixa 2	De 180.000,01 a 360.000,00	7,8%
Faixa 3	De 360.000,01 a 720.000,00	10%
Faixa 4	De 720.000,01 a 1.800.000,00	11,20%
Faixa 5	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,70%
Faixa 6	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,00%

Fonte: BRASIL (2018).

Além da tributação de mais de 80% por garrafa no setor, havia dificuldades para se calcular os valores dos tributos a serem repassados aos governos. Nesse sentido, o Simples Nacional se mostra como uma ferramenta forte para tentar auxiliar o setor e também contribuir para a formalização de produtores, por isso a constante luta pela associação acerca de uma tributação que fosse mais justa ao setor. Na tabela acima pode-se observar uma tributação progressiva de acordo com o faturamento bruto de cada produtor, variando de 4,5% a até 30%. Os entrevistados 1 e 3 demonstram como foi positiva essa redução e simplificação da alíquota tributária:

[...]o grande entrave nosso e eu sempre falei isso é a tributação, sempre a tributação, que é histórica. Agora recentemente com o Simples Nacional, que... nós até ajudamos junto com o IBRAC, fizemos e participamos dessa campanha para trazer o Simples Nacional, ele foi passado no ano passado, então essa tributação caiu em torno de 56%. É alto demais, ainda é alto! Mas já deu pra gente respirar... deu pra gente ficar mais aliviado, certo... mas a gente acredita que se baixar ainda mais os tributos, e tiver uma... uma vontade por parte do governo igual aconteceu no México com relação a tequila, a gente, ninguém segura o Brasil. (ENTREVISTADO 3).

Creio que podemos destacar o SIMPLES como uma contribuição efetiva. A simplicidade do simples e a redução da carga tributária que ele acarreta, facilitaram muito a operação dos alambiques. Antes do simples, posso dizer, era praticamente ridículo pensar em operar formalmente com todos os encargos e impostos que caem sobre os alambiques formais. (ENTREVISTADO 1).

A demora em se conquistar um retorno ao regime especial de tributação demonstra também como os trabalhos institucionais levam tempo para surtirem efeitos de fato nos campos organizacionais, revelando a necessidade de uma continuidade em sua promoção, em especial para se minar um aspecto que fomente uma instituição tão forte como a informalidade, o que demonstra a necessidade de se insistir em um trabalho institucional, em especial para se interromper determinada prática, que para Lawrence e Suddaby (2006) é algo que ocorre de forma também longínqua.

A conquista em torno de uma tributação menor para o setor da cachaça levou muito tempo e agora após a conquista a associação tem a necessidade de divulgar isto para todos os produtores presentes no campo, pois de acordo com o entrevistado 2 a informalidade se fortalece a partir do momento que os produtores acreditam pagar muitos tributos em torno da bebida, outro trabalho institucional que deve ser feito, de para diminuir a percepção de alta tributação que ainda está presente na visão dos produtores informais.

Com relação à informalidade a gente enxerga que... o governo perde, o produtor perde e às vezes até o clandestino (informal) perde, entendeu, muito por não saber... Eu sou instrutor do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), eu rodei Minas Gerais toda dando curso pelo SENAR, pelo SENAR a gente não escolhe pra quem vai dar curso, a gente dá curso pro informal e pro legal. Então eu dei vários cursos para alambiques clandestinos (informais), a maioria deles ainda acha que paga muito imposto, ainda acha. Então existe um trabalho que se mostra muito necessário: primeiro informar essa turma que o imposto caiu e que a coisa tá mais dentro de uma realidade. (ENTREVISTADO 2).

Há, portanto, a percepção da associação quanto à necessidade de começar um novo trabalho institucional que demonstre essa queda da tributação, a fim de desconstruir a crença existente no âmbito informal, que se paga muitos tributos sobre a cachaça. A partir de outros canais nos quais integrantes da associação estão presentes, há a possibilidade de se difundir essa nova informação, visando a eliminação da informalidade sob esses aspectos.

Além dos marcos tributários trabalhados pela associação, com destaque para a conquista mais recente e importante do retorno ao Simples Nacional, há também a crescente preocupação com o ordenamento legal determinado pelo Ministério da Agricultura, bem como a preocupação com as regulamentações ambientais, geralmente no âmbito estadual, que podem comprometer também o processo de regularização da produção.

Para enfrentar mudanças que podem prejudicar o campo da cachaça de alambique, a organização também possui representação na Câmara Federal Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça, instituída pelo Ministério da Agricultura, participando de reuniões ordinárias, sempre que convocados, além de estar presente na Câmara Técnica da Cachaça de Alambique, estabelecida em Minas Gerais.

A associação entende que as regulamentações estipuladas para o setor por meio das especificações do Ministério da Agricultura são excessivamente burocráticas e onerosas, porém compreende que também são importantes para que se atinja uma qualidade mínima de produção, conforme pode ser visto a seguir:

[...]as regulamentações da própria cachaça! Para que o estabelecimento também possa funcionar. Correto sim! Mas pé direito de alambique... tudo azulejado... né... é... colocação correta de rejeito para não contaminar meio ambiente... tudo isso! Tudo e que tem que ser exigido sim, mas às vezes ele nem conhecimento disso ele tem. Tem que ter orientação sim, agora essa orientação não pode ser apenas da ANPAQ tem que ser dos órgãos que tenham os seus fiscais com viaturas, com locomoção e com recursos pra isso, tem que levar informação sim. (ENTREVISTADO 9).

O artesanal ele tem o seu valor, ele é bacana! Mas o que a gente precisa entender é que mesmo o artesanal ele tem que ter o mínimo de critérios para ser executado... (ENTREVISTADO 4).

O trabalho institucional que a associação busca realizar atende a necessidade de se explicar as leis, bem como divulga-las para que os produtores informais passem a ter conhecimento das exigências regulatórias. Esse tipo de trabalho de esclarecimento e conscientização evita que se perpetue o nível 1 da informalidade, compreendido pelos produtores que não possuem conhecimento em torno do que deve ser feito para regularizar um alambique, utilizando novamente o aspecto de educação e teorização institucional como forma de mudar-se um campo organizacional

Qualquer ação mais incisiva por parte da associação em relação às regulamentações do MAPA é complexa, uma vez que as discussões sobre qualquer alteração no marco regulatório demanda uma mobilização nacional. Portanto, há um certo distanciamento ainda por parte da associação neste aspecto, mesmo ocupando representação na Câmara Técnica Federal. Nesse sentido, umas das ações que a associação empreendeu foi processo de sua nacionalização, pois a partir deste marco, a ANPAQ passa a buscar e ocupar espaços em âmbito federal.

Já no que concerne a regulamentações da esfera ambiental, há uma maior tentativa de intervenção da associação, sempre destacando que quanto mais regulamentações se criam para o produtor, pior é a condição para uma possível regularização, sendo até mesmo uma ameaça, pois os produtores diante da grande pressão regulatória-burocrática podem optar por retornar para a informalidade. Esta diferença de atuação em relação às leis ambientais, comparativamente às regulamentações definidas pelo MAPA ocorre devido à competência das esferas, pois enquanto uma é tratada no âmbito federal, a questão ambiental geralmente é tratada no âmbito estadual, aproximando-se assim da associação.

Na edição número 28 do informativo Cachaça com Notícias, por exemplo, há uma matéria que demonstra os embates políticos entre a associação e a Fundação Estadual do Meio Ambiente no que concerne à destinação da vinhaça, material residual de produção da cachaça, quando a Instrução Normativa proposta para destinação de resíduos do setor sucroalcooleiro. Na narrativa a seguir, é possível perceber uma posição mais firme da associação em defesa dos produtores prejudicados pela nova regra.

A AMPAQ, apoiada por outras instituições, defende que esta norma é descontextualizada da realidade do setor da cachaça artesanal de alambique, visto que é voltada para empreendimentos de grande porte, classificados como classes 5 e 6, conforme nomenclatura definida pelo Copam por intermédio da

DN 74/04. Os empreendimentos produtores da cachaça artesanal de alambique são considerados de pequeno porte, em sua esmagadora maioria classificados como classes 1 e 2, de insignificante impacto ambiental, e até mesmo abaixo destas, como no caso da agricultura familiar (passíveis de Certificado de Dispensa). A AMPAQ defende que o foco da norma deve ser o Ganho Ambiental e a Comunicação com o produtor. A proposta defendida pela FEAM estimula ainda mais a informalidade do setor, e não fomenta o ganho ambiental no campo. (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 28, 2013).

A manifestação acima é uma das ações da associação, que na situação específica demonstrou ativa participação no processo, destacando os problemas que a nova norma poderia acarretar, mesmo na regulamentação ambiental. Contudo, o principal foco da associação consiste em informar e atualizar o que tem ocorrido no campo da cachaça, retornando mais uma vez ao aspecto educativo do trabalho institucional. Exemplos dessas ações encontram-se na divulgação de cursos para aperfeiçoamento e compreensão da legislação ambiental como o do novo Cadastro Ambiental Rural, quando ofereceu um curso para produtores interessados, utilizando também de parcerias com outras instituições.

Há um maior esforço institucional para se garantir uma diferenciação tributária para o campo, conforme visto durante essa sessão. Entretanto, ainda são incipientes as ações para reformulação e aprimoramento da regulamentação, a fim de facilitar a regularização de produtores informais, como, por exemplo, evitar ou minimizar a escassez de crédito exclusivo para reformas e construções. Vale ressaltar que a ANPAQ atende e prioriza outras demandas do campo além do combate à informalidade. Nos espaços que a associação ocupa, seja na esfera estadual ou federal, há constante trabalho na defesa dos interesses dos produtores, buscando atender outras necessidades que se apresentam no campo, tais como as disputas entre industriários e produtores de alambique.

Uma das bandeiras da associação para diminuir a informalidade e promover a valorização da imagem da cachaça, refere-se ao esforço para o reconhecimento da importância cultural da cachaça, estimulando as datas comemorativas, dentre outras ações. Nessa direção, há que se destacar que todas as ações e esforços empreendidos pela associação contam com o apoio de uma rede de atores que ocupam os mais variados lugares dentro do campo da cachaça de alambique.

Uma das principais queixas dos produtores e também da associação com relação à informalidade é a falta de fiscalização no setor. Apesar dos esforços para valorização da imagem da bebida, redução da carga tributária e cumprimento da legislação vigente, um elevado número de produtores informais ainda continuam com suas práticas. A associação é um órgão representativo, mas não pode realizar fiscalização de estabelecimentos que estejam informais.

Diante desse impasse, a associação, por meio de ações na Câmara Técnica da Cachaça, ainda conseguiu uma parceria que transferiu a fiscalização do Ministério da Agricultura para o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), o que demonstra mais uma vez a sua presença em ambientes estratégicos para se garantir apoio político em busca de resultados. A falta de fiscalização era histórica, em especial pela deficiência de fiscais para atuarem em toda Minas Gerais, que contava há pouco tempo com apenas cinco técnicos para fiscalizar todo o estado. Destaque-se, ainda, que os únicos produtores fiscalizados, geralmente eram os formais, o que de certa forma contribuía para que a produção informal continuasse sem ser incomodada. Com a parceria estabelecida com o IMA, ampliou-se significativamente o número de fiscais, ampliando a fiscalização também para o comércio e produtores clandestinos.

É... a fiscalização da cachaça foi para o IMA aqui em Minas Gerais é o primeiro, a primeira experiência disso aqui no Brasil e antes ficava a carga do Ministério da Agricultura (MAPA), mas eles tinham apenas cinco fiscais aqui, agora foi pro IMA, esse ano, esse ano assim, final do ano passado, mas efetivamente vai começar esse ano, foi pro... IMA e nós estamos saindo então de 5 fiscais, e estamos seguindo para torno de 50 fiscais, então se vê que a coisa vai apertar mais... e a ANPAQ conseguiu uma negociação muito importante com o IMA, que é o seguinte, antes o MAPA só fiscalizava o legal, e o só ia no informal por denúncia. Agora não 50% da fiscalização ainda é do legal, 25% no comércio e 25% nos clandestinos. Esse é o escopo do trabalho do IMA, na realidade você vai cercar a clandestinidade muito melhor, aí a ANPAQ fechando um convênio aonde o associado denuncia para a ANPAQ, o bar que está vendendo cachaça clandestina (informal) e o IMA é obrigado a ir. Esse e-mail vai para o IMA, sem aparecer o nome de quem denunciou nem nada, associado da ANPAQ e o IMA é obrigado de fazer a fiscalização dentro daqueles 25% de estabelecimentos. Já foi feita uma palestra lá no Mercado Central (de Belo Horizonte) onde teve uma repercussão muito boa e por agora o pessoal do IMA vai voltar novamente para fazer mais uma palestra lá. (ENTREVISTADO 2).

Ao se transferir a fiscalização para um órgão mais presente em Minas Gerais, a associação busca fortalecer também a luta contra a informalidade, porém o interesse da associação, conforme já apresentado, não é o de uma fiscalização punitiva a priori. As visitas também servem para identificar os estabelecimentos, bem como elucidar dúvidas e realizar orientação para que esses produtores em um primeiro momento sejam capazes de se organizar para uma formalização da produção, conforme apresentado a seguir:

[...]nós temos uma parceria com o IMA, uma parceria com o IMA, da seguinte maneira: que a gente não quer fechar, não é ideia da ANPAQ denunciar um alambique que está informal, certo? A ideia nossa é chegar perto desse indivíduo que é informal e ensinar as condições para tornar ele legal... Se o IMA for lá e fechar um alambique que tá irregular, a ANPAQ não tem como

fazer muita coisa, ela simplesmente... a ideia é que a gente vá trazer esse sujeito para a formalidade! (ENTREVISTADO 3).

Ao mesmo tempo, há uma nova estratégia de combate à informalidade que foi proposta também pela associação: em vez de se fiscalizar apenas os produtores informais, serão punidos os estabelecimentos que estejam comercializando produtos sem procedência. Para a associação, desta forma a bebida informal sofrerá restrição, garantindo o desinteresse de estabelecimentos que sejam fiscalizados em comprar a cachaça que não possua procedência (notas fiscais, selo de IPI, e etc.). Diante desse cenário de mudanças, a associação já se planejou e se preparou para apresentar e divulgar as novidades em curso, promovendo palestras em locais populares que possuam uma alta concentração de venda de bebidas informais, como no Mercado Central de Belo Horizonte:

Já foi feita uma palestra lá no Mercado Central (de Belo Horizonte) onde teve uma repercussão muito boa e por agora o pessoal do IMA vai voltar novamente para fazer mais uma palestra lá[...] É, para você ver... Na primeira conversa que teve lá no mercado central, eles falaram que foi marcada uma reunião lá... eles falaram que o que saiu de licor e cachaça clandestina ali do mercado central, foi negócio de doido. Só que foi uma conversa a princípio explicativa, depois vai vir a punitiva. E aí já está se preparando para uma data para fazer a punitiva. A gente quis começar ali no mercado central porque ali é o polo onde se vende mais cachaça de Minas Gerais, e do Brasil se bobear... E... aí... é... depois nós vamos partir para outros estabelecimentos. O que vai começar a acontecer é que a partir do momento que o vizinho viu que o cara três quarteirões dele foi fiscalizado e teve problema no bar dele, vai... é... ele também vai cobrar (ser cobrado), então nós vamos atacar duas frentes, uma é quem compra... porque é igual droga né... se você acabar com quem compra a droga, o vendedor de droga não vai ter pra quem vender... né? Então o IMA vai atuar tanto buscando o produtor informal... se você for numa cidade que tem oitenta alambiques clandestinos, fiscalizar um... todos vão ficar sabendo! Fechou um... todos vão ficar sabendo! Não precisa ir nos oitenta, entendeu... aí fechou um, aí a um mês fecha mais um, daí a pouco tá todo mundo correndo atrás, então... esse trabalho, a gente sempre precisou de ter a ANPAQ... O trânsito dela as vezes no ministério era mais difícil... com o IMA, a gente chama os caras, os caras sentam aqui e vem pra reunião com a gente... (ENTREVISTADO 2).

A mudança no escopo da fiscalização pode ser compreendida como um trabalho institucional que age de forma mais rigorosa sobre os comerciantes que até então contribuíam para fortalecer a informalidade no campo da cachaça de alambique. Ao interromper a comercialização da bebida informal, espera-se o enfraquecimento de um dos elos do mercado, com o conseqüente impacto na produção da bebida informal.

A fiscalização sob a competência do IMA visa a atacar as três formas de informalidade encontradas no campo da cachaça, em especial por mudar o foco de quem se fiscaliza, indo para os canais onde a cachaça informal é vendida ou consumida, comprometendo assim o interesse destes estabelecimentos em continuar comercializando a bebida informal.

A associação, portanto, compreende que o trabalho de defesa e valorização da cachaça formal irá ocorrer a partir do momento em que outros produtores comecem a ver o exemplo que possa a vir ocorrer com algum conhecido, conforme citado pelo entrevistado dois. A associação recorre mais uma vez a um ente estatal para garantir a possibilidade de mudança institucional, neste caso, a interrupção da informalidade, considerando a impossibilidade de agir como ente fiscalizador. As práticas de comércio também serão colocadas em xeque, trazendo assim uma nova reconfiguração institucional no campo organizacional, visando mais uma vez o combate à informalidade.

Todos estes trabalhos desenvolvidos pela associação demandam tempo e um contínuo reforço, para que haja a manutenção das novas práticas que buscam romper as crenças existentes que rodeiam o campo organizacional cachaça de alambique. A seguir, será discutido a percepção de associados acerca do reconhecimento da associação enquanto representante e se estes trabalhos institucionais têm sido suficientes para se garantir a eliminação da informalidade.

4.3 Reconhecimento e Legitimação Institucional: uma realidade em construção

Foram apresentados até aqui os aspectos que promoveram a informalidade no campo da cachaça de alambique, bem como os trabalhos institucionais que a associação vem desenvolvendo na tentativa de interromper esses fatores que contribuem para o alto índice de informalidade no setor.

Foram apresentados também os embates enfrentados pela associação nestes últimos anos a fim de trazer melhorias ao campo, como a busca pela valorização da cachaça, a partir de certificações, como o selo de qualidade, presença em eventos e concursos, além da promoção de cursos profissionalizantes para a melhoria da produção do destilado.

Em relação à defesa da produção e o conseqüente interesse na formalização por produtores que atuam na informalidade, a associação constituiu uma rede de atores, aumentando a sua presença em órgãos com proximidade ao governo, tais como a Câmara Técnica da Cachaça de Alambique em Minas Gerais e também na Câmara Federal de Membros da Cadeia Produtiva da Cachaça. Destaquem-se, ainda, os grupos de trabalho que analisam

regulamentações que possam ser prejudiciais ou benéficas ao campo da cachaça, além da conquista, junto aos representantes legislativos, da diminuição da tributação no campo da cachaça de alambique. Por fim, mais recentemente houve uma mudança no escopo de fiscalização, a princípio educativa aos produtores informais e punitiva aos comerciantes da bebida informal.

Considerando estes trabalhos desenvolvidos pela associação, foram consultados atores presentes no campo da cachaça de alambique quanto à percepção em torno destes trabalhos institucionais que a associação vem desenvolvendo para diminuição da informalidade, além do fortalecimento institucional do campo organizacional da cachaça de alambique. Alguns gestores da própria associação compreendem que poucos têm percebido seus esforços e atuação, especialmente os associados que pertençam a outras regiões que não a de Belo Horizonte, conforme pode ser vista na narrativa a seguir:

A ANPAQ é totalmente desconhecida na minha região. Em São Paulo temos tentando usar o nome da ANPAQ para valorizar os produtos dos associados, mas a ANPAQ continua desconhecida em São Paulo, salvo por alguns poucos especialistas, maitres ou jornalistas, mas um grupo realmente inexpressivo. (ENTREVISTADO 1).

A estratégia de atuar em determinada região em um primeiro momento se mostra importante, pois um trabalho institucional, de acordo com Caraiola et al. (2012) e Lawrence e Suddaby (2006), se inicia em um nível micro a partir de interesses individuais ou coletivos para posteriormente ser expandido para toda uma organização e/ou campo organizacional. Os trabalhos de base são focados no entorno onde se encontra a associação, devido à facilidade geográfica em se chegar a estes lugares.

Há, ainda, a percepção por parte da associação que a mesma agia apenas em Minas Gerais, com um foco maior na capital mineira e região, o que de certa forma também contribuiu para que a mesma perdesse representatividade quando o IBRAC passou a ocupar um espaço nacional. Portanto, constataram a necessidade de expandir os horizontes da associação, para que se garantisse um maior espaço, representatividade e conseguisse maiores conquistas.

Há, conseqüentemente, a percepção que o reposicionamento da associação em nível nacional se mostrou fundamental como uma forma de se atingir interesses de produtores do campo organizacional como um todo, conforme pode ser visto na narrativa a seguir:

Agora a ANPAQ nacional ela foi muito importante porque quando a gente tava em Minas, há 20 anos atrás, o movimento era basicamente só em Minas mesmo, só que hoje esse movimento da cachaça de alambique ele não é só em

Minas, então não dava para a ANPAQ ficar só em Minas, entendeu? E surgiu nesse meio tempo o IBRAC (Instituto Brasileiro da Cachaça), que tem um braço artesanal, entre aspas, e um braço industrial, e isso ele fica em Brasília. A gente começou a perceber que a gente estava perdendo representatividade e de certa forma, perdendo representatividade, que a gente enxergava uma atenção maior pro lado do industrial, entendeu? Então a gente teve a ideia de transformar a ANPAQ em Nacional pra gente garantir que a gente tá lutando a nível nacional e para ter mais representatividade com o governo, com o ministério da agricultura, porque sendo apenas mineira fica mais limitado. (ENTREVISTADO 2).

A nacionalização da associação é apontada pela entidade como um importante passo para seu fortalecimento enquanto representante mais antiga da cachaça de alambique, visando o fortalecimento de todo o campo. A importância deste processo é apontada em reportagem na edição 54 do institucional da associação como um dos motivos a serem comemorados:

Buscando acompanhar os novos tempos a AMPAQ-MG, modernizou a sua marca e em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2016, promoveu mudanças em seu Estatuto Social, ampliando a sua representatividade e abrangência para todo o território nacional e ampliando, também, o seu quadro social, de forma a atender a todos os elos da cadeia produtiva da cachaça e não somente os produtores, tornando-se a Associação Nacional dos Produtores e Integrantes da Cadeia Produtiva e de Valor da Cachaça de Alambique-ANPAQ. Muito mais do que trocar o M (de mineira) para incluir o N (de nacional) em sua sigla, a ANPAQ se antecipou aos anseios de união e fortalecimento do setor em prol de uma construção que precisa dos esforços e do pensamento de todos os elos da cadeia produtiva da cachaça. (CACHAÇA COM NOTÍCIAS 54, 2018).

A própria questão da legislação para produção é considerada pela associação como um dos entraves ao processo de formalização que produtores informais enfrentam, por ser decidida a nível nacional através de órgãos como o MAPA. Desse modo, justifica-se a importância da nacionalização para a busca de novas mudanças nestas legislações como forma de melhorar e flexibilizar aspectos para retirar produtores da informalidade. Observa-se a necessidade de uma diferente mobilização para ocupar-se espaços diversos, em busca de se atender os novos interesses.

A associação enquanto representante mineira acumula resultados importantes para o campo da cachaça de alambique no combate à informalidade, como o selo de qualidade, profissionalização do setor através da educação e representação perante entes públicos estaduais, o que confere à associação uma legitimidade para novos embates que devam ocorrer no processo de nacionalização, levando-a a uma posição de destaque.

Diante deste reposicionamento nacional, a associação precisa buscar diferentes parceiros que sejam capazes de reconhecer as conquistas já alcançadas no âmbito estadual. Tal busca por posições de poder e protagonismo configura-se uma forma de levar a nível nacional os trabalhos institucionais que já têm sido realizados em Minas Gerais, demandam uma mobilização para um crescimento na rede de atores. Esta rede sempre é necessária à legitimidade da associação, conforme apontado por Zietsma e McKnight (2009), pois apenas a associação dotada de interesses e capital simbólico, em especial indo ao nível nacional, não é capaz de sustentar sozinha as mudanças que quer promover em todo o campo organizacional, em especial frente a presença de outras entidades.

Diferente de quando a associação foi instituída, atualmente em nível nacional, existem outras entidades que também buscam desenvolver o mesmo papel da ANPAQ na representação da cachaça, o que demonstra a necessidade de uma maior atenção no processo de tentativa de empreender mudanças institucionais.

O crescimento da associação nestes últimos anos, também foi permeado por momentos de dificuldade, pois apesar de ser a primeira representante e com um maior capital simbólico, outras entidades de apoio à cachaça surgiram neste meio tempo, o que ao invés de somar, representou dispersões e rompimentos que não contribuíram com o campo da cachaça de alambique, nem com o processo de interrupção da informalidade, conforme pode-se observar na narrativa a seguir, do entrevistado 1:

A entidade passou a competir com diversas outras entidades nacionais ligadas à cachaça e criou inimigos poderosos. Minha impressão é que nestes últimos anos passamos mais tempo nos explicando e tentando nos entender com as entidades nacionais e até mesmo as demais entidades mineiras que se sentiram ameaçadas pela ANPAQ que trabalhando pela classe, com poucas chances de unir forças, pelo contrário. Não tenho impressão de que estamos caminhando para unir forças. As entidades jogam umas contra as outras e existe pouco esforço conjunto. (ENTREVISTADO 1).

Para se realizar os mais diversos trabalhos institucionais, sejam eles em qualquer nível, na interrupção, criação ou perpetuação de instituições, a formação da rede de atores se mostra necessária para que o empreendedor institucional possua sustentação para ser legitimado, uma vez que os empreendedores institucionais dependerão do apoio desta rede para apresentar uma mudança institucional nas organizações ou campo organizacional (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; CORAIOLA et al. 2012). A cachaça industrial e de alambique sofrem com o alto número de produtores informais, o que demonstra a necessidade de uma caminhada conjunta que seja capaz de unir esforços na busca de mudanças para o campo organizacional como um todo.

Um ambiente institucionalizado, ao perceber uma possibilidade de mudanças pode se movimentar para que estas mudanças não ocorram, o que também pode ser responsável por causar a apreensão em outras entidades que sejam mais recentes e ocupem outros espaços dentro do campo organizacional da cachaça de alambique. Pode ocorrer também o conflito de lideranças, pois segundo Lawrence, Leca e Zilberman (2013) e Lawrence e Suddaby (2006), para se empreender um trabalho institucional, há necessidade na grande maioria das vezes, de se ocupar espaços de centralidade em organizações ou campos organizacionais, conforme visto também anteriormente.

Apesar da ANPAQ ter se tornado uma entidade nacional, a imagem dela, pelo que pude comprovar em várias ocasiões, é de ser uma entidade que representa um pequeno grupo de produtores e prestadores de serviços da região de Belo Horizonte. Seus eventos e ações estão mais focados em Belo Horizonte. Não tenho visto seus representantes em eventos fora de BH. Outras entidades mineiras são mais conhecidas no interior de Minas e em São Paulo, como o IBRAC. (ENTREVISTADO 1).

Há ainda a percepção que mesmo a associação tendo alterado sua atuação para o nível nacional, ela continua atuando fortemente em Minas Gerais. Isso se justifica mediante a natureza da organização, que a princípio estava interessada na cachaça de alambique no estado. Se reposicionar, portanto, não deve ser percebido como um rompimento com este setor em Minas Gerais, pois a associação possui todo um aparato em defesa da cachaça de alambique através de diversos trabalhos institucionais anteriores que não podem ser abandonados.

Neste sentido, a associação deve recorrer ao constante policiamento das práticas já desenvolvidas em nível estadual, como forma de deixar um ambiente estável e buscando também um aumento de legitimidade no campo organizacional. Este policiamento, para Trank e Washington (2009) se dá a partir de um constante monitoramento e fiscalização das novas práticas inseridas no campo organizacional, como forma de manter os interesses de atores sendo desenvolvidos e incorporados no dia a dia, como meio de expandir essas práticas a todo campo.

As conquistas atingidas pela associação em âmbito estadual a partir dos trabalhos institucionais por ela já desenvolvidos, darão suporte para agência em nível nacional. Ao se firmarem em práticas já difundidas, amparados por experiências anteriores, buscarão modificar e mobilizar novos atores em nível nacional com a legitimidade já adquirida anteriormente, por isso a necessidade de se revisitar e policiar os trabalhos institucionais. A associação já possui competências e habilidades práticas para moldar o campo organizacional de acordo com seus

interesses, e deve buscar agora a facilitação, complementação e apoio às práticas já difundidas anteriormente, na busca de mantê-las no campo organizacional.

Assim, conforme discutido por Zietsma e McKinght (2009), há a necessidade de um constante e recorrente trabalho institucional para se interromper instituições, neste caso, atenção especial a possíveis ambientes institucionais que sejam prejudiciais ou desfavoráveis à cachaça de alambique.

Há, portanto, a necessidade de aumentar a participação da associação em outros ambientes a fim de fortalecer a rede de atores, para que se consiga realizar novos trabalhos institucionais a fim de garantir a representatividade que a entidade visa promover aos seus associados. Além da busca pela representatividade, a associação precisa trabalhar simultaneamente pela aproximação e fortalecimento de seus associados, como forma de apresentar constantes reforços às redes de atores.

Esta guinada rumo à nacionalização da ANPAQ trouxe outra mudança que também modificou muito o caráter representativo da associação. Se antes a associação tinha como objetivo representar apenas os produtores da cachaça de alambique, com o novo escopo, qualquer ator que faça parte da cadeia produtiva da cachaça pode ser associado, tais como produtores, prestadores de serviços, dentre outros.

É uma visão estratégica da associação, procurando englobar novos associados, porém para o entrevistado 1, essa ação representa uma perda de identidade organizacional. Contudo, este entrevistado reconhece que a mudança tornou-se necessária, tendo em vista que em sua percepção a associação não estava mais atingindo os objetivos a que se propunha inicialmente e vinha perdendo forças nos últimos anos, em especial ao ter que enfrentar novas entidades representativas da cachaça tanto no âmbito estadual, quanto no âmbito nacional:

A MUDANÇA DE AMPAQ PARA ANPAQ - A AMPAQ ORIGINAL, a associação mineira tinha verdadeiramente um caráter representativo, visto que era uma ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DE ALAMBIQUES MINEIROS. Este caráter representativo se perdeu com a mudança para a ANPAQ. Não posso criticar porque o fato é que a AMPAQ - com M - não atingiu seus objetivos. A AMPAQ não “decolou” e estava próxima da extinção. Nos últimos anos não havia sequer interessados em formar chapas para disputar a diretoria. A entidade era suportada pelos fornecedores de serviços e equipamentos para alambiques que viam (e veem) na entidade um cadastro de clientes potenciais. Os maiores interessados na AMPAQ são os prestadores de serviços. Os associados produtores de cachaça não se interessavam pela AMPAQ e não participavam das reuniões. (ENTREVISTADO 1).

Além desta mudança no escopo da associação, há um destaque da baixa participação dos associados nas reuniões e este fato pode ser prejudicial para a construção conjunta de estratégias que valorizem e representem a maioria dos associados, além de comprometer a legitimação da organização para desenvolver ações que buscam também combater a informalidade, pois conforme amplamente visto, o empreendimento de mudanças institucionais demanda apoio ao empreendedor, para uma sustentação às mudanças, sendo os próprios associados parte importante desta rede.

Mesmo com essa percepção em relação à mudança de identidade da associação, há também uma busca pela melhoria para o campo da cachaça como um todo. A atuação nacional da associação tem por objetivo ampliar a rede de atores quantitativa e qualitativamente, promovendo a integração e facilitando a comunicação, indo ao encontro da necessidade de uma mobilização que possua apoio, tendo em vista os novos espaços ocupados pela associação no processo de nacionalização em busca de mudanças.

Esse novo escopo de ação confere a legitimidade necessária para que a associação ocupe novos espaços de negociação e poder, para além das fronteiras de Minas Gerais. Para o entrevistado 1, a informalidade não se apresenta apenas entre os produtores de cachaça de alambique, mas há um envolvimento de toda a cadeia de produção e consumo:

O pequeno fazendeiro que monta um alambique informal na sua fazenda não se dispõe a fazer nem a pagar por toda esta burocracia. De certa forma, ele não está errado porque não vai conseguir emitir nota contra o comércio. Acredito que o problema da informalidade dos alambiques se estende por toda cadeia de consumo da cachaça, desde os trabalhadores informais que cortam a cana, ao alambique, aos distribuidores e comércio e aos consumidores. (ENTREVISTADO 1).

Quando a associação abre a possibilidade de inclusão de novos atores no quadro de associados visa envolver aqueles que também estejam mobilizados com a diminuição da informalidade. Portanto as ações abrangem desde a venda de equipamentos, insumos, até a prestação de serviços, o que pode auxiliar o processo de fortalecimento da presença da associação em outros lugares que não apenas na região metropolitana de Belo Horizonte.

[...]então a ANPAQ ela vem realmente preenchendo um espaço, né, e ela vem focada muito na parte técnica, profissionalização e parte técnica, onde ela quer ser um suporte técnico para o produtor, um suporte de garantia da qualidade, um suporte desta questão da ilegalidade, frente ao ministério da agricultura, construindo pontes para melhoria dos que são legais, e meio que fechando para os que não estão legais ali. Daí voltamos mais uma vez a importância de ser nacional, como a entidade mineira ia brigar lá no ministério da agricultura?

Com muito mais dificuldade se não é entidade nacional, então por esse motivo a gente conseguiu realmente ter mais voz. E a princípio o setor teve um pouco de resistência com isso, “ué pô o negócio é nacional, mas com sede em Minas Gerais?” Mas agora estão entendendo a importância de se ter uma entidade só de alambique a nível nacional. (ENTREVISTADO 2).

A nacionalização trouxe, portanto, a percepção que a associação esteja conseguindo ocupar novos espaços, rompendo a fronteira mineira e, dando maior visibilidade para a cachaça de alambique. Considera-se que as outras organizações no âmbito nacional não representam diretamente a cachaça de alambique, mas sim os produtores industriais da bebida, ao contrário da associação que busca defender os interesses dos produtores de alambique. Esta percepção se dá frente a uma tentativa de mudança na Instrução Normativa 13, que regulamenta a produção da cachaça. Essa tentativa de mudança foi incentivada por outra entidade presente no campo da cachaça de alambique, o IBRAC, conforme pode ser verificado na narrativa a seguir:

[...]uma das discussões que vamos ter, é em torno da IN13 (Instrução Normativa nº 13), que determina carbamato, determina componentes secundários, determina uma série de coisas que a cachaça tem que seguir. Dentro dessa queda de braço, a cachaça industrial lá no IBRAC, que é o órgão que eu tô te falando que fica lá em Brasília, ela queria diminuir a quantidade de componentes secundários, ela queria aumentar o percentual de carbamato, ela queria permitir que entrasse com destilado alcoólico simples e fosse chamado de cachaça, ou seja, ela queria mudar a legislação voltada a favorecer a cachaça industrial e com técnicos falando que não tem problema, inclusive nesse evento lá em Tiradentes, nós vamos colocar dois caras que eu sei que são a favor da cachaça industrial e dois caras, entre eles eu e mais um que são a favor da cachaça de alambique para criar um fórum de discussão com informações para os dois lados. Essa informação chegou para a ANPAQ a princípio e aí que nós gritamos e brigamos, entendeu, e conseguimos segurar essa história de forma que não foi alterada a IN13, e resolvesse discutir mais, porque ia ser na virada de um governo pro outro que ia acontecer isso. (ENTREVISTADO 2).

Na percepção da organização seria arriscado essa mudança na instrução normativa, pois esta flexibilização seria capaz de trazer novos concorrentes e diminuir a qualidade da cachaça de alambique. Resgata-se aqui também a preocupação da associação quanto a entrada da cachaça industrial ou do destilado alcoólico simples, que pode comprometer o mercado da cachaça de alambique formal. Por isso o interesse da organização também nos cuidados ao se fiscalizar os informais de maneira educativa e não punitiva, pois na sua percepção, a ausência abrupta da cachaça informal pode facilitar a entrada de outros produtos para ocupar um lugar que fica ausente. O processo educativo funciona como parte inicial, pois um trabalho de

descrédito de instituições ocorre gradativamente e aos poucos, conforme apontado por Lawrence e Suddaby (2006).

Aqui mais uma vez a associação visa realizar de maneira informativa e educativa um debate em torno dessas mudanças, como forma de conscientizar produtores e membros do campo da cachaça de alambique sobre as consequências que uma mudança normativa pode acarretar no processo de formalização. Há ainda uma maior aproximação com esferas federais para uma nova tentativa de mudança no setor, bem como garantir vitórias já conquistadas, frutos de outros trabalhos institucionais realizados pela organização, conforme pode ser visto também na narrativa a seguir:

É, daí, de antemão conseguimos uma conversa com a futura ministra [da agricultura] e conseguimos breca ali, porque a IBRAC foi atrás dela. Daí a coisa parou e vai discutir mais, então isso, nessas atitudes da ANPAQ, os cursos que a gente criou; o CAQ que é o Conselho de Auto-fiscalização da Qualidade que atua no nosso selo, treinamento, a ANPAQ hoje em dia também tem feito laudos sensoriais para associados e não associados, atendendo pessoas que não fazem parte da ANPAQ, a gente cobra mais caro, mas faz sim esse trabalho e esses laudos sensoriais são realmente muito importantes. (ENTREVISTADO 2).

Observa-se, portanto, que a interrupção institucional da informalidade é buscada a todo o momento, como, por exemplo, a aproximação a entes governamentais capazes de trazer alguma solução para a melhoria do campo da cachaça. Nesse caso relatado pelo entrevistado 2, o objetivo era assegurar a qualidade, evitando a comercialização de bebidas que possam concorrer diretamente com a cachaça de alambique, empregando a denominação de cachaça, sem, contudo o ser de fato. A busca pela nacionalização é marcada também pelo desafio em torno da continuidade dos serviços já prestados pela ANPAQ, agora em âmbito nacional. Entretanto, na percepção do associado, entrevistado 6, a seguir, ainda há muito a ser feito:

Cursos eles até colocam no mercado sim, mas por exemplo, curso mesmo via de regra... você tem os paralelos, você tem a ESALQ, a ESALQ é que mais manda curso. Você vai num curso tem 3, 4, 5 cursos pro ano inteiro, se você deixar, você ficar só fazendo curso, você não vende, mas a ESALQ é quem apresenta, eles tem lá a divisão de destilados que é ligado dentro do departamento de alimentação de pesquisas, então lá sim você tem. Da ANPAQ... Da ANPAQ eles têm a relação de cursos que vem aqui, mas por exemplo, como sendo órgão que me representa, entre aspas a gente, eles tem muito cursos que são feitos em Belo Horizonte... eu tô a 500 quilômetros de Belo Horizonte... Não, não chega pra gente mesmo... A ANPAQ nós não tivemos uma visita da ninguém da ANPAQ na Expocachaça... Eu fiquei lá quatro dias... Tava dentro de Belo Horizonte... (ENTREVISTADO 6).

A partir desta narrativa, percebe-se, mais uma vez, certo distanciamento de associados que estejam mais afastados da região metropolitana de Belo Horizonte, o que favorece a procura pelo produtor de outros parceiros que sejam capazes de auxiliar no processo de produção da bebida. Esse ponto pode ser prejudicial para a associação, considerando que tornar-se associado não significa acesso imediato a benefícios que atendam às necessidades dos produtores.

A estratégia de nacionalização é importante, mas precisa ser planejada e organizada para que não haja dispersão, conforme citado acima, levando em consideração a importância da rede de atores associados que dão sustentação às práticas difundidas pela associação. Considerando, ainda, essa expansão da associação, parceiros como universidades, instituições e órgãos governamentais, podem ser importantes para que a nacionalização mantenha a rede coesa, o que pode auxiliar no processo de aproximação com associados que estejam mais afastados geograficamente.

Vale destacar, contudo, que o associado (entrevistado 6) compreende a complexidade da rede e a limitação do escopo de atuação da associação, pois ao depender de parceiros como entes estatais, algumas ações podem não ser tão efetivas para os produtores, como, por exemplo, problemas estruturais que fogem à competência de atuação da associação. Na sua percepção, por mais que o novo modelo de fiscalização, transferido ao IMA, seja positivo, na sua percepção, esta ação pode não ser efetiva contra a informalidade:

Nem pelo IMA, nem pela ANPAQ e nem por ninguém... Não é que eles não querem... no Brasil eu acho que a gente não tem estrutura pra isso cara... vamos pensar... Um dia eu tava conversando com... um general aposentado e a gente falava daquela ação tempestade no deserto nos EUA que mandou 330 mil soldados no Iraque, lembra? E descarregaram no deserto, foram na mão contrária, pelo deserto pra Bagdá... Imagina que são 330 mil soldados, suponha que hoje eles caminham, amanhã cedo eles levantam e cada um vai comer 1 pãozinho francês... são 330 mil pãozinhos francês... aí eu parei pra pensar na logística... o grande problema da guerra é a logística. E a gente vive numa guerra comercial de todos os lados... Como é que você vai fazer? A sede do IMA fica em BH, na capital? O que você vai fazer? Vai precisar de carro... vai licitar carro? Quantos carros... quantos caras tem que ser? Pra verificar o que, onde? Estado de Minas, todos eles? Por que a cachaça informal tem no país inteiro... Eu não sei se você já viu um programa que passa no National Geographic, dos caras destilando as coisas no meio da selva, escondido... Eles destilam qualquer coisa, faz uma bebida maluca e tal, tudo na informalidade e escondido no meio do mato... porque lá se pegar tá lascado mesmo, lá tá! Então eu não acredito que eles têm estrutura pra isso... E se tiverem, o primeiro lugar que eles vão visitar sou eu... é a Prosa Mineira, é a Vale Verde... eles vão nos que tão aparecendo. Então na verdade nós deveríamos ser os últimos. É aquela velha história, eu sou mecânico, mecânico profissional... Se você levantar um carro seja ele o mais novo que for, eu vou achar algum defeito... É só querer achar algum defeito que acha. (ENTREVISTADO 6).

Sob a ótica do trabalho institucional e retomando a discussão teórica, pode-se afirmar que os atores (coletivos ou individuais) desenvolvem esforços capazes de influenciar os campos organizacionais o que demonstra como gestores e associados de determinada associação são capazes de desenvolver e promover ações para criar, manter ou interromper as instituições, de forma que sejam capazes de legitimar o campo da cachaça de alambique, onde se inserem. Lawrence, Leca e Zilber (2013). Assim, percebe-se pela narrativa do entrevistado 6 sua análise enquanto associado sobre a interrupção da informalidade.

Há também a percepção que algumas ações da associação precisam ser reforçadas após nacionalização, para não comprometer trabalhos que já tenham sido legitimados no campo da cachaça de alambique em Minas Gerais. O Entrevistado 4 apresenta essa percepção na sua narrativa, quando resgata a própria ideia de selo de qualidade, que a associação trabalha mais amplamente no processo de valorização da bebida, por exemplo:

[...]o próprio selo, tem que ser lembrado, porque como eu falei, a questão do selo... não adianta só por lá o selo, porque daqui a pouco se a gente não contar pro Brasil inteiro já que ela é nacional, o que aquele selo significa, ele não tem valor, você concorda? O selo, o certificado, enfim, as comendas, as medalhas, elas só fazem sentido a partir do momento que o, quem tá do lado de cá [consumidor] ele entenda que aquilo faz sentido, então eu encontro com o César Cielo, bato o olho numa medalha de Ouro eu falo: Olimpíada? Entendi! Olimpíada, ouro, ah é aquele menino da natação, né?! Agora se eu olho pra ele e não sei que aquilo, aquele símbolo significa olimpíada, aquilo ali não tem valor pra mim. Então não adianta se eu pegar uma garrafa e não entender ao bater o olho que aquele símbolo significa ANPAQ, que aquilo ali significa uma garantia da qualidade daquela cachaça, que eu posso comprar tranquila... aquilo não faz sentido. Aí é o papel da ANPAQ, trabalhar pra que as pessoas, o consumidor entenda isso! (ENTREVISTADO 4).

A ANPAQ desempenha, portanto, um relevante trabalho institucional no campo organizacional da cachaça, considerando o seu protagonismo neste campo e sua força social ao ocupar e legitimar o espaço dos produtores mineiros de cachaça de alambique. O desafio agora é influenciar a agenda pública, representar o campo e manter sua força social em âmbito nacional exercendo controle e criando projetos de interesse público. Nesse sentido, a associação será capaz de manter sua força e legitimidade no campo organizacional da cachaça.

Nesta mesma direção o entrevistado 11 aponta que a maior ligação dele com a associação neste momento se dá em torno do uso do selo de qualidade, mas que ele não tem percebido ultimamente quais são as vantagens que o próprio selo agrega para a venda do seu produto, tendo em vista que em um momento a falta do selo não comprometeu a venda da sua produção:

A história com a ANPAQ é a seguinte, é... ela é uma entidade que defende uma, um organismo que defende os interesses da cachaça, mas por exemplo, via de regra, mesmo, Raphael, que a gente tem da ANPAQ mesmo, muito presente é o selo. [...] com a questão da greve dos correios era pra gente retirar os selos no endereço que eles deram, lá... Tinha que retirar, mas tinha que ser até as 17:00 horas do dia que eu tava indo pra lá, eu cheguei lá as 22:00 horas da noite, fui lá pro evento, descarreguei a carga que eu tinha que descarregar, cheguei no hotel as 23:30. E no outro dia eu liguei na ANPAQ e disse: eu não consegui. E eles me disseram "ah, então tem que esperar passar [o evento], esses dias pra ver como é que vai ficar... ainda demorei um mês pra receber o material deles. Aí eu mandava [vendia] sem o selo... E eu te pergunto... Fez diferença nas vendas? Não!

Neste sentido, a análise dos resultados desta dissertação aponta que a associação, dada a sua nacionalização, passou a enfrentar novos desafios, entre os quais destacam-se a redefinição do seu papel político em defesa dos interesses dos associados e a manutenção do trabalho institucional de transformação do campo organizacional da cachaça de alambique. A sua legitimidade organizacional e representatividade política dependerão da sua capacidade de dar respostas aos problemas vivenciados pelos diferentes atores, principalmente aqueles relacionados a informalidade. Estes desafios foram descortinados por um dos entrevistados, ou seja:

Eu não consigo ver uma estratégia contínua, eu não consigo perceber isso... e talvez seja esse o ponto que ela precisa melhor mostrar o que ela faz de forma contínua pra que ela tenha mais associados e seja mais valorizada e as pessoas queiram participar ali com ela... O que eu quero dizer é o seguinte: eu não tenho dúvidas que ela está o tempo inteiro combatendo a informalidade... O tempo inteiro em defesa do produtor em relação a informalidade e aí quando ela faz essa defesa do produtor ela beneficia quem é associado e quem não é, claro! Mas eu acho que não é tão claro os trabalhos e os projetos, você entendeu? Ela tá fazendo... Mas isso está sendo feito na forma de projeto, com desdobramento e planejamento? Não sei, eu não sei te falar! Se está sendo feito e talvez até esteja... Isso não é claro para o mercado, para a cadeia, não é tão claro, sabe? Enquanto projetos. (ENTREVISTADO 4).

No extrato de narrativa acima este associado chama atenção para a necessidade de melhoria do processo de articulação entre a associação, poder público, cooperativas e com o IBRAC que também tem se destacado por realizar um trabalho institucional em defesa da redução da carga tributária e do cumprimento do marco jurídico legal que regulamenta a produção e comercialização da cachaça produzida em todo território brasileiro.

Conforme discutido na revisão feita nesta dissertação, as associações são fundamentais para o estabelecimento de espaços democráticos, auxiliando no desenvolvimento dos mais

diversos setores no enfrentamento de situações empresariais, por exemplo. Pessoas físicas ou empresas, ao se organizarem a partir de uma associação, buscarão através de ações coletivas e representativas, a possibilidade de resolver problemas, atender demandas do setor, atingir metas e objetivos que representarão o interesse comum a partir da ideia de associativismo (TOMMASO; SILVA; POLONIATO, 2007).

Por mais que haja bandeiras diferentes para cada uma das entidades, pois o IBRAC possui uma atuação mais forte em torno dos interesses dos industriários, uma reaproximação e o desenvolvimento de um trabalho em conjunto entre a ANPAQ e essas outras entidades representativas, pode auxiliar na formulação de propostas que sejam benéficas aos dois campos, ao invés de um rompimento entre as duas entidades. No extrato de narrativa abaixo, por exemplo, há um destaque para a importância de uma atuação política forte, para propor melhorias ao campo, em especial para o combate à informalidade. Há o reconhecimento que a associação é capaz de desenvolver essas atividades, mas uma sinergia entre ANPAQ e IBRAC pode ser ainda mais produtiva para o setor:

[...]eu percebo que o IBRAC, sobre essa questão legal ele tem uma atuação infinitamente maior. E é a minha referência, porque eu não tenho muitas outras referências no mercado. Nós temos a ANPAQ e temos o IBRAC, o IBRAC ele tem essa política forte, é uma bandeira que ele põe lá, talvez porque as industriais também estão lá e falam isso [...] eu achei uma pena o certo rompimento da ANPAQ e da IBRAC... Eu gostaria de ver as duas instituições trabalhando... eu não digo juntas, mas no mínimo com alguma sinergia. Então é necessário, se a ANPAQ for mesmo pelo que tudo indica, fazer essa caminhada solo, o que ela pode fazer, que ela tem força pra isso e pode fortalecer cada vez mais, ela precisa ter um braço político um pouco maior... porque isso é política pura, isso é lobby, isso é corpo a corpo junto aos órgãos, isso é um trabalho grande... se não vai ficar vendido toda vez. Vendido no seguinte: "olha, tá acontecendo isso", aí cê vai lá corre e resolve, tudo bem, não é que você vai ficar, um *by pass* total, lógico que não, mas você concorda que é muito melhor quando você vai no início, tá a sementinha lá, e você entra molhando do seu jeito, colocando o fermento que você quer... o adubo que você quer, então é diferente, então, eu percebo que a ANPAQ quer ter esse papel, ela pode ter esse papel, ela faz isso igual agora ela tomou pra si e está fazendo uma grande discussão, mas se ela não tiver uma pessoa, que é esse olheiro que tá fazendo esse corpo e pra isso precisa de dinheiro... eu acho que é ruim pra ela, e o IBRAC ele tem já esse papel e esse, não só o papel, mas esse posicionamento de de... desse tipo de coisa, então por isso eu gostaria que as duas tivesse com mais sinergia. (ENTREVISTADO 4)

O reposicionamento a nível nacional apresenta a necessidade da busca por espaços que facilitem acesso a entes governamentais que sejam capazes de exercer pressões para mudanças, seja através de leis, políticas públicas, dentre outros, conforme apontado por Lawrence e Suddaby (2006), acerca da importância de atores que possuam esse poder, pois através de

mudanças via regulamentação, por exemplo, há a possibilidade de se empreender com maior sucesso um processo de interrupção institucional. Uma perda de centralidade e um afastamento destes espaços políticos podem ser prejudiciais no desenvolvimento de qualquer que seja o trabalho institucional.

Portanto, cabe à associação começar a analisar os pontos positivos e negativos que ainda estão presentes no campo em relação a uma representatividade do setor, pois conforme apresentado pelo entrevistado 4, uma perda em um espaço nacional, como na parceria com outra entidade, pode atrasar novas mudanças que tenham a necessidade de serem realizadas a partir de apoio político, por exemplo.

A associação para se fortalecer neste processo, precisa melhorar a comunicação e a aproximação com seus associados, e também com outras entidades representativas, tendo em vista que isto se mostra fundamental para se conquistar uma maior legitimidade, em especial a partir do interesse da nacionalização e frente a outros agentes representativos que se encontram no campo organizacional. Na narrativa seguinte, por exemplo, o associado demonstra uma insatisfação com organizações associativas nas quais esteve presente anteriormente, mas que espera mudar essa percepção com a ANPAQ, na conquista de melhorias:

Claro que tudo que a gente procura é pra somar. Então... É... nosso intuito é esse. Buscar benefícios. Percebo que onde que tá a dificuldade... eu lembro que quando papai tentou buscar várias atividades que fosse é... cooperativa, associar em algumas coisas, nós tivemos já muitas decepções e espero que com essa a gente não tenha esses transtornos, porque... as pessoas não entende que as vezes assim, porque como a gente ficava desacreditado de muita coisa, então na nossa caminhada foi muito sozinha... Porque a gente precisa de ir... até você mostrar pro outro aonde que ia, então não é fácil, foi com quem nós tentava associar e não caminhava, então a gente deixava e partia sozinho, que não diretamente ainda pela ANPAQ, porque nós buscamos muito os nossos meios, mas eu espero que por lá a gente consiga alguma coisa. (ENTREVISTADO 5).

Como forma de melhorar a aproximação com os associados e informais, para o entrevistado 4, a criação de um portfólio de serviços pode ser uma forma de demonstrar o que pode ser esperado da associação, pois desta forma, há uma publicização de quais são os projetos que estão em andamento, o que associados e futuros associados conseguirão ter acesso a partir de outros projetos e conquistas que já foram feitos e alcançados através das ações da associação, além de apresentar de forma clara as vantagens em ser um associado:

Mas eu acho o seguinte, as instituições de classe, representativa, elas têm que ter um portfólio de serviços e prestação de serviços para, para seus associados, né... o quê que acontece... se ela... não oferece isso, ela começa a ser menos relevante... então eu acho que a ANPAQ... Qualquer uma... eu trabalhei alguns anos na Fecomércio, e tive um monte de contato com sindicato e era exatamente isso... qual era o desafio do sindicato para ter um monte de lojistas associados? Então é a mesma lógica, pera aí, então tá... então a ANPAQ pode melhorar o seu portfólio de serviços... Mas melhorar no quê? Não, vamo perguntar pros associados! Ela já fez uma pesquisa pra saber como é que isso? Porque as vezes ela vai descobrir que o quê o associado quer é principalmente que ela faça a defesa dessa questão, das leis, e ela vai direcionar pra isso, concorda... (ENTREVISTADO 4).

Nesta mesma direção, vai a percepção do entrevistado 5, que compreende que a associação precisa se aproximar mais dos associados, buscando ouvir as reais demandas e interesses dos mesmos, fundamental para o desenvolvimento de novas estratégias além do fortalecimento dos produtores que estão tanto associados, quanto os informais, como forma de aproximar também as pessoas que ainda não se interessaram pela formalidade:

Podia aparecer mais (ANPAQ)... cursos, eventos... Vou chamar de proximidade, mas não sei o que poderia ser. Penso que já começando a ouvir as pessoas, o porque eles estão de lá pra trazer eles pra cá... Sabe como que as pessoas chegam na gente? Ah, porque eu tenho isso, aquilo e aquilo outro... Não... Vem aqui e pergunta, o que vocês estão precisando, o que vocês acham difícil... sabe esses questionários, dessa forma que vem, pra você poder ir se abrindo e mostrando... ah eu acho que eu sei quem pode te ajudar... fulano pode... que vai ser e tal... vai ser... Eu acho isso importante! (ENTREVISTADO 5).

Há ainda uma preocupação em torno dos novos desafios que a associação tende a enfrentar nos próximos anos, pois na percepção do entrevistado 4, o reposicionamento e os trabalhos já desenvolvidos pela associação soam como uma possibilidade de se fortalecer ainda mais no campo, em especial frente à possíveis embates políticos que podem surgir no processo da nacionalização.

Há um destaque para a necessidade de tempo para que essa legitimação em nível nacional ocorra, pois conforme também verificado, empreender mudanças institucionais demandam tempo e habilidade para desenvolvê-las, tendo em vista que os trabalhos institucionais, especialmente os que se atenham à interrupção institucional, ocorrem de forma gradativa, nem sempre impactando diretamente sobre a instituição que se deseja modificar (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Merece também atenção a necessidade da incessante busca pela aproximação com associados e, desta forma, compreender quais são as demandas dos

mesmos. Há também uma preocupação em torno de como e quais ações devam ser priorizadas no campo organizacional nacional:

Eu acho que assim, eu acho que ela vem num processo muito bom de evolução, né, mas eu acho que essa ANPAQ nova, do nacionalização, ela tem que evoluir, ela acabou de nascer a nacional, eu acho que ela tá aí pra provar a que ela veio, eu ainda não consigo ver... Eu acho que as intenções são ótimas, eu acredito que eles estão e vão fazer um ótimo trabalho, mas eu acho que precisa de tempo pra mostrar um pouco mais de serviço, porque isso aconteceu tem um ano e pouquinho, talvez, é muito pouco, as pessoas ainda estão sem saber como vai acontecer. (ENTREVISTADO 4).

Por fim se mostra fundamental uma maior concentração da associação em torno de um fortalecimento nesse momento de reposicionamento a nível nacional. As ações desenvolvidas pela associação na busca de melhorias para os produtores de cachaça de alambique no campo organizacional, o que contribui tanto para os associados quanto para os que não são, atraindo atenção também dos informais. Porém, ainda são grandes os desafios que a associação possui para conseguir atender as mais diversas demandas, em especial relacionada à informalidade.

Quando a associação não consegue garantir a representatividade dos seus associados ou possíveis interessados em associar-se, abre espaço para que outras entidades representativas possam de fato ocupar esse lugar, o que pode contribuir para uma mudança institucional no campo organizacional que não represente os interesses dos produtores da cachaça de alambique, por exemplo, conforme já explicitado anteriormente.

Diante dessas questões, existe uma percepção de que o trabalho institucional realizado pela associação possui os seus méritos e contribuições para a transformação do campo. Todavia, há muito a ser feito no que concerne à informalidade, sendo necessário compreender também as limitações que a associação possui, enquanto entidade representativa:

O que eu vi de progresso real com os esforços de trazer o setor para a formalidade nestes 34 anos de convívio com o segmento de cachaça? Ao longo destes anos que nos dedicamos à produção de cachaça, não sentimos que tenha ocorrido qualquer avanço EFETIVO para tirar os alambiques da informalidade. (ENTREVISTADO 1).

Na visão de alguns entrevistados há a necessidade de se intensificar a mobilização e participação dos seus associados. Para tanto, eles recomendam a melhoria da comunicação e fortalecimento da rede de relacionamentos, pois a legitimidade da organização dependerá cada vez mais da sua capacidade de defender os interesses de diferentes atores que participam do

campo da cachaça. Destaque-se que nesse momento histórico a associação tem vivido rumo a nacionalização, como a abertura para novos associados que não são produtores, e a própria revitalização da associação são uma nova possibilidade de se enfrentar possíveis entraves que estejam presentes no campo organizacional.

Aponta-se para a necessidade de uma melhor promoção do processo de certificação e selo expedido pela ANPAQ, em vias de demonstrar sua importância para outros atores, como consumidores por exemplo. Novos parceiros que sejam capazes de diminuir a distância geográfica de produtores formais ou informais, tais como universidades e associações locais também podem ser positivos neste processo, e por fim, melhorar o trabalho educacional em torno da bebida, bem como aumentar a publicização dos interesses principais da associação e os retornos já atingidos com os últimos projetos que tenham sido desenvolvidos por ela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cachaça tem 500 anos de história, a ANPAQ tem trinta e temos pelo menos mais uns trezentos anos de trabalhos a serem desenvolvidos. (ENTREVISTADO 2).

Esta dissertação de mestrado em administração teve por objetivo compreender o trabalho institucional realizado por gestores da Associação Nacional de Produtores e Membros da Cadeia Produtiva da Cachaça (ANPAQ), evidenciando as contribuições deste trabalho para a interrupção da informalidade e legitimação desta organização. Para tanto, retrataram-se os aspectos históricos e contextuais acerca da formação da informalidade no campo da cachaça de alambique, foram analisadas as especificidades do trabalho institucional de interrupção da informalidade da produção e mercado da cachaça e as contribuições do trabalho institucional para a construção da legitimidade dessa associação.

A informalidade enquanto instituição está presente no campo da cachaça desde o Brasil colônia, portanto, trata-se de uma instituição que foi socialmente construída a partir da instalação dos primeiros engenhos de açúcar que faziam parte do movimento econômico que ficou conhecido por clico da cana de açúcar.

A discussão e análise dos resultados deste estudo evidenciaram que o processo de institucionalização da informalidade contribuiu para construção histórica do simbolismo em torno da cachaça de alambique. Desde então, a cachaça passou a ser reconhecida como uma bebida de escravos e de pobres. Esta condição sócio histórica acabou contribuindo para construção de uma narrativa estigmatizada que produziu uma imagem negativa que afetou durante muitos séculos a reputação da cachaça no mercado consumidor. Em certos momentos da sua história, a cachaça foi proibida pela coroa portuguesa por considerá-la uma ameaça ao mercado do vinho produzido na corte. A comercialização da cachaça historicamente sempre foi e continua sendo fortemente tributada. Além disso, o consumo de bebidas alcoólicas, incluindo a cachaça, passou a ser considerado como um problema de saúde pública. Estes aspectos, como evidenciam os resultados dessa dissertação, foram determinantes para construção social da informalidade enquanto instituição que resistiu ao tempo. Assim sendo, um enorme volume de cachaça continua sendo produzido por unidades de produção à margem da regulação do estado.

Contudo, desde a década de 1980, a informalidade e a qualidade da cachaça vem sendo objeto de debate e discussão entre os membros da ANPAQ. Esta associação, criada por um grupo de produtores de cachaça que tinham uma visão diferenciada sobre o mercado e a produção, tem realizado um trabalho institucional de interrupção ou desconstrução da

informalidade. Esta pesquisa evidenciou que este trabalho institucional enquanto fenômeno social é constituído por três modalidades de trabalho institucional distintas.

O trabalho de natureza política envolveu a construção de uma rede de relacionamentos institucionais que permitiu a reformulação do arcabouço jurídico que contribuísse para a institucionalização de um padrão de produção e a construção de um nicho de mercado que permitissem a preservação a tradição mineira de produção artesanal de cachaça. Além disso, a ANPAQ também mobilizou e conscientizou um grupo de produtores, políticos, jornalistas e outros agentes acerca da importância sócio econômica e cultural da produção de cachaça.

O trabalho de natureza técnica envolveu a definição de um padrão de qualidade em parceria com pesquisadores de universidades públicas e a definição de normas e procedimentos que fossem capazes de garantir a qualidade do processo de produção da cachaça e do produto final. A definição desse padrão de qualidade e a disseminação de boas práticas de produção foram determinantes para a construção de um nicho de mercado e a formalização de uma parcela de unidades de produção. Destaque-se que a ANPAQ realizou e ainda realiza um trabalho de certificação cujos fundamentos serviram de referência para outras organizações que passaram a certificar a cachaça de alambique.

O trabalho cultural ou educativo realizado por essa organização em defesa de interesses dos produtores envolveu diversas práticas educativas, a exemplo da oferta de cursos de formação técnica em boas práticas de produção, criação de uma revista informativa, construção de parcerias de pesquisa, apoio à criação e realização da EXPOCACHAÇA que está em sua 29ª edição. Como parte deste trabalho, a associação tem apoiado a realização de concursos que têm possibilitado a classificação, reconhecimento e premiação de cachaças de elevado padrão de qualidade.

Além de contribuir para a desinstitucionalização ou interrupção da informalidade, o trabalho institucional realizado pela Associação Nacional de Produtores e Membros da Cadeia Produtiva da Cachaça também tem contribuído para ressignificação da imagem e da reputação da cachaça de alambique. Acrescente-se que este trabalho também tem contribuído para a manutenção e a ampliação da legitimidade da ANPAQ enquanto organização de defesa de interesses econômicos, sociais, políticos e tecnológicos vinculados à produção de cachaça artesanal.

A análises dos resultados desta dissertação também revelam que o trabalho de interrupção ou desconstrução da informalidade não está completo. Há muito a ser realizado, pois a informalidade persiste e a maioria das organizações produtoras de cachaça de alambique continua atuando à margem da regulamentação e sem registro formal junto MAPA. Os

dirigentes da associação estão conscientes dos desafios envolvidos neste processo de interrupção da instituição informalidade e continuam trabalhando para que as organizações que atuam à margem da formalização sejam incluídas e não destruídas.

Ressalta-se que a associação desenvolve os três pilares da interrupção em um trabalho institucional, como a Oposição à Sansões e Recompensas, Dissociação de Fundamentos Morais e Simbólicos e por fim a Romper com Suposições e Crenças em torno da instituição informalidade.

O trabalho institucional de interrupção da informalidade, aportado nos três pilares da interrupção institucional, tem como objetivo romper com a ideia de que a cachaça é um produto de baixa qualidade, como forma de atacar uma visão predominante em torno do produto, exclusivo para classes mais baixas, sendo este aspecto um dos possíveis problemas que impediram e ainda impedem investimentos para a cachaça de alambique. Visa-se aqui dissociar regras e simbolismos que determinada prática carregue, como forma de desconstruí-la, recorrendo a um processo de criação institucional que vise apresentar novas práticas, para se atingir o objetivo de interromper com essa prática.

Além do selo de qualidade, a associação tem o objetivo de promover e estar presente em eventos e premiações que auxiliem na promoção e valorização da cachaça de alambique, buscando eliminar a visão pejorativa que paira em torno da bebida, dado a grande quantidade da bebida informal que ainda é comercializada.

Nestes eventos, a associação usa espaços para debater e informar produtores de cachaça na busca de educar e teorizar o campo organizacional esclarecendo legislações e dando orientações quanto a portarias normativas que podem ser prejudiciais ou benéficas à cachaça de alambique.

O processo de nacionalização por ser um fenômeno recente, merece uma maior atenção e pode ser também um interessante objeto para análises futuras, objetivando analisar as novas mudanças propostas pela associação a partir do acesso a novos espaços em defesa da cachaça de alambique, a partir da própria ótica do trabalho institucional, considerando que a teoria ainda é recente e se mostra como um campo aberto para novas análises que se atenham aos outros pilares, tais como a perpetuação institucional de mudanças já propostas pela associação, bem como a criação de novas práticas institucionais.

Recomenda-se também o desenvolvimento de novos estudos que analise questões que envolvam a informalidade enquanto fenômeno organizacional em outros ramos do agronegócio, pois também são poucos estudos que investiguem esses processos sob a ótica das ciências administrativas, considerando que ela pode se manifestar de diversas formas.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S. A.; YOUNG, S. L.; WOOLLEY, J. L. Opportunities and institutions: A co-creation story of the king crab industry. **Journal of Business Venturing**, v. 30, n. 1, p. 95-112, 2015.

ANDRADE, L. P.; ANDRADE, L. F. A. Cachaça sob uma perspectiva histórica, cultural e simbólica. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 18., 2015, São Paulo, **Anais...** São Paulo: USP, 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES E INTEGRANTES DA CADEIA PRODUTIVA E DE VALOR DA CACHAÇA DE ALAMBIQUE. **A ANPAQ**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: < <https://www.anpaq.com.br/a-anpaq.html>>. Acesso em 03 mar. 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES E INTEGRANTES DA CADEIA PRODUTIVA E DE VALOR DA CACHAÇA DE ALAMBIQUE. **RELEASE ANPAQ**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: < <https://www.anpaq.com.br/a-anpaq/release-da-anpaq.html>>. Acesso em 03 mar. 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES E INTEGRANTES DA CADEIA PRODUTIVA E DE VALOR DA CACHAÇA DE ALAMBIQUE. **REGULARIZE SEU ALAMBIQUE**. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: < <https://www.anpaq.com.br/regularize-seu-alambique.html>>. Acesso em 03 mar. 2018.

BANDEIRA-DE-MELLO, R.; CUNHA, C. J. C. A. Operacionalizando o método da Grounded Theory nas Pesquisas em Estratégia: técnicas e procedimentos de análise com apoio do software ATLAS.TI. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 1., 2003. Curitiba. **Anais...** Curitiba: Anpad, 2003.

BARBOSA, J. L. A. **Engenho de cana-de-açúcar na Paraíba**: por uma sociologia da cachaça. Campina Grande: EDUEPB. Substractum collection, 2014.

BECKERT, J. Agency, entrepreneurs, and institutional change. The role of strategic choice and institutionalized practices in organizations. **Organization studies**, v. 20, n. 5, p. 777-799, 1999.

BELTRÃO, R. E. V.; NOGUEIRA, F. A. A pesquisa documental nos estudos recentes em administração pública e gestão social no Brasil. In ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 35., 2011. Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2011.

BRAGA, M. V. F.; KIYOTANI, I. B. A cachaça como patrimônio: turismo, cultura e sabor. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 3, n. 2, 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009. Regulamenta A Lei Nº 8.918, de 14 de Julho de 1994, Que Dispõe Sobre A Padronização, A Classificação, O Registro, A Inspeção, A Produção e A Fiscalização de Bebidas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**,

Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-6871-4-junho-2009-588673-norma-actualizada-pe.pdf>>. Acesso em 14 mai. 2018.

BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 11, 2002. de 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/03/cachaca-e-reconhecida-como-produto-brasileiro-pelos-eua>>. Acesso em 18 mai. 2018.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1187/2007 (2007). Dispõe sobre a produção, o comércio, o registro, a padronização, a classificação, o controle, a certificação, a inspeção e a fiscalização de cachaça e da aguardente de cana-de-açúcar e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=353411>>. Acesso em 12 dez. 2018.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CACHAÇA COM NOTÍCIAS. **E Agora? Governo mineiro muda as regras e aumenta o ICMS da cachaça**, Belo Horizonte, v. 28, 2013. Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade.

CACHAÇA COM NOTÍCIAS. **Legitimamente Nossa! Brindamos e comemoramos o dia da cachaça, Bebida nacional brasileira, Patrimônio cultural imaterial**, Belo Horizonte, v. 28, 2013. Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade.

CACHAÇA COM NOTÍCIAS. **Boas doses de benefícios**, Belo Horizonte, v. 30, 2013. Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade.

CACHAÇA COM NOTÍCIAS. **Aguardente ou cachaça**, Belo Horizonte, v. 32, 2013. Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade.

CACHAÇA COM NOTÍCIAS. **Dose Amarga! Cachaça é campeã de impostos no Brasil, com percentual de 81,87% no preço final do produto**, Belo Horizonte, v. 34, 2014. Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade.

CACHAÇA COM NOTÍCIAS. **Atitude Consciente**, Belo Horizonte, v. 39, 2015. Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade.

CACHAÇA COM NOTÍCIAS. **Jornal informativo da AMPAQ**, Belo Horizonte, v. 41, 2015. Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade.

CACHAÇA COM NOTÍCIAS. **Jornal informativo da AMPAQ**, Belo Horizonte, v.45, 2016. Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade.

CACHAÇA COM NOTÍCIAS. **A importância do selo de qualidade para a cachaça de alambique**, Belo Horizonte, v. 52, 2017. Associação Nacional dos Produtores e Integrantes da Cadeia Produtiva e de Valor da Cachaça de Alambique.

CACHAÇA COM NOTÍCIAS. **A ANPAQ chega aos 30!**, Belo Horizonte, v.54, 2018. Associação Nacional dos Produtores e Integrantes da Cadeia Produtiva e de Valor da Cachaça de Alambique.

CACHAÇA COM NOTÍCIAS. **Ainda temos preconceito com a cachaça?**, Belo Horizonte, v. 57, 2018. Associação Nacional dos Produtores e Integrantes da Cadeia Produtiva e de Valor da Cachaça de Alambique.

CAETANO, A. F. P. **Entre a sombra e o sol – a Revolta da Cachaça, a freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense (Rio de Janeiro, 1640-1667)**. 2003. 240 p. Niterói. Dissertação (Mestrado em História Social)–Universidade Federal Fluminense, 2003.

CANNING, M.; O'DWYER, B. Institutional work and regulatory change in the accounting profession. **Accounting, Organizations and Society**, v. 54, p. 1-21, 2016.

CARVALHO, C. A. P.; VIEIRA, M. M. F.; LOPES, F. D. Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 23., Foz do Iguaçu, 1999. **Anais...** Porto Alegre: Anpad, 1999.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista de administração pública**, v. 39, n. 4, p. 849-874, 2005.

CASCUDO, L. C. **Prelúdio da cachaça**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

CLARKE, V.; BRAUN, V. Teaching thematic analysis: Overcoming challenges and developing strategies for effective learning. **The psychologist**, v. 26, n. 2, p. 120-123, 2013.

CORAIOLA, D. M. et al. Trabalho Institucional e teoria da mudança gradual: reflexões sobre atores sociais, estratégias e contextos. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 7., Curitiba, 2012. **Anais...** Curitiba: Anpad, 2012.

COSTA, A. R.; MORAES, J. D. Desinstitucionalização da informação. **Informação & Sociedade**, v. 2, n. 1, 1992.

COSTA, N. R.; MELO, M. A. C. Reforma do Estado e as mudanças organizacionais no setor saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 3, p. 52-67, 1998.

CREED, W. E. D. et al. Swimming in a sea of shame: Incorporating emotion into explanations of institutional reproduction and change. **Academy of Management Review**, v. 39, n. 3, p. 275-301, 2014.

CUNHA, M. I. P. Formalidade e informalidade: questões e perspectivas. **Etnográfica**, v. 10, n. 2, p. 219-231, 2006.

CURRIE, G. et al. Institutional work to maintain professional power: Recreating the model of medical professionalism. **Organization Studies**, v. 33, n. 7, p. 937-962, 2012.

DANIEL, R. C. **Pequena produção de cachaça no interior paulista: a informalidade em questão**. 2016. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2016.

DELLAGNELO, E. H. L.; SILVA, R. C. Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**, v. 1, p. 97-118, 2005.

DIAS, N. C. A Cachaça é nossa: cultura e ideologia na construção da identidade nacional. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos: ABET**, v. 4, n. 1, p. 35-44, 2014.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v.48, p. 147-160, 1983.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

DIMAGGIO, P. Interest and agency in institutional theory. In: ZUCKER, L. G. **Research on Institutional Patterns: Environment and Culture**. Cambridge: Ballinger Publishing Co., p. 3-21, 1988.

FIGUEIREDO, L. R. A. A linguagem da embriaguez: cachaça e álcool no vocabulário político das rebeliões na América portuguesa. **Revista de História**, n. 176, p. 01-25, 2017.

FREITAS, R. C. et al. Relações interorganizacionais em grupos de pequenos produtores familiares no sul de Minas Gerais: reflexões críticas e inovações sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 18, n. 1, 2016.

FREITAS, R. C. **A prática do fair trade em grupos de agricultores familiares: reflexões críticas sobre inovações sociais**. 2014. 157 p. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, p. 301-323, 2006.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, p. 115-146, 2006.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **GESTÃO. Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional-ISSN: 1679-1827**, v. 3, n. 2, 2005.

GREENWOOD, R. et al. (Ed.). **The Sage handbook of organizational institutionalism**. Sage, 2008.

GREENWOOD, R.; HININGS, C. R. Understanding radical organizational change: Bringing together the old and the new institutionalism. **Academy of management review**, v. 21, n. 4, p. 1022-1054, 1996.

HARGRAVE, T. J.; VAN DE VEN, A. H. Embrace of contradiction. *Institutional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations*. In: LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R.; LECA, B. **Institutional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations**. New York: Cambridge University Press, 2009.

HIRSCH, P. M.; BERMISS, Y. S. Institutional “dirty” work: Preserving institutions through strategic decoupling. In: LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R.; LECA, B. **Institutional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations**. New York: Cambridge University Press, 2009.

HIRSCH, P. M.; LOUNSBURY, M. Putting the organization back into organization theory: Action, change, and the “new” institutionalism. **Journal of Management Inquiry**, v. 6, n. 1, p. 79-88, 1997.

JARZABKOWSKI, P.; MATTHIESEN, J.; VAN DE VEN, A. H. 1 1 Doing which work? A practice approach to institutional pluralism. In: LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R.; LECA, B. **Institutional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations**. New York: Cambridge University Press, 2009.

JEPPERSON, R. Institutions, institutional effects, and institutionalism. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: Chicago University Press, p. 143-163, 1991.

LANDAU, D.; DRORI, I.; TERJESEN, S. Multiple legitimacy narratives and planned organizational change. **Human Relations**, v. 67, n. 11, p. 1321-1345, 2014.

LAWRENCE, T. B.; LECA, B.; ZILBER, T. B. Institutional work: Current research, new directions and overlooked issues. **Organization Studies**, v. 34, n. 8, p. 1023-1033, 2013.

LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R. Institutions and Institutional Work. In: CLEGG, S. R. et al. **The SAGE Handbook of Organization Studies**. London: SAGE Publications Ltd., p. 215-254, 2006.

LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R.; LECA, B. (Ed.). **Institutional work: Actors and agency in institutional studies of organizations**. Cambridge university press, 2009.

LAWRENCE, T.; SUDDABY, R.; LECA, B. Institutional work: Refocusing institutional studies of organization. **Journal of management inquiry**, v. 20, n. 1, p. 52-58, 2011.

LIMA, M. B. “Organizações em eterno fracasso”: reflexões acerca do institucionalismo sociológico aplicado ao contexto organizacional. **Revista Pensar Gestão e Administração**, v. 4, n. 2, 2016.

LOUNSBURY, M.; BOXENBAUM, E. Institutional logics in action. In: **Institutional Logics in Action, Part A**. Emerald Group Publishing Limited, 2013. p. 3-22.

LÜCHMANN, L. H. H.; SCHAEFER, M. I.; NICOLETTI, A. S. Associativism and repertoires of political-institutional action. **Opinião Pública**, v. 23, n. 2, p. 361-396, 2017.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GUARIDO FILHO, E. R.; ROSSONI, L. Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, 2010.

MACIEL, F. T.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Informalidade e segmentação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000: uma decomposição quantílica de diferenciais de rendimentos. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 2, 2018.

MAGUIRE, S.; HARDY, C. Discourse and deinstitutionalization: The decline of DDT. **Academy of management journal**, v. 52, n. 1, p. 148-178, 2009.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Instrução Normativa nº 20, de 25 de outubro de 2005**. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=13717>>. Acesso em 19 mai. 2018.

MAIR, J. Bringing change into the lives of the poor: Entrepreneurship outside traditional boundaries. In: LAWRENCE, T. B; SUDDABY, R.; LECA, B. **Institucional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations**. New York: Cambridge University Press, p. 92-119, 2009.

MCGAUGHEY, S. L. Institutional entrepreneurship in North American lightning protection standards: Rhetorical history and unintended consequences of failure. **Business History**, v. 55, n. 1, p. 73-97, 2013.

MINAS GERAIS. Lei nº 10.853, de 4 de agosto de 1992. Cria o Programa Mineiro de Incentivo à Produção de aguardentes - Pró-cachaça - e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2252>>. Acesso em 03 mar. 2018.

MINAS GERAIS. Cachaça de alambique busca redução de tributo federal. **Secretaria de Agricultura de Minas Gerais**, 2005. Disponível em: <<http://agricultura.mg.gov.br/ajuda/story/360-cachaca-de-alambique-busca-reducao-de-tributo-federal>>. Acesso em 20 dez. 2018.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Exportação de Cachaça em 2017. MAPA 2018 – Disponível em <<http://www.sitedacachaca.com.br/exportacao-de-cachaca-em-2017/>>. Acesso em 03 de abr. 2018.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Instrução Normativa nº 20, de 25 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=13717>>. Acesso em 07 mar. 2018.

MOSCA, H. M. B. **Fatores institucionais e organizacionais que afetam a profissionalização da gestão do departamento de futebol dos clubes**. 2006. 189 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

MUZIO, D.; BROCK, D. M.; SUDDABY, R. Professions and institutional change: Towards an institutionalist sociology of the professions. **Journal of management studies**, v. 50, n. 5, p. 699-721, 2013.

NORTH, C. D. Institutions, institutional change and economic performance. In: LAWRENCE, T. B; SUDDABY, R.; LECA, B. **Institucional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations**. New York: Cambridge University Press, 2009.

OLIVEIRA, A. R. et al. Análise da cadeia produtiva da cachaça em Minas Gerais sob a ótica da Economia dos Custos de Transação. **Custos e agronegócio online**, v. 4, n. 3, 2008.

OLIVEIRA, R. E. S. et al. Perfil e hábitos dos consumidores de cachaça no Estado da Paraíba. Semina: **Ciências Agrárias**, v. 33, n. 1, 2012.

OLIVEIRA, S. R.; PICCININI, V. C. Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. **Cadernos Ebape. Br**, v. 7, n. 1, p. 88-98, 2009.

OLIVEIRA, V. M.; MARTINS, M. F.; VASCONCELOS, A. C. F. Entrevistas “Em Profundidade” na pesquisa qualitativa em administração: Pistas teóricas e metodológicas. In SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 15., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

OLIVER, C. The antecedents of deinstitutionalization. **Organization studies**, v. 13, n. 4, p. 563-588, 1992.

PAIVA, A. L. **Lógicas institucionais e estratégia como prática: um estudo em organizações constitutivas do campo da cachaça de alambique**. 2017. 216 p. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

PAIVA, A. L. et al. Fluxo das Exportações Brasileiras de Cachaça: traços da influência do Estado no setor. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 4, p. 733-750, 2017.

PAIVA, A. L.; ANDRADE, L. F. S.; MORAIS, R.; RODRIGUES, K. L. S. Nas fronteiras do novo institucionalismo organizacional: estudo bibliométrico e sociométrico do Institutional Work (2006 – 2017). In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 21., 2018. São Paulo, **Anais...** São Paulo: USP, 2018.

PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cadernos Ebape. br**, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2006.

PEREIRA, F. A. M. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. **Revista Organizações em Contexto**, v. 8, n. 16, p. 275-295, 2012.

PORTAL BRASIL. **Cachaça é reconhecida como produto brasileiro pelos EUA**. 27 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/03/cachaca-e-reconhecida-como-produto-brasileiro-pelos-eua>>. Acesso em 03 mar. 2018.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SARDAN, J. P. O. Embeddedness and informal norms: Institutionalisms and anthropology. **Critique of Anthropology**, v. 33, n. 3, p. 280-299, 2013.

SCOTT, R. W. **Institutions and Organizations: Ideas and Interests**. 3a. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2008.

SELZNICK, P. Institutionalism "old" and "new". **Administrative science quarterly**, p. 270-277, 1996.

SELZNICK, P. **Leadership in administration: A sociological interpretation**. Berkeley, Cal, 1957.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – SEBRAE. **SEBRAE Apoia a certificação da cachaça de alambique**. SEBRAE, 2015 – Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/sebrae-apoia-a-certificacao-da-cachaca-de-alambique,7275438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso 20 abr. 2018.

_____. **Cachaça: como legalizar seu empreendimento: conheça os procedimentos para formalizar sua empresa de produção ou comercialização de cachaça e aguardente de cana**. Brasília: Sebrae, 2013.

SILVA, F. R. **Na embriaguez da cachaça: produção, imaginário e marketing**. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SOUZA, M. A. A. S. **Informalidade e redes sociais: famílias produtoras de cachaça do município de Rio Pomba-MG**. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)-Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

TEIXEIRA, J. C.; NASCIMENTO, M. C. R.; ANTONIALLI, L. M. Perfil de estudos em Administração que utilizaram triangulação metodológica: uma análise dos anais do EnANPAD de 2007 a 2011. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 48, n. 4, 2013.

THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua nova**, v. 58, p. 225-254, 2003.

TIRYAKI, G. F. A informalidade e as flutuações na atividade econômica. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 38, n. 1, p. 97-125, 2008.

TOMMASO, M. C. C.; SILVA, E. A.; POLONIATO, G. S. Associativismo e Percepção do Mercado de Trabalho: uma amostra desta relação entre fisioterapeutas. **Cadernos UniFOA**, v. 3, n. 5, p. 68-79, 2007.

TRACEY, P.; PHILLIPS, N.; JARVIS, O. Bridging institutional entrepreneurship and the creation of new organizational forms: A multilevel model. **Organization science**, v. 22, n. 1, p. 60-80, 2011.

TRANK, C. Q.; WASHINGTON, M. Maintaining an institution in a contested organizational field: the work of the AA CSB and its constituents. In: LAWRENCE, T. B; SUDDABY, R.; LECA, B. **Institucional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations**. New York: Cambridge University Press, 2009.

TRINDADE, A. **Cachaça, um amor brasileiro**. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

VERGARA, S. **Metodologia de pesquisa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração IN: VIEIRA, M. M. C.; ZOUAIN, D. M. (org) **Pesquisa qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. **Organizações, instituições e poder no Brasil**. FGV Editora, 2003.

WRIGHT, A. L.; ZAMMUTO, R. F.; LIESCH, P. W. Maintaining the values of a profession: Institutional work and moral emotions in the emergency department. **Academy of Management Journal**, v. 60, n. 1, p. 200-237, 2017.

YAN, Z, J. et al. An institutional work view toward the internationalization of emerging market firms. **Journal of World Business**, 2018.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Bookman editora, 2015.

ZIETSMA, C.; MCKNIGHT, B. Building the iron cage: institutional creation work in the context of. In: LAWRENCE, T. B; SUDDABY, R.; LECA, B. **Institucional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations**. New York: Cambridge University Press, 2009.

ZILBER, T. B. Institutional maintenance as narrative acts. In: LAWRENCE, T. B; SUDDABY, R.; LECA, B. **Institucional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations**. New York: Cambridge University Press, 2009.

APÊNDICES

APENDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Nome: _____

I – Título do Trabalho:

Pesquisadores Responsáveis: Raphael de Moraes e Profa. Dra. Valéria da Glória Pereira Brito

II – Objetivos da Pesquisa:

Geral: Compreender o trabalho institucional realizado por gestores da associação de produtores de cachaça (ANPAQ), evidenciando as contribuições deste trabalho para a interrupção da informalidade e legitimação desta organização.

Específicos:

- a) retratar os aspectos históricos e contextuais acerca da formação da informalidade no campo da cachaça artesanal.
- b) conhecer o trabalho institucional realizado pelos gestores da associação, destacando as especificidades das práticas inerentes à interrupção da informalidade da produção e mercado da cachaça.
- c) analisar, sob a ótica dos gestores e associados, as contribuições do trabalho institucional para a construção da legitimidade da ANPAQ.

III – Justificativa: Compreende-se que a informalidade se encontra presente no campo da cachaça de alambique desde os primórdios da produção da mesma, o que contribuiu para uma perpetuação da cultura da cachaça irregular. Esta cultura pode ser capaz de prejudicar todo um campo que vem se desenvolvendo a passos largos nos últimos anos: A cachaça de alambique produzida a partir de padrões que garantem a qualidade da mesma. Sendo a ANPAQ a mais antiga associação do ramo, esta têm desenvolvido durante os 30 anos de história diversos trabalhos institucionais em busca da regularização de alambiques de cachaça, garantindo assim

melhorias e desenvolvimento sustentável do setor. Compreender esse trabalho institucional de interrupção da informalidade se mostra de suma importância, descrevê-lo e compreendê-lo se mostra necessário, para que também consiga-se pautar quais estratégias tem sido empregadas. Vale destacar, ainda, que a cachaça de alambique é responsável por um expressivo faturamento no Brasil, bem como a geração de empregos para parte considerável da mão de obra brasileira. A cachaça de alambique também é considerada como um produto de maior valor agregado, que pode ser realizado de variadas formas, o que confere um aspecto de exclusividade à bebida (ANDRADE; ANDRADE, 2015; PAIVA et al. 2017; MAPA, 2018).

IV – Procedimentos da Pesquisa: Abordagem Qualitativa, com tipologia exploratória descritiva com utilização da técnica de entrevistas em profundidade.

V – Riscos esperados, reparação de danos e ressarcimento de despesas: Não há riscos previsíveis, pois serão desenvolvidas entrevistas no local indicado pelo respondente ou por uso de tecnologias de comunicação, de acordo com a sua disponibilidade. Como se trata das percepções dos respondentes acerca da interrupção da informalidade desenvolvida pela Associação, não há risco físico ou psicossocial, sendo assim, não há de se falar em reparação de danos. Além disso, o nome da Universidade e a identidade dos voluntários serão preservadas e não divulgadas. Como os pesquisadores irão conduzir a pesquisa, são estes responsáveis pelo deslocamento não gerando qualquer custo ou ônus aos voluntários da pesquisa.

VI – Benefícios: Os eixos que norteiam este trabalho são: compreender as relações da associação no processo de desenvolvimento de interrupção da informalidade, analisando estratégias tomadas, aspectos legais, parcerias com outras instituições, baseados a partir de todo o trabalho institucional realizado pela associação, tendo em vista sua natural liderança enquanto associação mais antiga do campo organizacional.

VII – Retirada do Consentimento: Os sujeitos voluntários participantes da pesquisa têm a liberdade de solicitar a exclusão do seu consentimento de deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo ao atendimento a que está sendo ou será submetido.

VIII – Critério de Encerramento da pesquisa: A mesma será encerrada quando as informações necessárias forem obtidas.

IX – Consentimento de Pós-informação:

Eu, _____, certifico que, tendo lido as informações acima e suficientemente esclarecido (a) de todos os itens, estou plenamente de acordo com a entrevista. Assim, eu autorizo a execução do trabalho de pesquisa.

Lavras, ____ de _____ de 20____.

APENDICE B: Roteiro de Entrevistas

Participação em Pesquisa de Mestrado

Apresentação do projeto:

A informalidade se encontra presente no campo da cachaça de alambique desde os primórdios. Sabe-se que ela representa uma dificuldade e obviamente pode atrapalhar todo o setor, que é responsável por considerável participação na economia tanto a nível regional, quanto a nível nacional. Conhecendo essas dificuldades, a ANPAQ tem desenvolvido ações que visam romper com esse quadro da informalidade, com diversos trabalhos institucionais que vêm sendo desenvolvidos.

O interesse deste estudo é compreender o trabalho institucional que vem sendo realizado por gestores da associação de produtores de cachaça (ANPAQ), evidenciando as contribuições deste trabalho para a interrupção da informalidade e legitimação da organização enquanto uma forte representante do setor da cachaça de alambique no país. Sua contribuição é de suma importância para entendermos esses aspectos, desde já agradecemos a sua participação!

Caracterização do Entrevistado

Nome:

Nível de escolaridade:

A quanto tempo ocupa cargo de gestor na ANPAQ?

Bloco 1: Aspectos Históricos

Conte-me um pouco da história da associação e do trabalho que vem sendo desenvolvido para o enfrentamento da informalidade.

Bloco 2: Dimensão Política, técnica e cultural – O que tem sido feito?

Como ANPAQ tem atuado em defesa dos interesses dos produtores, especialmente no que refere ao combate da informalidade da produção e comercialização da cachaça?

Qual a visão e o posicionamento da ANPAQ em relação a informalidade?

Como os produtores avaliam informalidade?

Quais são os seus efeitos sobre o mercado e o saúde pública?

Como se deu o processo de formulação do arcabouço legal que regulamenta a produção e comercialização da cachaça? Qual foi a participação da associação neste processo?

Como este arcabouço legal tem contribuído para o combate da informalidade? Que efeitos ele tem produzido?

Como Estado tem contribuído para este processo de combate da informalidade?

Além de exigir o cumprimento da regulamentação, quais são as estratégias que ANPAQ tem colocado em pratica para combate da informalidade?

Na sua opinião porque a maioria dos produtores continuam atuando na informalidade? Por que que resistem à formalização?

Qual o papel da cultura e da tradição na manutenção da informalidade?

Bloco 3: Legitimidade Organizacional: Contribuições da ANPAQ para o Setor.

O trabalho de combate à informalidade tem sido reconhecido por produtores, consumidores e Estado?

Qual contribuição deste trabalho para consolidação da imagem e da legitimidade da ANPAQ?

Como os produtores informais tem reagido a este trabalho da ANPAQ.

Quais são as ações futuras que a associação pretende colocar em pratica em termos de combate da informalidade? Por que estas ações são importantes?

Por favor, acrescente outras informações que você julgar importantes sobre a relevância do trabalho realizado pela ANPAQ.